



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROPRIEDADE INTELECTUAL E
TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA PARA INOVAÇÃO

MARILIA DIONE SALVADOR SHIBAYAMA

**GESTÃO DE CONTEÚDOS INFORMACIONAIS NAS INSTITUIÇÕES
FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR: UM ROTEIRO PARA IMPLANTAÇÃO
DE REPOSITÓRIOS NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS**

Macapá – AP
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROPRIEDADE INTELECTUAL E
TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA PARA INOVAÇÃO

MARILIA DIONE SALVADOR SHIBAYAMA

**GESTÃO DE CONTEÚDOS INFORMACIONAIS NAS INSTITUIÇÕES
FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR: UM ROTEIRO PARA IMPLANTAÇÃO
DE REPOSITÓRIOS NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS**

Gestão de conteúdos informacionais apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação, do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT) – ponto focal Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. Coordenado pelo professor Dr. Robson Antônio Tavares Costa.

Orientadora: Prof. Dr^a. Dilneia Rochana Tavares do Couto

Macapá – AP
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Elaborado por Marília Dione Salvador Shibayama CRB2/1063

Shibayama, Marília Dione Salvador.

Gestão de conteúdos informacionais nas Instituições Federais de Ensino Superior: um roteiro para implantação de repositórios nas bibliotecas universitárias. / Marília Dione Salvador Shibayama; orientadora, Dilnéia Rochana Tavares do Couto. – Macapá, 2021.

189 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado) – Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação - PROFNIT.

1. Repositório Institucional. 2. Divulgação Científica. 3. Acesso Aberto. 4. Gestão do Conhecimento. I. Couto, Dilnéia Rochana Tavares do, orientadora. II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.

025.8 S555p
CDD. 22 ed.

FOLHA DE APROVAÇÃO

MARILIA DIONE SALVADOR SHIBAYAMA

**GESTÃO DE CONTEÚDOS INFORMACIONAIS NAS INSTITUIÇÕES
FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR: UM ROTEIRO PARA IMPLANTAÇÃO
DE REPOSITÓRIOS NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS**

Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação
Universidade Federal do Amapá - UNIFAP

Membros da banca examinadora

Prof. Dra. Diléia Rochana Tavares do Couto (Orientadora)
Membro PROFNIT – UEAP

Prof. Dr. Daniel Santiago Chaves Ribeiro
Membro PROFNIT – UNIFAP

Prof. Dr. Lucivaldo Vasconcelos Barros
UFPA – Bibliotecário [Mercado]

Prof. Dr. Cláudio Henrique Cerqueira Costa Basquerotto
Membro PROFNIT – UNIFESSPA

“A divulgação científica tem um papel importante para que a população adquira conhecimento sobre ciência e conheça o quanto ela está presente em seu entorno.”

(SBPC, 2019)

RESUMO

O Repositório Institucional é uma peça-chave para o processo de divulgação científica, oferecendo novas oportunidades para o compartilhamento da informação, contribuindo para o desenvolvimento da ciência, uma que vez que proporciona visibilidade, armazenamento e a recuperação da informação das produções científicas das Universidades. Os RI fazem adesão ao movimento de acesso aberto (*Open Access*) à informação científica. Além de servir de sustentabilidade financeira que visa contribuir com a sociedade por meio de apoio e desenvolvimento de pesquisa. Para que haja uma consolidação de todas as informações necessárias para a concretização das atividades desejáveis, garantindo assim maior assertividade e correção prévia de eventuais problemas, apresenta-se um Guia de diretrizes de implantação de Repositório Institucional nas Bibliotecas Universitárias. Como técnica de pesquisa, adota-se uma abordagem qualitativa, utilizando-se de revisão bibliográfica, pesquisa exploratória e levantamento documental. Realizou-se um levantamento no Diretório *Registry of Open Access Repositories - ROAR* das Universidades Federais que possuem RI e que utilizam o *Dspace*. Esse Diretório lista todos os Repositórios acadêmicos de acesso aberto, permite a identificação, navegação e busca de Repositórios, com base em uma gama de recursos, como localização, *software* ou tipo de material mantido. Como estratégia de roteiro há fases importantes, como a construção do Guia de diretrizes, das minutas das Políticas de Gestão do Repositório Institucional, o Manual do Usuário, Requisitos de *software* para implantação de Repositório e Plano de Comunicação. Apesar dos avanços na implantação dos RI nas Universidades Federais, verificou-se que ainda existem Bibliotecas que não usam essa ferramenta, pois das 69 Universidades Federais brasileiras, 34 Instituições possuem RI, ou seja, cerca de 49% das Instituições, conforme o ROAR. Portanto, tendo como base a relevância do conhecimento científico produzido no Brasil, o Repositório tem o papel de impulsionar o desenvolvimento tecnológico e a inovação, contribuindo para produção do conhecimento, pesquisa e ampliação do acesso à produção intelectual das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES para que a população conheça o que se tem feito em âmbito acadêmico e científico.

Palavras-chave: Repositório Institucional, Guia de diretrizes, Acesso Aberto, Divulgação Científica, Produção do Conhecimento.

ABSTRACT

The Institutional Repository is a key part of the scientific dissemination process, offering new opportunities for information sharing, contributing to the development of science, as it provides visibility, storage and retrieval of information from the scientific productions of Universities. IR adheres to the Open Access movement to scientific information. In addition to serving as a financial sustainability that aims to contribute to society through support and research development. In order to consolidate all the information necessary to carry out the desirable activities, thus ensuring greater assertiveness and prior correction of any problems, a Guide with guidelines for the implementation of Institutional Repositories in University Libraries is presented. As a research technique, a qualitative approach is adopted, using literature review, exploratory research and documental survey. A survey was carried out in the Registry of Open Access Repositories - ROAR Directory of Federal Universities that have IR and that use Dspace. This Directory lists all Open Access Academic Repositories, allows identification, navigation and search of Repositories based on a range of resources such as location, software or type of material maintained. As a roadmap strategy, there are important phases, such as the construction of the Guideline, the draft Institutional Repository Management Policies, the User Manual, Software requirements for implementing the Repository and the Communication Plan. Despite advances in the implementation of RI in Federal Universities, it was found that there are still libraries that do not use this tool, because of the 69 Brazilian Federal Universities, 34 Institutions have RI, that is, about 49% of the Institutions, according to ROAR. Therefore, based on the relevance of scientific knowledge produced in Brazil, the Repository has the role of boosting technological development and innovation, contributing to the production of knowledge, research and expansion of access to the intellectual production of Higher Education Institutions - HEI for that the population knows what has been done in the academic and scientific spheres.

Keywords: Repository Institutional, Guidelines Guide, Open Access, Scientific Spreading, Knowledge Production.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 OBJETIVOS	12
2.1 OBJETIVO GERAL	12
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
3 METODOLOGIA	13
4 RESULTADOS	17
4.1 ARTIGO CIENTÍFICO	19
4.2 GUIA DE DIRETRIZES	35
4.3 MINUTAS DAS POLÍTICAS.....	73
4.4 MANUAL PARA OS USUÁRIOS	99
4.5 REQUISITOS DE <i>SOFTWARE</i>	137
4.6 PLANO DE COMUNICAÇÃO.....	164
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	185
REFERÊNCIAS	186

1 INTRODUÇÃO

Por reconhecer a importância da produção científica para o desenvolvimento acadêmico do país, as Bibliotecas Universitárias estão cada vez mais alinhadas com as políticas de disseminação e acessibilidade da produção do conhecimento e pesquisa institucional no contexto digital.

As Bibliotecas Universitárias têm como missão dar suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão nas Universidades, conforme Inácio (2018). A tendência mundial das Unidades de Informação é disponibilizar seus objetos digitais, e assim compartilhar recursos informacionais por meio das tecnologias de informação e comunicação, numa tentativa de eliminar a distância e o espaço físico, otimizando a pesquisa e o desenvolvimento científico e tecnológico.

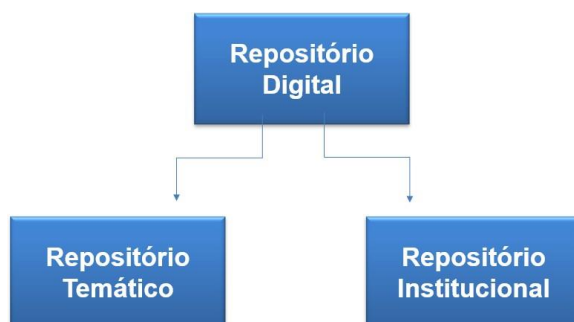
Para que ocorra essa disseminação do conhecimento, segundo Queiroz (2016) o Repositório Institucional – RI é uma ferramenta criada para facilitar o acesso à produção científica. É um conjunto de bases de dados desenvolvida para reunir, organizar e tornar mais acessível à produção científica dos pesquisadores, podendo ser institucionais ou temáticos, dependendo da finalidade.

Outro fator que contribui para a implantação do Repositório é a missão das Bibliotecas Universitárias, como afirma Gomes e Barbosa (2003, p. 2), é:

Prover, disseminar e transferir informação de modo a viabilizar a atuação plena da universidade da promoção do ensino, pesquisa e extensão, por meio da oferta de cursos de graduação e pós-graduação, produção e transferência de conhecimento e tecnologia.

Segundo o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT (2020), existem os Repositórios Digitais que podem ser institucionais ou temáticos. Os repositórios institucionais lidam com a produção científica de uma determinada instituição. Os repositórios temáticos com a produção científica de uma determinada área, sem limites institucionais, conforme a figura abaixo.

Figura 1 - Organograma de tipos de Repositórios.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O Repositório Temático é organizado de acordo com uma área do conhecimento, tendo um assunto específico ou uma subárea específica do conhecimento. Já o Repositório

Institucional tem caráter multidisciplinar e agrega documentos técnicos e científicos de uma determinada instituição.

Os RI irão promover a integração e reunião de toda a produção acadêmica da Universidade dos docentes, pesquisadores, técnico-administrativos, discentes de graduação e pós-graduação, em um único local virtual, evitando assim duplicidades e inconsistências de documentação.

Björk (2005) classifica quatro tipos de canais importantes existentes para o acesso aberto:

- Periódicos científicos eletrônicos com avaliação prévia por pares;
- Servidores de e-prints para áreas específicas;
- Repositórios Institucionais;
- Autoarquivamento em páginas pessoais de autores.

Os Repositórios Institucionais já apresentavam importante meio para o Movimento de Acesso Aberto à informação científica a qual se propõe uma política de acesso mediante a adoção de tecnologia colaborativa e livre.

O Movimento de Acesso Aberto no Brasil deu-se no início dos anos 2000 (VEIGA; MACENA, 2015), conforme esse breve histórico:

2000 – Início das primeiras articulações através de declarações de associações e instituições de ensino e pesquisa;

2004 – O IBICT realiza a primeira tradução do *software Dspace*, desenvolvido pelo Massachusetts Institute of Technology – MIT;

2005 – Lançamento de várias iniciativas políticas consideradas importantes para impulsionar a trajetória do movimento de acesso aberto no País, tais como: Movimento Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à informação Científica no Brasil, a Declaração de Salvador sobre Acesso Aberto, a Carta de São Paulo;

2005 – O IBICT dá continuidade às suas articulações para a implantação de Movimento de Acesso Aberto no Brasil;

2006 – Elaboração da Declaração de Florianópolis;

2009 – O IBICT realiza duas iniciativas importantes: a implementação de um projeto piloto com a criação de Repositórios Institucionais. Nesse projeto piloto foram selecionadas universidades federais para criação de repositório. No edital IBICT-FINEP Nº002/2009 foram contempladas 27 instituições que receberam kits tecnológicos para operação do *Dspace*.

O movimento de Acesso Aberto refere-se à disponibilidade e acesso gratuito por qualquer pessoa aos resultados de pesquisas científicas. Baseia-se na premissa de que o conhecimento científico é um bem público e, portanto, deve estar disponível a todos. É uma alternativa ao modelo tradicional de publicação que restringe o acesso ao conteúdo por meio de assinaturas pagas, de acordo com a Agência Usp de Gestão da Informação Acadêmica - ÁGUIA (2021).

A relevância dos Repositórios Institucionais no contexto da divulgação científica e do movimento de acesso aberto à informação aumentou consideravelmente devido ao surgimento da pandemia pelo novo coronavírus, os RI se tornaram a vitrine da internet

em termos de democratização do conhecimento, pois ocorreu o fechamento das Bibliotecas Universitárias, o usuário ficou sem acesso à informação no suporte físico, houve o isolamento social, crescimento da participação de discentes e docentes na educação a distância e a ampliação do acesso à fontes de informação que pudessem ser utilizadas remotamente.

Para que ocorra o desenvolvimento de ambientes com objetos digitais, Sayão (2007) afirma que a preservação digital pode ser entendida como o conjunto de estratégias e protocolos na unidade da informação que visam à manutenção do banco de dados e dos objetos digitais disponibilizados, devidamente formalizados, não há como desenvolver ambientes com conteúdos digitais sem pensar em sua preservação (apud WEITZEL, 2015).

A falta de diretrizes padronizadas durante a implantação de repositórios institucionais nas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES pode ocasionar diversos fatores que dificultarão durante a gestão da informação científica das Instituições de pesquisa. Como por exemplo a ausência de clareza na definição de critérios durante a implantação, como qual o primeiro passo para a implantação, quem serão os atores envolvidos, qual setor será responsável pela implantação.

Essa lacuna na metodologia durante a implantação pode prejudicar o gerenciamento da produtividade e da visibilidade da produção científica institucional. Com a padronização dos processos é possível melhorar a eficiência, tornando a gestão dos RI mais dinâmica e homogênea, porém observando as necessidades e peculiaridades de cada Instituição de Ensino.

Essa pesquisa apresenta um roteiro de implantação de Repositórios Institucionais nas Bibliotecas Universitárias. O papel principal dos RI é agrupar, armazenar, organizar, preservar, recuperar e divulgar a produção científica e acadêmica das Universidades com vistas à gestão da informação científica, aumentando a visibilidade e o prestígio da instituição em âmbito nacional e internacional e ao mesmo tempo promover a transparência dos gastos públicos e apoio às atividades de pesquisa e criação do conhecimento científico no âmbito das Universidades.

Essas diretrizes de implantação de Repositório Institucional consiste no ato de introduzir de forma coordenada uma solução técnica e serviços numa organização. Este roteiro promoverá um melhor gerenciamento dos processos de gestão da informação científica. Além de apresentar as principais ações a serem realizadas a curto e médio prazo com o planejamento de ações que subsidie a efetiva implantação do Repositório nas Instituições, tendo como importantes pilares: documentos, infraestrutura, tecnologia da informação e pessoas.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Propor um roteiro para a implantação de Repositórios Institucionais para Instituições Federais de Ensino Superior – IFES.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apresentar o Guia de diretrizes para implantação de Repositório Institucional;
- Apresentar um modelo de minuta das políticas;
- Apresentar o Manual para os usuários;
- Apresentar os requisitos de *software*;
- Apresentar o Plano de comunicação.

3 METODOLOGIA

Consiste em levantamento bibliográfico para apreender conceitos sobre o tema, pesquisa documental para conhecimento do referido Repositório Institucional. Este estudo foi realizado por meio de uma abordagem descritiva qualitativa (CRESWELL, 2010), a partir de análise das principais referências disponíveis na literatura sobre o objeto pesquisado, incluindo obras publicadas em bases de dados virtuais, legislações e informações disponíveis em portais do IBICT.

Além de um levantamento no Diretório *Registry of Open Access Repositories* - ROAR das Universidades Federais que possuem RI e que utilizam o *Dspace*. Esse Diretório foi desenvolvido pelo grupo Eprints.org e parceria com a Universidade de Southampton. Essa importante fonte de informação lista todos os Repositórios acadêmicos de acesso aberto, permite a identificação, navegação e busca de repositórios, com base em uma gama de recursos, como localização, *software* ou tipo de material mantido.

Os critérios para a busca dos Repositórios no ROAR foram:

- O país escolhido foi o Brasil;
- O *software* escolhido foi o *Dspace*;
- Os tipos de Repositórios foram qualquer um;
- Atividade classificada como alta.

Os resultados revelaram-se que 113 Instituições no Brasil possuem Repositórios Institucionais e que todas elas usam o *software Dspace* em seus RI. Dessas 113, 34 são Universidades Federais. Como por exemplo, na figura abaixo:

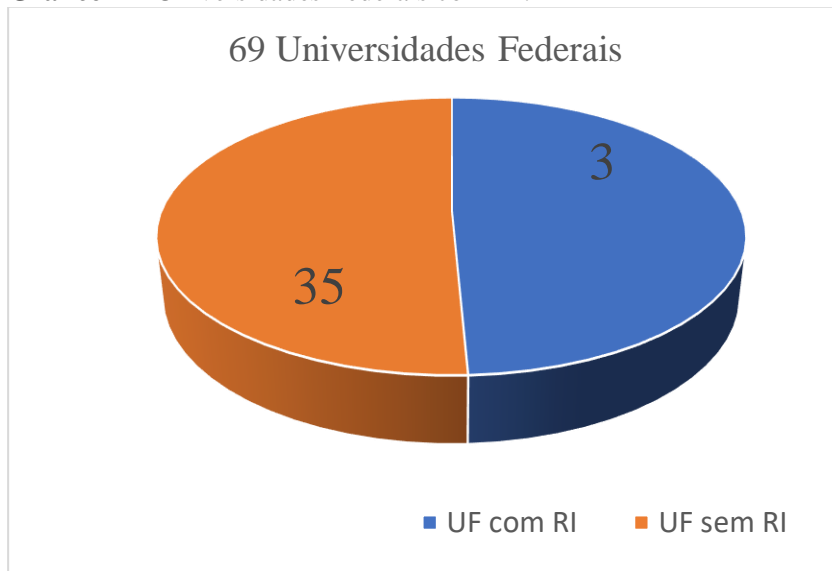


Fonte: Diretório Roar (2021)

Observa-se que o critério Atividade Alta do RI é o quantitativo de depósitos de publicações científicas realizadas por um determinado período. O que nesse caso do exemplo da figura 2, a Universidade de Brasília – UnB vem crescendo os seus depósitos de forma exponencial desde 2011.

Considerando que existem no Brasil 69 Universidades Federais, apenas 34 possuem RI, ou seja, um quantitativo de 49%. O que mostra que ainda faltam 51% das Universidades Federais implantarem seus Repositórios Institucionais. Abaixo o gráfico 1 apresenta o quantitativo de Universidades Federais com Repositórios Institucionais.

Gráfico 1 – Universidades Federais com RI.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Toda a metodologia aplicada para essa pesquisa, como os levantamentos bibliográficos/dados e elaboração do Roteiro de implantação, foi realizada durante os meses de junho de 2020 a agosto de 2021.

As diretrizes de implantação de Repositório Institucional deu-se em várias etapas e compreende na elaboração de vários produtos que irão compô-lo, como as minutas da Política de Gestão (Política de Funcionamento, Política de Direitos Autorais, Política de Preservação Digital), Requisitos de *software*, Manual para os usuários de RI, Plano de Comunicação e o Guia de diretrizes que compõem todos os produtos. Este roteiro consolidará todas as informações necessárias para a concretização das atividades desejáveis durante a implantação de Repositório Institucional nas IFES.

A seguir, um quadro que apresenta a visão panorâmica das etapas da elaboração do roteiro de Implantação do Repositório Institucional. Esse quadro é dividido em: guia de implantação, minutas das políticas, requisitos de *software*, manual para os usuários, plano de comunicação.

Destaca-se que todos os produtos foram desenvolvidos na plataforma Canva, ferramenta de design gráfico que tem banco de imagens, áudios e vídeos que podem ser usados para fins pessoais e comerciais. A utilização do Canva contribuiu na criação da identidade visual dos produtos.

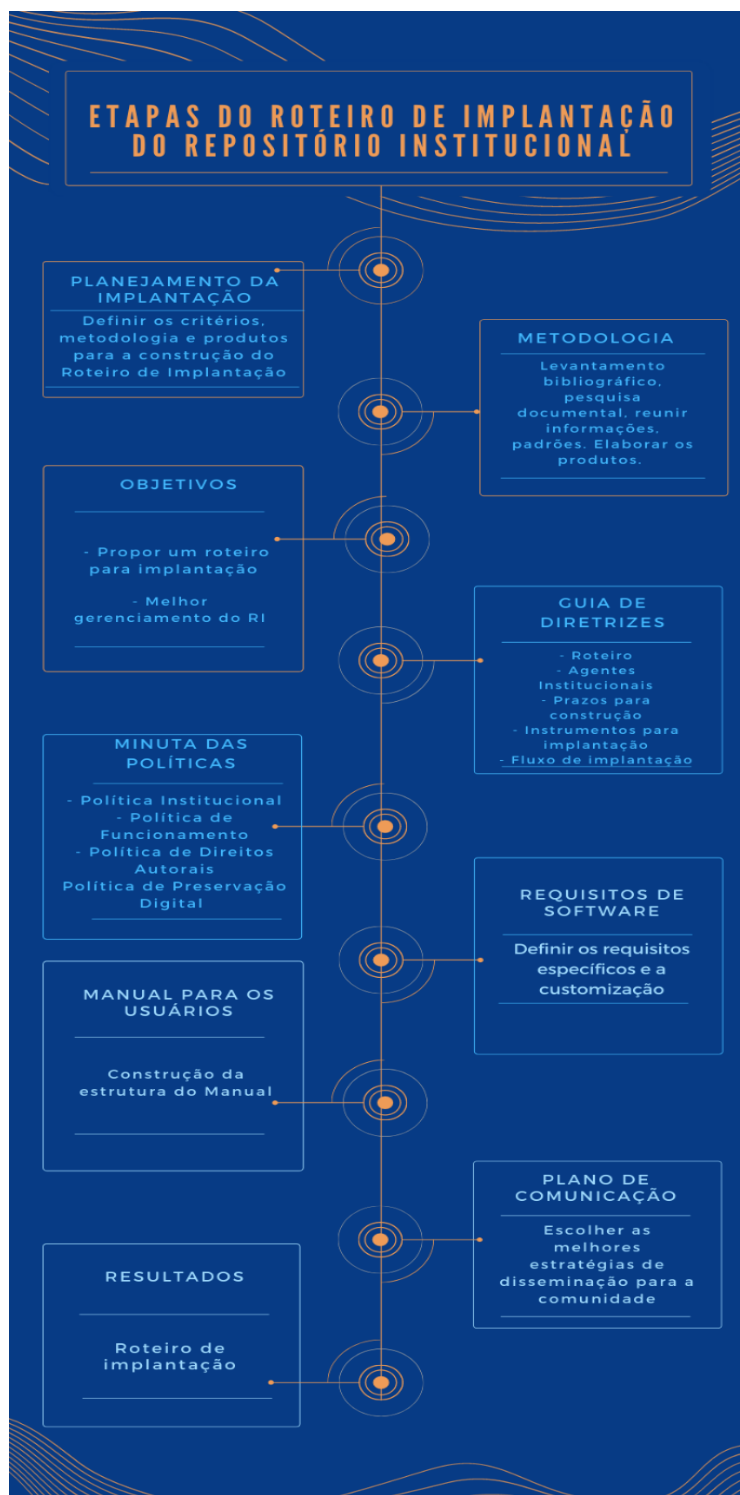
Quadro 1 - Roteiro das etapas de implantação

Guia de Diretrizes	Minuta das Políticas	Manual para os usuários	Requisitos de <i>software</i>	Plano de Comunicação
Apresentação ✓	Política Institucional ✓	Introdução ✓	Capa e Sumário ✓	Introdução ✓
Introdução ✓	Política de Funcionamento ✓	Como acessar ✓	Introdução ✓	Objetivos ✓
Roteiro de diretrizes ✓	Direito Autoral ✓	Busca rápida ✓	Finalidade ✓	Processos ✓
Agentes Institucionais ✓	Preservação Digital ✓	Busca avançada ✓	Escopo ✓	Consulta Pública ✓
Prazos para construção ✓		Busca facetada ✓	Requisitos Específicos ✓	Sensibilização ✓
Implementação das diretrizes ✓		Busca por Comunidades e Coleções ✓	Critérios Técnicos Biblioteconômicos ✓	Ação Real ✓
Instrumentos para implantação ✓		Resultados da Busca ✓	Critérios Técnicos Computacionais ✓	Sedução ✓
Fluxo de implantação ✓		Iniciar um novo depósito ✓	Outros Requisitos ✓	Estratégia de marketing ✓
Considerações Finais ✓		Idioma ✓	Melhorias no sistema ✓	Divulgação das estatísticas ✓
Referências ✓		Fale Conosco ✓	<i>Design Thinking</i> ✓	Divulgação das notícias ✓
		Ajuda ✓	RI Interativo ✓	Assinatura de coleção ✓
		Meu espaço ✓	Referências ✓	Rss e Redes sociais ✓
		Atualizações por e-mail ✓		Fluxograma ✓
		Referências ✓		Referências ✓

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O infográfico, a seguir, apresenta as principais etapas do Roteiro de implantação do Repositório Institucional. Essas etapas constituem a fase de planejamento, metodologia, objetivos, minuta das políticas, requisitos de *software*, manual para os usuários, plano de comunicação e resultados.

Figura 3 – Infográfico das etapas do Roteiro de RI.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

4 RESULTADOS

Os resultados são apresentados no apêndice do Roteiro de implantação, conforme a sequência a seguir:

Produto 4.1

Em forma do artigo intitulado “Gestão de conteúdos informacionais nas Instituições Federais de Ensino Superior: um roteiro para implantação de repositórios nas bibliotecas universitárias” que foi submetido ao periódico *Cadernos de Prospecção com qualis B3*;

Produto 4.2

- Guia de diretrizes para implantação de Repositório Institucional;

Produto 4.3

- As 4 (quatro) minutas da Política do Repositório Institucional que compreendem nas seguintes:

- Política Institucional de Repositório;
- Política de Funcionamento;
- Política de Direitos Autorais;
- Política de Preservação Digital.

Produto 4.4

- Manual para os Usuários do Repositório Institucional;

Produto 4.5

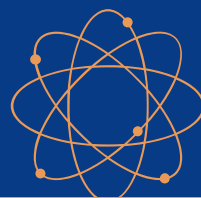
- Requisitos de *software* para implantação de Repositório Institucional;

Produto 4.6

- Plano de Comunicação para Repositório Institucional.

Produto 4.1

Artigo científico



GESTÃO DE CONTEÚDOS INFORMACIONAIS NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR: UM ROTEIRO PARA IMPLANTAÇÃO DE REPOSITÓRIOS NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

RESUMO

Esse trabalho visa apresentar um roteiro para implantação de Repositórios Institucionais nas bibliotecas universitárias. O objetivo é propor diretrizes para sua implantação. Como técnica de pesquisa, adota-se uma abordagem qualitativa, utilizando-se de revisão bibliográfica, pesquisa exploratória e levantamento documental. Como estratégia de implantação há fases importantes, como a construção das minutas das Políticas de gestão do repositório institucional. Além de construir o Manual técnico do usuário, Requisitos de software, Plano de comunicação e Guia de diretrizes. Tendo como base a relevância do conhecimento científico produzido no Brasil, o Repositório tem o papel de impulsionar o desenvolvimento tecnológico e a inovação, contribuindo para produção do conhecimento, pesquisa e ampliação do acesso à produção intelectual das Universidades para que a população conheça o que se tem feito em âmbito acadêmico e científico.

Palavras-chave: Repositório Institucional. Divulgação Científica. Bibliotecas Universitárias.

MANAGEMENT OF INFORMATION CONTENT IN FEDERAL HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS: A ROADMAP FOR IMPLEMENTING REPOSITORIES IN UNIVERSITY LIBRARIES

ABSTRACT

This work aims to present a roadmap for implementing Institutional Repositories in university libraries. The objective is to propose guidelines for implementation. As a research technique, a qualitative approach is adopted, using literature review, exploratory research and documentary survey. As an implementation strategy, there are important phases, such as the construction of draft institutional repository management policies. In addition to building the Technical User Manual, Software Requirements, Communication Plan and Deployment Guide. Based on the relevance of scientific knowledge produced in Brazil, the Repository has the role of boosting technological development and innovation, contributing to the production of knowledge, research and expansion of access to the intellectual production of Universities so that the population knows what is needed. has done in academic and scientific fields.

Keywords: Institutional Repository. Scientific Spreading. University Libraries.

Área tecnológica: Inovação. Tecnologia Informacional. Transferência Tecnológica.

INTRODUÇÃO

Por reconhecer a importância da produção científica para o desenvolvimento acadêmico do país, as Bibliotecas Universitárias estão cada vez mais alinhadas com as políticas de disseminação e acessibilidade da produção do conhecimento e pesquisa institucional no contexto digital.

As Bibliotecas Universitárias têm como missão dar suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão nas Universidades, conforme Inácio (2018). A tendência mundial das Unidades de Informação é disponibilizar seus objetos digitais, e assim compartilhar recursos informacionais por meio das tecnologias de informação e comunicação, numa tentativa de eliminar a distância e o espaço físico, otimizando a pesquisa e o desenvolvimento científico e tecnológico.

Para que ocorra essa disseminação do conhecimento, segundo Queiroz (2016) o Repositório Institucional – RI é uma ferramenta criada para facilitar o acesso à produção científica. É um conjunto de bases de dados desenvolvida para reunir, organizar e tornar mais acessível à produção científica dos pesquisadores, podendo ser institucionais ou temáticos, dependendo da finalidade.

Outro fator que contribui para a implantação do Repositório é a missão das Bibliotecas Universitárias, como afirma Gomes e Barbosa (2003, p. 2), é:

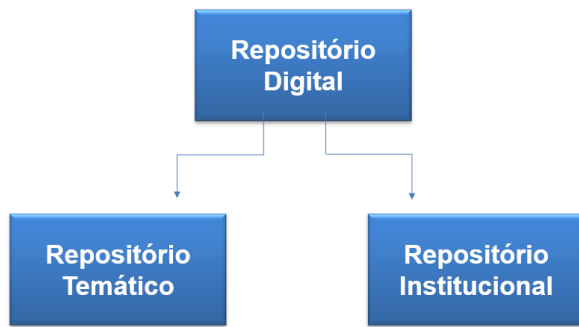
Prover, disseminar e transferir informação de modo a viabilizar a atuação plena da universidade da promoção do ensino, pesquisa e extensão, por meio da oferta de cursos de graduação e pós-graduação, produção e transferência de conhecimento e tecnologia.

Esse artigo apresenta diretrizes para implantação de Repositórios Institucionais nas Bibliotecas Universitárias Federais. O objetivo é propor um roteiro de implantação para poder consolidar as informações necessárias para a concretização das atividades desejáveis, garantindo assim maior assertividade e correção prévia de eventuais problemas. O papel principal dos RI é agrupar, armazenar, organizar, preservar, recuperar e divulgar a produção científica e acadêmica das Universidades com vistas à gestão da informação científica, aumentando a visibilidade e o prestígio da instituição em âmbito nacional e internacional e ao mesmo tempo promover a transparência dos gastos públicos e apoio às atividades de pesquisa e criação do conhecimento científico no âmbito das Universidades.

O roteiro de implantação de Repositório Institucional consiste no ato de introduzir de forma coordenada uma solução técnica e serviços numa organização. Essas diretrizes impulsionarão um melhor gerenciamento dos processos de gestão da informação científica. Além de apresentar as principais ações a serem realizadas a curto e médio prazo com o planejamento que subsidie a efetiva implantação do Repositório nas Instituições, tendo como importantes pilares: documentos, infraestrutura, tecnologia da informação e pessoas.

Segundo o Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia - IBICT (2020), existem os Repositórios Digitais que podem ser institucionais ou temáticos. Os repositórios institucionais lidam com a produção científica de uma determinada instituição. Os repositórios temáticos com a produção científica de uma determinada área, sem limites institucionais, conforme a figura 1 abaixo.

Figura 1 - Organograma de tipos de Repositórios.



Fonte: Elaboração própria (2021).

Já os RI irão promover a integração e reunião de toda a produção acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES (dos docentes, pesquisadores, técnico-administrativos, discentes de graduação e pós-graduação), em um único local virtual, evitando assim duplicidades e inconsistências de documentação. Existe uma diferenciação entre os tipos de repositórios.

Os objetivos específicos desse roteiro de implantação são apresentar um modelo de minuta das políticas, manual do usuário, requisitos de *software*, plano de comunicação e guia de implantação. Essas diretrizes irão contribuir para que mais repositórios sejam implantados.

De acordo com Sayão (2007) a preservação digital pode ser entendida como o conjunto de estratégias e protocolos na unidade da informação que visam à manutenção do banco de dados e dos objetos digitais disponibilizados, devidamente formalizados, não há como desenvolver ambientes com conteúdos digitais sem pensar em sua preservação.

A relevância dos Repositórios Institucionais no contexto da divulgação científica e do movimento de acesso aberto à informação aumentou consideravelmente devido ao surgimento da pandemia pelo novo coronavírus, os RI se tornaram a vitrine da internet em termos de democratização do conhecimento, pois ocorreu o fechamento das Bibliotecas Universitárias, o usuário ficou sem acesso à informação no suporte físico, houve o isolamento social, crescimento da participação de discentes e docentes na educação a distância e a ampliação do acesso à fontes diferentes de informação que pudessem ser utilizadas remotamente.

METODOLOGIA

Consiste em levantamento bibliográfico para apreender conceitos sobre o tema, pesquisa documental para conhecimento do referido Repositório Institucional tratado. Este estudo foi realizado por meio de uma abordagem descritiva qualitativa (CRESWELL, 2010), a partir de análise das principais referências disponíveis na literatura sobre o objeto pesquisado, incluindo obras publicadas em bancos de dados virtuais, legislações e informações disponíveis em portais do IBICT. Além de um levantamento no Diretório Registry of Open Access Repositories - ROAR das Universidades Federais que possuem RI e que utilizam o Dspace. Esse Diretório lista todos os Repositórios acadêmicos de acesso aberto, permite a identificação, navegação e busca de repositórios, com base em uma gama de recursos, como localização, software ou tipo de material mantido. Essa pesquisa foi realizada durante os meses de junho de 2020 a junho de 2021.

O roteiro de implantação de Repositório Institucional deu-se em várias etapas e compreende na elaboração de vários produtos que irão compô-lo, como as minutas da Política de Gestão (Política de Funcionamento, Política de Direitos Autorais, Política de Preservação Digital), Requisitos de software, Manual para os usuários de RI, Plano de Comunicação e o Guia de Diretrizes. Essas

diretrizes consolidará todas as informações necessárias para a concretização das atividades desejáveis durante a implantação de Repositório Institucional nas IFES.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A construção das diretrizes de implantação de Repositório Institucional deu-se em várias fases. A seguir, um quadro que apresenta a visão panorâmica das etapas da elaboração do roteiro de Implantação do Repositório Institucional. Esse quadro é dividido em: minutas das políticas, requisitos de software, manual para os usuários, plano de comunicação e guia de implantação.

Quadro 1 - Roteiro das etapas de implantação

Minuta das políticas	Requisitos de software	Manual do usuário	Plano de comunicação	Guia de diretrizes
Política Institucional ✓	Capa e Sumário ✓	Introdução ✓	Introdução ✓	Capa e Sumário ✓
Política de Funcionamento ✓	Introdução ✓	Como acessar ✓	Objetivos ✓	Apresentação ✓
Direito Autoral ✓	Finalidade ✓	Busca rápida ✓	Processos ✓	Introdução e Objetivos ✓
Preservação Digital ✓	Escopo ✓	Busca avançada ✓	Consulta Pública ✓	Metodologia ✓
	Requisitos Específicos ✓	Busca facetada ✓	Sensibilização ✓	Produtos ✓
	Critérios Técnicos Biblioteconômicos ✓	Busca por Comunidades e Coleções ✓	Ação Real ✓	Etapas ✓
	Critérios Técnicos Computacionais ✓	Resultados da Busca ✓	Sedução ✓	Resultados ✓
	Outros Requisitos ✓	Iniciar um novo depósito ✓	Estratégia de marketing ✓	Referências ✓
	Melhorias no sistema ✓	Idioma ✓	Divulgação das estatísticas ✓	
	Design Thinking ✓	Fale Conosco ✓	Divulgação das notícias ✓	
	RI Interativo ✓	Ajuda ✓	Assinatura de coleção ✓	
	Referências ✓	Meu espaço ✓	Rss e Redes sociais ✓	
		Atualizações por e-mail ✓	Fluxograma ✓	
		Referências ✓	Referências ✓	

Fonte: Elaboração própria (2021).

Políticas do Repositório Institucional

É muito importante elaborar e implementar as políticas de RI, segundo Leite (2012). A primeira etapa das diretrizes de implantação foi a elaboração das minutas das políticas do RI. Essas políticas consistem em 4 (quatro):

- Política Institucional de Repositório;
- Política de Funcionamento;
- Política de Direitos Autorais;
- Política de Preservação Digital.

A Política Institucional de Repositório compreende em regulamentar as diretrizes de informação do Repositório Institucional da Universidade Federal. Define o Grupo Gestor do RI encarregado do desenvolvimento, implantação e manutenção do Repositório, será formado por: quatro bibliotecários; um arquivista; um servidor técnico de tecnologia da informação; um (a) servidor (a) técnico-administrativo.

Essa Política tem como diretriz que o RI visa a preservação da memória institucional, além de promover o acesso aberto à produção científica, filosófica, cultural, artística e tecnológica, através da organização e socialização de obras e demais produções de natureza acadêmica produzida por servidores, discentes, docentes e colaboradores vinculados a Universidade.

Definição, Finalidade, Objetivos, Organização, Funcionamento, Estrutura Informacional, Requisitos para submissão dos documentos no RI, como será o povoamento do Repositório, quem fará parte da comissão de implantação e manutenção são os principais temas relacionados a essa Política.

Já a Política de Funcionamento define os responsáveis pela instalação e manutenção. Esclarece a documentação para depósito e termos de autorização para submissão dos objetos digitais. Delineia quais materiais poderão ser depositados no RI, quem serão os depositantes, estabelece como será o processo de submissão e quem fará o registro da produção científica da comunidade acadêmica.

Os metadados são especificados, devendo seguir padrões internacionais e nacionais, Freyre (2019) apresenta a padronização dos metadados para o Dspace. Além de que os conteúdos dos materiais deverão ser científicos ou acadêmicos, as obras intelectuais terão que estar em formato digital produzidos pela instituição ou por membros da comunidade acadêmica e que tenham sido submetidos a avaliação por pares e/ou banca avaliadora.

A Política de Direitos Autorais conceitua termos técnicos, como: *Creative Commons*, acesso aberto, embargo, metadados, modelo de utilidade, patente de invenção e via dourada. Essa política norteia a implementação do Acesso Aberto, gestão da política e a gerência dos Direitos Autorais no repositório, garantindo a não violação dos Direitos Autorais, de ordem patrimonial ou moral, resguardando a Universidade de futuras implicações legais.

Essa política regulamenta que os autores são titulares dos direitos autorais dos documentos disponibilizados no Repositório Institucional, vedada, nos termos da lei, a comercialização de qualquer espécie sem autorização prévia dos detentores dos direitos. Com relação às licenças, atribui-se licenças flexíveis e abertas a fim de maximizar a disseminação e o uso da produção técnico-científica e dos dados de pesquisa da Universidade.

No que concerne aos embargos da produção técnico-científica, recomenda-se atender aos períodos estabelecidos. Nesse caso, os metadados deverão ser disponibilizados no Repositório Institucional até o final do embargo, quando o texto integral deverá ser liberado. Quando houver pedidos de patente de invenção e modelo de utilidade, registro de desenho industrial e registro de marca deverão ter os metadados depositados no Repositório Institucional. O acesso integral será liberado após sua publicação pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI.

A presente política poderá ser alterada mediante aprovação da Comissão de Implantação do Repositório Institucional em reunião extraordinária convocada especificamente para esse fim. Já a revisão e atualização da política será a cada 05 (cinco) anos ou conforme a necessidade de acompanhar a legislação vigente brasileira.

A política de Preservação Digital dispõe diretrizes que garantirão o acesso contínuo em longo prazo à informação científica, tecnológica e cultural existente em formato digital no Repositório Institucional. Essa política conceitua termos técnicos, como: *Backup*, *International Organization for Standardization – ISO*, *Metadados*, *Migração*, *Objeto Digital*, *Open Archival Information System – OAI*, *Redundant Array of Independent Disks – RAID*, *Refrescamento* e *Replicação*.

O objetivo dessa política é gerenciar e armazenar coleções de objetos digitais, por um longo período de tempo, provendo o acesso apropriado e atuando como provedores de dados. Desta forma, devem dispor de uma estrutura organizacional que apoie e reflita a estrutura, função e atividades da universidade visando suas relações internas e externas dos materiais digitais sob sua responsabilidade.

Manter a autenticidade dos documentos de arquivo em formato digital, preservando-os e apresentar um plano de contingência que ofereça segurança para a informação, preservar o patrimônio cultural e intelectual da universidade e assegurar que ele seja acessível e mantido de forma confiável para uso futuro são diretrizes fundamentais para o resguardo do acervo da Instituição.

Outro item importante que está assegurado nessa política é a sustentabilidade social que promove práticas administrativas com a redução dos impactos ambientais, com soluções inteligentes, como economizar no consumo do papel, ocasionando o equilíbrio do meio ambiente, pois através da digitalização dos documentos, há um maior controle sobre esses registros e facilita a busca das informações digitais, garantindo a sustentabilidade dos dados a longo prazo e desenvolve ações de manutenção, preservação e agregação de valor aos dados em toda sua vida útil.

As Bibliotecas Universitárias adotarão critérios consistentes para a seleção e preservação do material digital. Uma vez que esse material tenha sido selecionado para a administração e preservação digital, a Biblioteca Central se compromete com a manutenção pelo tempo que for necessário ou desejado.

Os níveis de preservação e o período de tempo para manter o material digital acessível serão determinados pelos responsáveis em selecionar o material e pelos curadores digitais, com o apoio de técnicos especializados. A Biblioteca Central participará do desenvolvimento de padrões, práticas e soluções comunitárias de preservação digital. Observando uma infraestrutura de preservação digital escalável, confiável, sustentável e auditável.

Requisitos de *software*

Os Repositórios Institucionais seguem a filosofia preconizada pela Iniciativa dos Arquivos Abertos (*Open Archives Initiative – OAI*), conforme Shintaku (2010). Esta iniciativa defende que todos os materiais de pesquisa devem ser disponibilizados publicamente na Web, sem restrições de acesso, sobretudo as pesquisas desenvolvidas com recursos oriundos de agências públicas de fomento à pesquisa, de acordo com Santos Júnior (2010).

O software com o maior número de implementações no mundo para a construção de repositórios baseados no Modelo da Iniciativa dos Arquivos Abertos é o *Institutional Digital Repository Systems – Dspace*. É a Plataforma recomendada pelo IBICT para a construção e gestão de Repositórios Institucionais no Brasil, segundo Santos Júnior (2010).

Segundo o IBICT (2020), o Dspace é um software livre que, ao ser adotado pelas organizações, transfere a elas a responsabilidade e os custos com as atividades de arquivamento e publicação da sua produção institucional. O Dspace possui natureza operacional específica de preservar objetos digitais, iniciativa de grande interesse da comunidade científica.

Para se ter um Sistema de Informação de qualidade com boa estrutura e relevância deve-se observar os requisitos necessários que envolvam a Biblioteconomia e a área de desenvolvimento de *software*. O Requisito de software tem o intuito de reunir e apresentar propostas de configurações na Plataforma Dspace para os administradores dos Repositórios Institucionais das Universidades Federais. Usando uma linguagem acessível para os profissionais de Tecnologia da Informação, Bibliotecários, entre outros.

Essas especificações de requisitos são para o projeto gráfico da página, acréscimo de funcionalidades, alteração das comunidades e subcomunidades, a usabilidade e a acessibilidade da produção científica do Repositório, Arquitetura da informação, de modo a facilitar a interação entre a Plataforma, o usuário e o acesso à informação. Levando em consideração um acervo de Biblioteca Universitária. Observando e mantendo a interface gráfica ao padrão Dspace, como cores e logotipos, utilização de interface padrão para o português e adequação da estrutura de disponibilização de metadados.

Observa-se uma falta de padronização dos metadados descritivos e temáticos dos Repositórios Institucionais (PROPRIEDADE, 2020). Esse Roteiro tem o intuito de trazer maior funcionalidade ao Sistema e melhorar a Arquitetura da Informação e Recuperação da Informação, pois os resultados das buscas dependem de uma indexação correta para que o tratamento dos assuntos venha colaborar para o fornecimento de informações relevantes e precisas para os usuários, gerando uma política de indexação, controle de remissivas, o uso de qualificadores, o tratamento de assuntos genéricos, o uso de notas explicativas e a seleção de novos assuntos. O que gerará melhor qualidade dos metadados. Os metadados de cada Comunidade e Coleções devem ser respeitados em sua especificidade, formato e contexto.

A norma ISO 9126, em sua parte 1, apresenta as características de qualidade de software:

- **Funcionalidade:** capacidade do software de prover funções que atendem a necessidades expressas e implícitas, quando usado nas condições especificadas.
- **Confiabilidade:** capacidade do software de manter seu nível de desempenho, quando usado nas condições específicas.
- **Usabilidade:** capacidade do software de ser compreendido, aprendido, usado e apreciado pelo usuário, quando usado nas condições especificadas.
- **Eficiência:** capacidade do software de operar no nível do desempenho requerido, em relação à quantidade de recursos empregados, quando usado nas condições especificadas.
- **Possibilidade de manutenção:** capacidade do software de ser modificado. Modificações podem abranger correções, melhorias ou adaptações do software. Mudanças de ambiente ou nas especificações funcionais e de requisitos.
- **Portabilidade:** capacidade do *software* de ser transferido de um ambiente a outro.

Já o controle da linguagem que se dá através da indexação, no uso de vocabulários controlados, de ontologias, de tesouros, das taxonomias, entre outros padrões, futuramente serão o suporte essencial para a ocorrência da Web semântica. E como requisitos básicos, o Sistema deverá conter Funcionalidade, Confiabilidade, Usabilidade, Eficiência, Possibilidade de manutenção, Portabilidade. Além de ser necessário a escalabilidade e a Sustentabilidade do Dspace.

Para a melhoria da usabilidade do sistema foi utilizada a abordagem de inovação centrada no usuário que é a ferramenta *Design Thinking* que ajudará a Biblioteca a desenvolver uma nova forma de trabalho, de forma mais colaborativa com os usuários, conforme Juliani (2016). *Design Thinking* é uma abordagem na resolução de problemas. Segundo a Global Libraries (2017) suas principais características são:

- Foco no usuário;
- Busca por ideias em esferas diferentes que possam ser reunidas em um conceito comum inovador;
- Ação multidisciplinar, com a união de forças e de insights variados sobre o mesmo obstáculo.

A metodologia da pesquisa em *Design Thinking* diz respeito a escutar, observar e estar aberto ao inesperado. O projeto de design refere-se a abrir possibilidades em vez de validar ou fornecer evidências.

Com direito a preparação, essa fase pode inspirar ao novo, a novas perspectivas sobre o desafio e ofertar uma grande base para as próximas etapas do projeto, contribuindo para disponibilizar informações de qualidade e promover a usabilidade e acessibilidade informacional da produção científica no ambiente da Biblioteca Universitária. A seguir, uma demonstração de mapeamento de processo que ajudará na construção do *Design Thinking*.

Manual do usuário

É uma proposta para auxiliar na usabilidade dos sites dos RI que utilizam o software Dspace. Este Manual apresenta o passo a passo da navegação do usuário em busca de respostas para sua pesquisa. Há possíveis buscas, como rápida, facetada e avançada. Além de realizar buscas pelas comunidades e coleções, encontrar os resultados das buscas e realizar depósito de obras. Portanto, há orientação em fornecer explicações, de forma simples, sobre como executar as tarefas que fazem parte do dia a dia do usuário que utiliza os Repositórios Institucionais nas IFES.

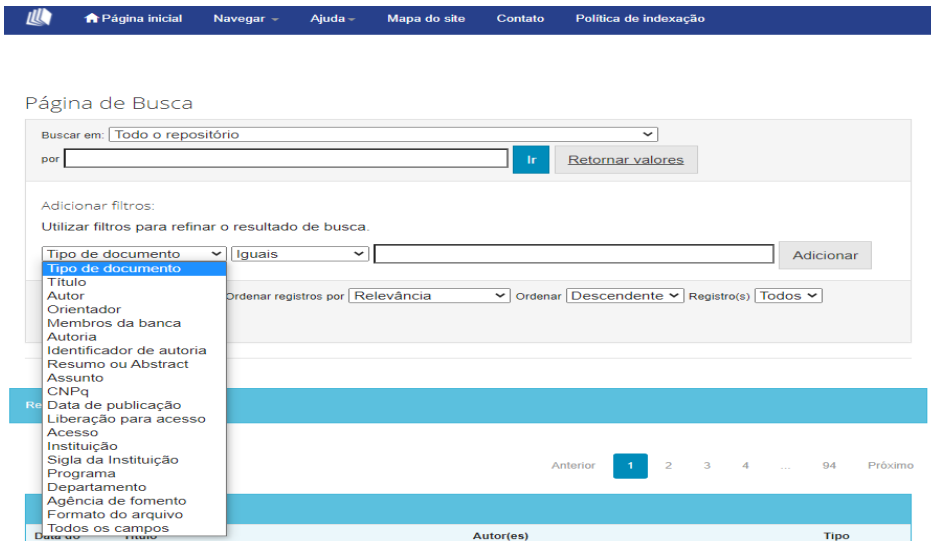
Este Manual é direcionado aos docentes, discentes, técnicos administrativos e comunidade externa. O acesso ao RI se dá através de 2 (duas) maneiras:

- Pelo Portal da Biblioteca Central da Universidade;
- Pela URL do próprio Repositório.

Para pesquisar em todo Repositório, usa-se a caixa de pesquisa no meio da página inicial. Por meio da barra de busca, na barra da página inicial, busque por palavra-chave, assunto, autor, título por universidade.

Na busca avançada é possível pesquisar por vários campos, como Todo Repositório ou pesquisar individualmente pelos Programas de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. No caso das Universidades, a busca é feita pelos campi da Instituição. Para especificar melhor a busca, o usuário poderá escolher os seguintes metadados: título, autor, assunto e data de publicação. Assim como a busca booleana é possível combinar palavras-chave para limitar, filtrar ou refinar a pesquisa. Já na busca avançada pode-se realizar a busca por orientador, membros da banca, identificador de autoria, resumo ou abstract, assunto, CNPQ, liberação de acesso, sigla da Instituição, entre outros, como a figura 2 abaixo.

Figura 2 - Busca avançada.



Fonte: RI do IBICT (2021).

No canto direito da pesquisa há a busca facetada que agrupa entidades como parte de um registro. Os filtros implementados pela pesquisa facetada do RI permitem que os usuários localizem o tema desejado com mais rapidez do que a pesquisa tradicional. É possível realizar a busca facetada por autor, assunto, áreas do conhecimento, tipos de documento, data de publicação, tipo de acesso (aberto ou embargado), conforme a figura 3 abaixo.

Figura 3 - Busca facetada.

Data de publicação	
2020 - 2021	50
2010 - 2019	488
2000 - 2009	280
1990 - 1999	44
1980 - 1989	31
1970 - 1979	25
1968 - 1969	2

Tipo de acesso	
Acesso Aberto	919
Acesso Embargado	1
An error occurred on the license ...	1

Fonte: RI do IBICT (2021).

Na aba “Navegar” do Repositório pode-se listar as Comunidades e Subcomunidades e as Coleções presentes, como artigos publicados no Brasil, Trabalhos apresentados em Congressos. Já nos resultados da pesquisa é possível refinar os resultados da busca, os filtros são para ordenar os resultados em ordem dos registros (relevância, título e data de publicação), ordem decrescente ou crescente e registros por quantidade, de acordo com a figura 4 abaixo.

Figura 4 - Filtros para os resultados.

The image shows a search interface titled 'Página de Busca'. At the top, there is a search bar with a dropdown menu set to 'Todo o repositório'. Below the search bar, there are buttons for 'Ir' and 'Retornar valores'. Underneath, there is a section for 'Adicionar filtros' with the instruction 'Utilizar filtros para refinar o resultado de busca.' This section includes a dropdown for 'Tipo de documento' set to 'Iguais' and an 'Adicionar' button. Below this, there are sorting options: 'Resultados/Página' set to '10', 'Ordenar registros por' with a dropdown menu open showing options like 'Relevância', 'Data de Publicação', 'Título', 'Autor', 'Orientador', 'Programa', and 'Autor', 'Ordenar' set to 'Descendente', and 'Registros(s)' set to 'Todos'. A blue bar at the bottom of the interface displays 'Resultado 1-10 de 939'.

Fonte: RI do IBICT (2021).

Há o Menu Meu Espaço que realiza o registro do usuário no Dspace, podendo o usuário realizar assinatura das Coleções e receber atualizações de quando uma nova obra for inserida no sistema. Já para iniciar um novo depósito, o usuário deverá selecionar a Coleção onde a obra será depositada, escolher o tipo de documento que está sendo depositado, podendo ser artigo de periódico, depois preencher o formulário com título, autoria, entre outros. Depois, fazer o upload do arquivo, verificar se os metadados estão corretos e escolher a licença pública que permite a distribuição gratuita de uma obra protegida por direitos autorais.

Sobre as políticas do Repositório, existem a de Indexação e a do Repositório. A de Indexação orienta os depositantes do RI a analisar e representar os assuntos contidos em seus documentos. Já a política do Repositório tem como diretriz preservar a produção científica, potencializar o intercâmbio com outras Instituições, otimizar a gestão do investimento em pesquisa.

Plano de Comunicação

O Plano tem como estratégia definir as formas de divulgar o lançamento do Repositório Institucional dentro e fora das IFES, pois para que haja adesão voluntária da comunidade acadêmica é necessário que tenha engajamento da comissão do RI, junto aos docentes, discentes e técnicos administrativos. Para que os pesquisadores possam usar este serviço informacional é preciso conhecer sua funcionalidade e quais as vantagens para o pesquisador e para a Instituição de se registrar no RI.

O objetivo do Plano de Comunicação é nortear os processos necessários para gerar bons resultados na comunicação e divulgação do RI e fazer com que os pesquisadores compreendam a importância da divulgação científica e consequentemente o aumento da visibilidade das produções científicas da Instituição.

Para Sayão (2009) existem algumas etapas que compõem a divulgação dos Repositórios, porém acrescentamos a consulta pública para a construção do Plano de Comunicação, que são:

- Realizar consulta pública à comunidade acadêmica para que se busque a opinião sobre questões que a afetam e que melhorem o seu dia a dia;
- Sensibilização – É a conscientização dos gestores, formuladores de políticas de governo e decisores de agências de fomento;
- Ação real – Elaboração de políticas de funcionamento desses repositórios. Bibliotecários devem visitar as Unidades acadêmicas para divulgar a iniciativa e fazer reuniões de colegiados para treinamento de uso do RI e apresentar avanços.

- Sedução – Toda a equipe da Biblioteca irá fazer o povoamento dos RI, fazer a divulgação das estatísticas de uso, pois isso mostra os benefícios do uso e visibilidade dos RI.
- Estratégia de marketing – Investir em estratégia de marketing para que se possa garantir a participação da comunidade, para poder atrair reconhecimento e investimento.
- Divulgação das estatísticas – Estratégia para atrair autores interessados em ver suas obras no RI.
- Divulgação das notícias – Usar o RI como ponto de divulgação de eventos e notícias relacionadas ao Repositório.
- Assinatura de coleções – O usuário será avisado quando uma nova obra foi registrada conforme o interesse.
- Rss e redes sociais – São ferramentas que aproximam a comunicação com o usuário.

No Brasil, apesar dos avanços na implantação dos RI nas Universidades Federais, ainda existem muitas Bibliotecas Universitárias que não usam essa ferramenta, como é o caso dos Institutos Federais - IF. Mendonça et al (2019) realizou uma pesquisa e constatou que dos 38 IF's, apenas 32% possuem Repositório Institucional.

Outro resultado do levantamento no Diretório ROAR nos apresenta que das 69 Universidades Federais brasileiras, 34 Instituições possuem RI, ou seja, cerca de 49% dessas Instituições. O que mostra que ainda faltam 51% das Universidades Federais implantarem seus Repositórios Institucionais. Essa porcentagem reflete que existe demanda para o uso do Roteiro de Implantação do RI nas Instituições Federais, sem contar com as Bibliotecas Universitárias Estaduais, Privadas e Instituições de pesquisa.

CONCLUSÃO

Os Repositórios Institucionais são atualmente as principais ferramentas estratégicas para que as Universidades e as Bibliotecas Universitárias promovam a visibilidade da produção científica acadêmica e a transparência dos investimentos públicos em pesquisas em prol da sociedade.

Considerando a relevância do conhecimento científico produzido nas Universidades brasileiras, essa divulgação tem o papel também de impulsionar o desenvolvimento tecnológico e a inovação, contribuindo para produção do conhecimento e a pesquisa. Portanto, é imperativo que as entidades de ensino consolidem, de fato, o acesso à produção intelectual das Universidades e que a população conheça o que se tem feito em âmbito acadêmico.

Os repositórios digitais podem ser considerados uma inovação no gerenciamento da informação digital. Editoras, bibliotecas, arquivos e centros de informação em vários países estão criando grandes repositórios de informação digital, contendo diferentes tipos de conteúdo e formatos de arquivos digitais (LEITE, 2009).

Importante ressaltar que os RI aparecem como resultado na busca no Google Acadêmico, o que evidencia e amplifica as produções científicas das Instituições. Além de elevar a nota de avaliação do Ministério da Educação - MEC nos cursos de graduação, pois possuir RI próprio acessível pela internet e disponibilizar os Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC é um critério de análise e que faz a Instituição conseguir o conceito 5 nesse quesito, conforme o Instrumento de Avaliação de cursos de graduação presencial e a distância, Brasil (2017, p. 14).

Portanto, o Repositório Institucional apresenta-se como peça-chave para o processo de divulgação científica, oferecendo novas oportunidades para o compartilhamento da informação, contribuindo, outrossim, para o desenvolvimento da ciência, uma que vez que proporcionam visibilidade, armazenamento e a recuperação da informação, o que faz obter a valorização do pesquisador e o conhecimento científico brasileiro.

PERSPECTIVAS FUTURAS

O Repositório Institucional tornou-se a vitrine da internet em termos de democratização do conhecimento. Desde o início da pandemia pelo novo coronavírus, com o fechamento das Bibliotecas Universitárias, a sociedade ficou sem acesso à informação no suporte físico e com o isolamento social e o aumento da participação de discentes e docentes na educação a distância, houve a ampliação da relevância dos Repositórios no contexto da divulgação científica e do movimento de acesso aberto à informação.

Os RI têm se tornado mais evidentes, pois atualmente há 4 (quatro) Repositórios regionais que são chamados de Redes de Repositórios e estes englobam as Instituições acadêmicas e científicas de suas respectivas regiões, como por exemplo:

- Rede Sudeste de Repositórios Institucionais que é gerenciado pela Fiocruz. O link de acesso é: www.icict.fiocruz.br.
- Rede Norte de Repositórios Institucionais que é gerenciado pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. O link de acesso é: www.redenorte.ufam.edu.br.
- Rede Nordeste de Repositórios Institucionais que é gerenciado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. O link de acesso é: <https://repositorio.ufrn.br/wiki/doku.php>.
- Rede Sul de Repositórios Institucionais que é gerenciado pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG. O link de acesso é: <https://redesul.furg.br/pt/>.

O IBICT é o responsável pela Rede Nacional que está em construção. Esse panorama da situação atual dos Repositórios nos mostra um empenho grandioso por parte de profissionais. Essas Redes de Repositórios facilitam muito a pesquisa do usuário, pois não precisa acessar cada repositório ou instituição, basta entrar em qualquer rede que já engloba as diversas instituições de pesquisa, o que permite mais transparência na produção do conhecimento científico.

Essas diretrizes de implantação para RI's contribuirão para o desenvolvimento tecnológico, proporcionando o compartilhamento da produção científica, o acesso irrestrito ao conhecimento produzido nas Instituições, disseminação da informação relevante e confiável, além de propiciar maior evidência dos pesquisadores brasileiros.

Por fim, espera-se que esse roteiro de Implantação de Repositório Institucional sirva de instrumento de apoio aos gestores de RI e que tenha um alcance bastante proveitoso e que contribua e desperte o interesse nas Instituições de pesquisa, científica e acadêmica a implantarem ou aperfeiçoarem seus RI's e que de fato ocorra a democratização da informação e do conhecimento e que o acesso à ciência impulse o desenvolvimento tecnológico, científico e social de nosso país.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE MANTENEDORAS PARTICULARES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE SANTA CATARINA. Webinar Biblioteca: nota máxima no MEC, repositório institucional e tempos de pandemia, 2020. In: **Webinar**. Disponível em: <https://www.ampesc.org.br/2018/webinar-biblioteca-nota-maxima-no-mec-repositorio-institucional-e-tempos-de-pandemia/>. Acesso em: 12 maio 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022**: artigo em publicação periódica técnica e/ou científica: apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro, 2018.

_____. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. 2. ed. Rio de Janeiro, 2018.

_____. **NBR 10520**: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

BRASIL, Ministério da Educação. **Instrumento de Avaliação de cursos de graduação presencial e a distância**: reconhecimento, renovação de reconhecimento. Brasília: INEP/MEC, 2017. 54 p.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

IDEO; GLOBAL Libraries. **Design thinking para bibliotecas**: um toolkit para design centrado no usuário. [s. n.]: IDEO; FEBAB, 2017. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/1537>. Acesso em: 15 maio 2021.

FREYRE, Éder de Almeida. **Manual de tratamento de dados**: preenchimento de metadados para entrada no Arca – Repositório Institucional da FIOCRUZ. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2019. 422p.

GOMES, L; BARBOSA, M. **Impacto da aplicação das tecnologias da informação e comunicação (tics) no funcionamento das Bibliotecas Universitárias**. – In: 4 Encontro das Bibliotecas Universitárias em Ciência da Informação, 2003, Salvador, Brasil. Disponível em: http://www.cinform-anteriores.ufba.br/iv_anais/artigos/TEXT011.HTM. Acesso em: 11 fev. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Repositórios Digitais**. Disponível em: <https://ibict.br/informacao-para-a-pesquisa/repositorios-digitais#:~:text=Os%20RDs%20podem%20ser%20institucionais,determinada%20%C3%A1rea%20%20sem%20limites%20institucionais>. Acesso em: 11 abr. 2021.

_____. **Sistema para construção de Repositórios Institucionais Digitais Dspace**. Disponível em: <https://ibict.br/tecnologias-para-informacao/dspace>. Acesso em: 11 abr. 2021.

INÁCIO, Maria Jane Chelly Oliveira et al. A gestão de serviços de informação em bibliotecas universitárias: estudo de caso na biblioteca setorial Rodolfo Helinsk. **Estudos em Biblioteconomia e Gestão da Informação**, Recife, v.2, n.1, 2018. Disponível em: <http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002862288.pdf>. Acesso em 17 maio 2021.

JULIANI, Jordan Paulesky; CAVAGLIERI, Marcelo; MACHADO, Raquel Bernadete. Design thinking como ferramenta para geração de inovação: um estudo de caso da Biblioteca Universitária da UDESC, **R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 66-83, set. 2015/fev. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/100887/103945>. Acesso em: 15 maio 2021.

LEITE, Fernando; AMARO, Bianca; BATISTA, Tainá. **Boas práticas para construção de repositórios institucionais da produção científica**. Brasília: IBICT, 2012. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/703>. Acesso em: 08 maio. 2021.

LEITE, Fernando César Lima. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília: IBICT, 2009. 120p. ISBN 978-85-7013-067-9.

MENDONÇA et al. Panorama dos repositórios institucionais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 48, n. 3 (Supl.), p.436 – 437, set./dez. 2019. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4910/4505>. Acesso em 18 maio 2021.

PROPRIEDADE intelectual, direitos autorais e repositórios digitais. [S.l.: s.n.], 2020. 1 vídeo (2h e 46min). Publicado pelo Canal Dspace Vídeos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OPSfKByj2fl>. Acesso em: 14 maio 2021.

QUEIROZ, Layde Dayelle dos Santos. Disseminação da produção acadêmica e científica na educação tecnológica por meio de Repositórios Institucionais: uma análise. **Educitec.**, v. 02, n. 4, ano 2016. Disponível em: <https://doaj.org/article/5e6d7e2c97214bc4bcefa492201ff6f4>. Acesso em 10 maio 2021.

ROAR. **Registry of Open Access Repositories**. Disponível em: <http://roar.eprints.org/>. Acesso em 20 maio 2021.

RUGGIERI, Ruggero. Análise sobre a ISO 9126 – NBR 13596. **TI Especialistas**, São Paulo, out. 2016. Disponível em: <https://www.tiespecialistas.com.br/analise-sobre-iso-9126-nbr-13596/#:~:text=Uma%20norma%20que%20tem%20como,avalia%C3%A7%C3%A3o%20da%20qualidade%20do%20software>. Acesso em: 18 maio 2021.

SANTOS JUNIOR, Ernani Rufino dos. **Repositórios Institucionais de acesso livre no Brasil**: estudo delfos. 2010 Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, DF, 2010. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5343/6/2010_ErnaniRufinodosSantosJunior.pdf. Acesso em: 08 maio 2021.

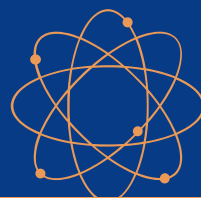
SAYÃO, Luís Fernando. Conservação de documentos eletrônicos. In. GRANATO, M.; SANTOS, C. P.; ROCHA, C. R. A. (Org.). **Conservação de acervos**. Rio de Janeiro: Mast, 2007. p. 181-204. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/275030905_Conservacao_de_documentos_eletronicos. Acesso em: 29 jun. 2021.

_____. (org.); TOUTAIN, Lídia Brandão (org.); ROSA, Flávia Garcia (org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memórias, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf. Acesso em: 08 maio. 2021.

SHINTAKU, Milton; MEIRELLES, Rodrigo. **Manual do Dspace**: administração de repositórios. Salvador: EDUFBA, 2010. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/769/1/Manual%20do%20Dspace\(2\).pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/769/1/Manual%20do%20Dspace(2).pdf). Acesso em: 22 maio 2021.

Produto 4.2


Guia de diretrizes





RI

GUIA DE DIRETRIZES PARA IMPLANTAÇÃO DE REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL



DISCENTE:

MARILIA DIONE SALVADOR SHIBAYAMA

ORIENTADORA:

**Dra. DILNEIA ROCHANA TAVARES DO
COUTO**



RI

GUIA DE DIRETRIZES PARA IMPLANTAÇÃO DE REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL

Guia de diretrizes para implantação de Repositório Institucional apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação pelo ponto focal da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP.

DISCENTE:

MARILIA DIONE SALVADOR SHIBAYAMA

ORIENTADORA:

Dra. DILNEIA ROCHANA TAVARES DO COUTO

DADOS INTERNACIONAIS DA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ELABORADO POR MARILIA DIONE SALVADOR SHIBAYAMA - CRB2/1063

Shibayama, Marília Dione Salvador

Guia de diretrizes para implantação de Repositório Institucional. - Macapá,
2021.

37 p.

1. Repositório - Diretrizes. 2. Repositório - Gestão. 4. Repositório - Roteiro
de implantação. I. Couto, Dilneia Rochana Tavares do, orientadora.

II. Título.

020 S555g

22. ed.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	39
2. INTRODUÇÃO	42
3 ROTEIRO DE DIRETRIZES	47
4 AGENTES INSTITUCIONAIS	50
5 PRAZOS PARA CONSTRUÇÃO	52
6 IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES	53
6.1 Criar grupo de trabalho	53
6.2 Estabelecer cronograma	53
6.3 Revisar as políticas	54
6.4 Boas práticas	54
7 INSTRUMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO	59
7.1 Política Institucional de Repositório	59
7.2 Política de Funcionamento	59
7.3 Política de Direitos Autorais	60
7.4 Política de Preservação Digital	60
7.5 Manual para os usuários	61
7.6 Requisitos de software	62
7.7 Plano de comunicação	64
7.8 Fluxo de implantação	67
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	70

1 - APRESENTAÇÃO

Considerando a relevância do conhecimento científico produzido nas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, o Repositório Institucional - RI tem o papel de impulsionar o desenvolvimento tecnológico e a inovação, contribuindo para produção do conhecimento, pesquisa e ampliando o acesso à produção intelectual das IFES.

O Guia de diretrizes para implantação do RI atua como instrumento de ação política e assume uma importante atribuição na discussão sobre direitos autorais e impactos na ciência e tecnologia e propõe uma melhor coordenação dos processos e ações que subsidie o efetivo gerenciamento das informações digitais.

Os Repositórios Institucionais lidam com a produção científica de determinada Instituição de pesquisa. O que inclui inovação no acervo e no acesso às informações. Os Repositórios armazenam arquivos de diversos formatos e são considerados uma inovação no gerenciamento dos objetos digitais dentro das Unidades de Informação.

O presente Guia de Diretrizes para implantação de RI surge como produto tecnológico para nortear, orientar e auxiliar as IFES durante as etapas de planejamento e implantação de seus respectivos RI's.

O objetivo deste roteiro é facilitar as IFES durante o planejamento e implantação de seus RI's, para com isso poder consolidar as informações necessárias para a concretização das atividades desejáveis de um RI, garantindo assim maior assertividade e correção prévia de eventuais problemas durante a gestão de RI.

Este Guia contribui para as áreas da ciência da informação e tecnologia em uma perspectiva mais prática sobre o uso de RI como instrumento para organização da informação institucional. O Guia de diretrizes é composto por quatro produtos: minutas das políticas, manual para os usuários, requisitos de software e o plano de comunicação.

Estes resultam em uma série de benefícios tanto para os pesquisadores quanto às instituições, proporcionando maior visibilidade aos resultados de pesquisas e possibilitam a preservação da memória científica da instituição.

Quanto a aplicabilidade o Guia de diretrizes poderá ser reproduzido em várias outras IFES, no âmbito federal e estadual ou até mesmo qualquer outra Instituição de pesquisa que tenha interesse em construir um Repositório Institucional, seja Biblioteca Escolar, Biblioteca Jurídica, Biblioteca Infantil, Biblioteca Especializada, Biblioteca Comunitária, Bibliotecas Públicas, entre outras.

O Guia de diretrizes amplia o acesso à produção intelectual das IFES para que a população conheça o que se tem feito no âmbito científico, já que várias pesquisas são financiadas com recursos públicos.

Observa-se que o repositório dentro de uma instituição contribui como uma fonte segura de informação e nesse sentido precisa ter aceitação principalmente da alta administração, pois necessita de estrutura para se desenvolver.

Para melhor compreensão, há o vídeo na plataforma do Youtube que apresenta esse Guia de diretrizes. Basta escanear esse QRCode com a câmera de um dispositivo móvel.



2 - INTRODUÇÃO

Menos da metade das universidades federais possuem Repositórios Institucionais, os quais são definidos como sistemas de informação que armazenam, preservam, organizam e, o mais importante, disseminam os resultados das pesquisas.

Uma política de gestão de repositório institucional bem elaborada aumenta as chances de que os envolvidos na implantação dos RIs tomem decisões em critérios técnicos e não com base em interesses individuais ou sui generis.

A falta de diretrizes padronizadas para a implantação dos Repositórios Institucionais nas Instituições de Ensino Superior pode dificultar na gestão da informação científica das instituições de pesquisa.

Como por exemplo a ausência de clareza na definição de critérios durante a implantação; qual o primeiro passo para a implantação; quem serão os atores institucionais envolvidos; qual setor será o responsável pela implantação.

Essa lacuna de metodologia durante a implantação de RI pode prejudicar o gerenciamento da produtividade e da visibilidade da produção científica institucional.

Com a padronização dos processos é possível melhorar sua eficiência, tornando a gestão dos RI's mais dinâmica e homogênea, porém observando as peculiaridades e necessidades de cada Instituição de Ensino. Essas diretrizes visam conduzir as ações de gestão para implantação de RI.

Os benefícios para as IFES e Instituições de Pesquisa são o aumento do prestígio e da visibilidade, favorece o uso e reuso das informações produzidas, facilita o gerenciamento de propriedade intelectual, reduz custos de gestão, contribui para a transparência e valoração das Instituições.

As vantagens para os pesquisadores são o auxílio de financiamento de novas pesquisas, aumento da visibilidade de novas descobertas científicas, oferece ambiente seguro para os trabalhos armazenados, disseminação da literatura cinzenta (são as publicações não comerciais), diminui a possibilidade de plágio, pois favorece o

registro de autoria, facilita o acesso aos conteúdos de materiais anteriormente disponíveis em meio impresso e oferece indicadores de impactos dos resultados de suas pesquisas.

Para as Bibliotecas as vantagens são a redução da duplicação de registros, preservação dos trabalhos em formato digital, ajuda a identificar tendências nas pesquisas, o que pode contribuir no planejamento estratégico, disponibilização dos resultados da produção científica, integração da produção acadêmica em um único local virtual, produção dos indicadores bibliométricos para a instituição e contribui para o entendimento público das atividades e esforços de pesquisa.

Para os usuários ajuda na facilitação de troca livre de informação científica, favorece a colaboração em escala global, redução de custos com assinatura de periódicos científicos, a sociedade sabe onde está sendo investido os seus impostos, pois geralmente, as pesquisas científicas são financiadas com recursos públicos.



Colocar as produções científicas em acesso aberto colabora na acessibilidade da informação registrada e na produção do conhecimento das Instituições de Ensino Superior, além de ser um indicador de qualidade acadêmico.

Esse Guia de diretrizes visa propor um itinerário para implantação de repositório institucional. Esse roteiro constitui em várias etapas, que são as seguintes:

- Apresentar um modelo de minuta das políticas;
- Apresentar um manual para os usuários de RI;
- Apresentar requisitos de software para a implantação;
- Apresentar um plano de comunicação para a comunidade acadêmica.



As etapas das diretrizes para implantação de Repositório Institucional poderão seguir as construções dos seguintes produtos:

Figura 1 - Produtos propostos.



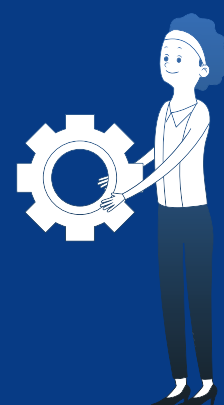
Fonte: Elaborado pela autora (2021).

3 - ROTEIRO DE DIRETRIZES PARA IMPLANTAÇÃO DE RI

Para a padronização das diretrizes para implantação de repositórios institucionais é necessário que haja requisitos básicos durante as etapas de planejamento, implantação e operação.

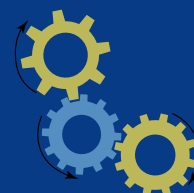
A etapa de planejamento consiste na construção das minutas das políticas de RI, a política de funcionamento, a direitos autorais e a de preservação digital. Essas políticas devem refletir as decisões tomadas ao longo do planejamento, pois serão as políticas que irão garantir o funcionamento e direcionar o repositório.

O Manual para os usuários do Repositório Institucional é uma proposta para auxiliar na usabilidade dos sites dos RI que utilizam o software Dspace. São instruções que servem para ensinar e melhorar a navegação desta ferramenta. Portanto, trata-se de um guia que ajuda a entender o funcionamento do buscador do repositório institucional.



Esse Manual apresenta o passo a passo da navegação do usuário em busca de respostas para sua pesquisa. Há possíveis buscas, como rápida, facetada e avançada. Além de realizar buscas pelas comunidades e coleções, encontrar os resultados das buscas e realizar depósito de obras. Portanto, há orientação em fornecer explicações, de forma simples, sobre como executar as tarefas que fazem parte do dia a dia do usuário que utiliza os Repositórios Institucionais das Instituições de Ensino Superior.

Já o produto Requisitos de software abrangerá os requisitos necessários que envolvam a Biblioteconomia e a área de desenvolvimento de software. Esse instrumento tem o intuito de reunir e apresentar propostas de requisitos na Plataforma Dspace para os administradores dos Repositórios Institucionais das Instituições de Ensino Superior. Usando uma linguagem acessível para os profissionais de Tecnologia da Informação, Bibliotecários, Gestores de RI, entre outros.



Essas especificações de requisitos são as funcionalidades, alteração de Itens do Menu, a usabilidade e a acessibilidade da produção científica do Repositório, arquitetura da informação, de modo a facilitar a interação entre a Plataforma, o usuário e o acesso à informação.

Outra etapa do planejamento compreende na construção do plano de comunicação que tem como estratégia definir os critérios e diretrizes baseados nas necessidades informacionais da comunidade acadêmica, pois para que haja adesão voluntária dos discentes, docentes e técnicos administrativos, é necessário que tenha engajamento da Comissão do RI junto ao corpo acadêmico e ainda o Repositório deve estar alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da Instituição.

O plano de comunicação adotará estratégias e assegurará a participação voluntária da comunidade acadêmica para constituir o sistema global e aberto de comunicação. Em observância aos princípios da publicidade, transparência e eficiência na administração pública, de modo a fazer a divulgação do Repositório Institucional.



4 - AGENTES INSTITUCIONAIS RESPONSÁVEIS PELO PLANEJAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DO RI

Minuta das políticas:

- Bibliotecários;
- Arquivista;
- Servidor Técnico-Administrativo;
- Comunidade acadêmica.

Manual para os usuários:

- Bibliotecários.



Requisitos de software:

- Profissionais de Tecnologia da Informação;
- Bibliotecários.

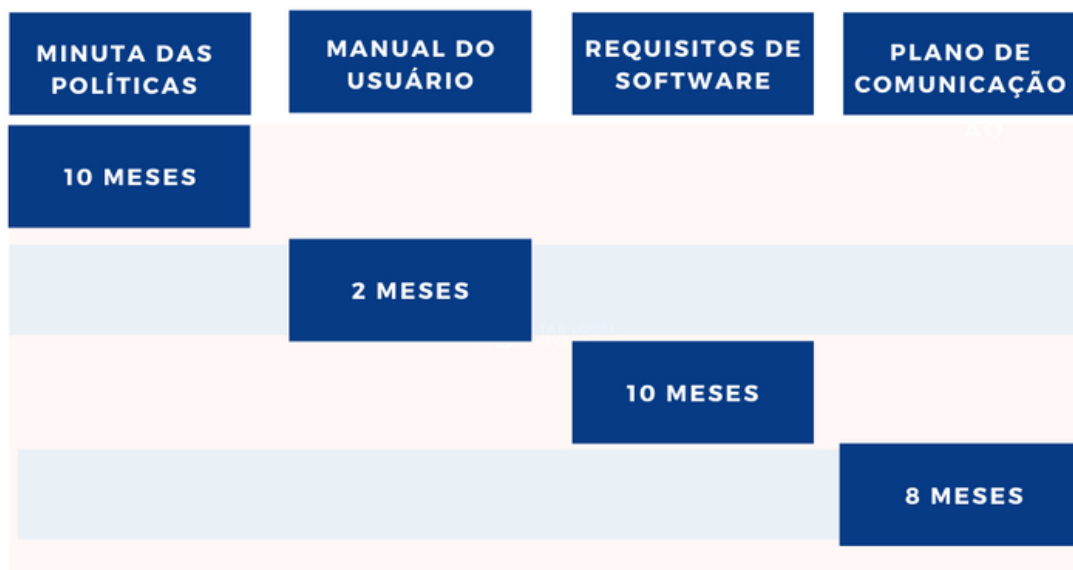
Plano de comunicação:

- Bibliotecários;
- Comunidade acadêmica.



5 - PRAZOS PARA CONSTRUÇÃO

PRAZOS PARA CONSTRUÇÃO



Fonte: Elaborado pela autora (2021).



6 - IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES

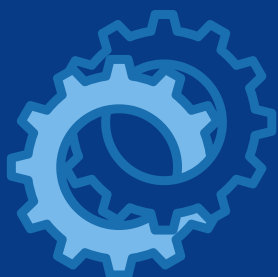
Após a construção das diretrizes para implantação de RI, cabe às Instituições de Ensino Superior implementá-los em suas instituições.

6.1 Criar um grupo de trabalho

Recomenda-se que se forme uma equipe central de implementação nas bibliotecas universitárias, que conte com o apoio dos profissionais responsáveis pela liderança do processo de implantação de RI.

6.2 Estabelecer cronograma de implementação

As instituições de ensino superior terão um período para colocar em prática a implementação de RI. Importante que cada Instituição de Ensino Superior elabore um cronograma de ações detalhado conforme as particularidades de cada entidade.



6.3 Revisar as políticas

Importante fazer a atualização das políticas de RI, de funcionamento, direitos autorais e preservação direito conforme as legislações vigentes.

6.4 Boas práticas

Durante a etapa do planejamento é importante elaborar e implementar a política de funcionamento do repositório institucional.

É na fase do planejamento em que é configurada a arquitetura da informação. É realizada a estruturação e organização do repositório, como a listagem e hierarquização das seções do repositório; criação do mapa da página do RI; definição do projeto gráfico, entre outros.

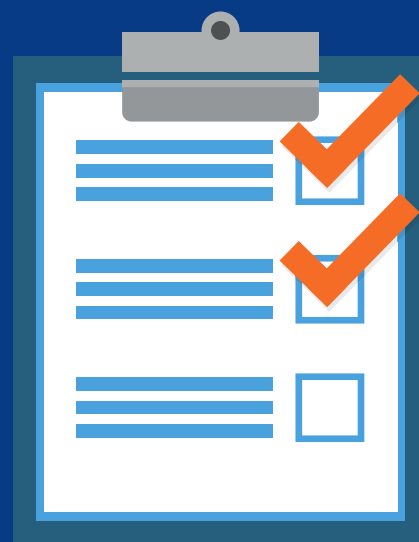
Os sistemas de informação devem ser mais ergonômicos, no sentido de melhorar a forma de apresentar informação de qualidade para os usuários.



Na etapa da implantação é recomendado que seja utilizada uma estruturação de metadados própria para cada tipo de objeto digital (tese, dissertação, artigo científico) já que cada um possui suas particularidades.

Na definição da URL do repositório institucional é indicado que o RI tenha um domínio institucional para que haja maior visibilidade e facilidade de acesso do repositório.

Para a etapa do funcionamento do RI é importante realizar o mapeamento e seleção dos objetos digitais; observar as permissões para armazenamento, pois envolve questões dos direitos autorais, já que a maioria dos artigos científicos são publicados em periódicos científicos e os direitos patrimoniais de parte do conteúdo são de propriedade das editoras.



Recomenda-se a utilização das licenças Creative Commons, cujo objetivo é fazer com que um autor/criador possa permitir o uso mais amplo de seus materiais por terceiros, sem que estes infrinjam as leis de proteção à propriedade intelectual.

Para maior alcance dos conteúdos dos RIs é indicado o registro em diretórios internacionais, como:

- Registry of Open Access Repositories (ROAR)
- Directory of Open Access Repositories (OpenDOAR).

Como indicadores de qualidade é necessária a realização de avaliações periódicas e geração de estatísticas do próprio sistema a fim de melhorar aspectos adversos e identificar seus pontos de sucesso.

O RI pode oferecer diversos serviços à comunidade interna e externa, como forma de agregação de valor, tais quais:

- Design Thinking em Bibliotecas que é uma abordagem de inovação centrada no usuário;



- Repositório Institucional interativo com criação de uma rede social para leitores com geração de fóruns para discussão das leituras e listagem personalizada para seus leitores;
- Disseminação seletiva de informação;
- Digitalização da produção científica impressa (para o acesso online e a preservação digital);
- Dados estatísticos para os autores;
- Depósito mediado e auxílio para o autodepósito;
- Orientação sobre direitos autorais;
- Treinamento e suporte aos usuários;
- Serviço de identificadores persistentes com vistas à preservação do acesso.

Uma forma de atrair o público para a permissão de depósito e utilização do RI é fazer uso da funcionalidade “assinatura de coleções”. O usuário pode ativar a função “assinatura de coleção” e assim o sistema avisará ao usuário interessado sobre todos os novos registros depositados na coleção indicada.



Alguns critérios que conferem qualidade nos RIs são nos requisitos de visibilidade, na adoção de políticas, nos aspectos legais, na questão da padronização para proporcionar a interoperabilidade entre os demais repositórios, e, também, na organização e desenho do repositório para os usuários em geral.

Para contribuir com o sucesso de um RI é essencial a construção de um diálogo sistemático com a comunidade acadêmica, desde a etapa do planejamento e também na capacitação contínua dos profissionais que farão a gestão do RI, como cursos voltados à curadoria digital.

Deste modo, a importância de definir políticas de acesso aberto explica-se pela necessidade de criar um conjunto de regras e orientações que definam a natureza da atividade dos repositórios, suportem a sua consistência e garantam a sua sustentabilidade.

7 - INSTRUMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO

7.1 Política Institucional de Repositório

Apresenta os seguintes capítulos:

- Disposições gerais;
- Definição e finalidade;
- Objetivos;
- Da organização e funcionamento;
- Dos requisitos;
- Da estrutura do Repositório;
- Dos Direitos Autorais;
- Das disposições finais.

7.2 Política de Funcionamento

Apresenta os seguintes capítulos:

- Disposições gerais;
- Introdução;
- Objetivos;
- Da instalação e manutenção;
- Dos responsáveis pelo depósito e permissões;
- Dos documentos para depósito e autorização;
- Dos depositantes;

- Da submissão;
- Do autoarquivamento;
- Dos metadados e conteúdo;
- Disposições finais.



7.3 Política de Direitos Autorais

Apresenta os seguintes capítulos:

- Disposições gerais;
- Dos conceitos e definição;
- Objetivos;
- Do acesso, uso e reprodução;
- Da aplicabilidade;
- Das licenças e embargos;
- Da atualização da política;
- Das disposições finais.

7.4 Política de Preservação Digital:

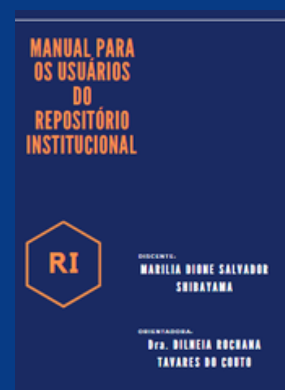
Apresenta os seguintes capítulos:

- Disposições gerais;
- Dos conceitos e definição;
- Objetivos;
- Da sustentabilidade social;
- Da atribuição de responsabilidade;
- Dos princípios;
- Da estratégia de preservação;
- Da atualização;
- Das disposições finais.

7.5 Manual para os usuários:

O Manual para os usuários do Repositório Institucional serve como referência para melhor navegação online nas páginas que utilizam o Dspace em seus repositórios. Oferece detalhadamente instruções de como acessar, quais tipos de buscas (rápida, avançada e facetada), como filtrar os resultados da busca, como iniciar um novo depósito, como receber atualizações via e-mail.

Fornece também informações de onde localizar o mapa do site, onde estão armazenadas as políticas do repositório e de indexação, onde procurar auxílio em caso de dúvidas. Esse Manual é destinado aos usuários do repositório, como pesquisadores, docentes, discentes e comunidade em geral. Portanto, há orientações práticas e explicativas com várias ilustrações que facilitam durante a pesquisa e a busca pelo conhecimento.



7.6 Requisitos de software:

Para se ter um Sistema de Informação de qualidade com boa estrutura e relevância deve-se observar os requisitos necessários que envolvam a Biblioteconomia e a área de desenvolvimento de software.

Esses Requisitos de software para implantação de Repositório Institucional têm o intuito de reunir e apresentar particularidades, exigências, recursos e utilidades que um sistema precisa cumprir, de acordo com as necessidades informacionais dos usuários, garantindo assim um sistema funcional e confiável.

Essas especificações de requisitos são para o projeto gráfico da página, acréscimo de funcionalidades, alteração de Itens do Menu, a usabilidade e a acessibilidade da produção científica do Repositório, arquitetura da informação, de modo a facilitar a interação entre a Plataforma, o usuário e o acesso à informação, levando em consideração um acervo de Biblioteca Universitária.

Como critérios técnicos Biblioteconômicos existem a Busca e recuperação; Representação descritiva; Representação temática; Arquitetura da informação; Usabilidade, entre outros.

Como critérios técnicos Computacionais há o Desempenho; Correções e Melhorias; Auditoria; Escalabilidade; Segurança; Interoperabilidade; Licenciamento e dentre outros.

Esses Requisitos de software têm o intuito de trazer maior funcionalidade ao Sistema e melhorar a Arquitetura e Recuperação da Informação, pois os resultados das buscas dependem de uma indexação correta para que o tratamento dos assuntos venha colaborar para o fornecimento de informações relevantes e precisas para os usuários, gerando uma política de indexação, controle de remissivas, o uso de qualificadores, o tratamento de assuntos genéricos, o uso de notas explicativas e a seleção de novos assuntos.



7.7 Plano de comunicação:

O Plano de Comunicação tem como objetivo adotar estratégias para orientar todas as ações de comunicação durante as fases de planejamento e implantação do Repositório Institucional. Esse plano funciona como um mapa para as Instituições de Ensino Superior e estabelece de que maneira a comunicação organizacional vai atuar internamente.

Para que os pesquisadores usem este serviço informacional de acesso livre à informação científica é preciso conhecer a funcionalidade, qual o objetivo, finalidade, vantagens de se registrar, armazenar e disponibilizar os objetos digitais, que podem ser trabalhos de conclusão de curso, artigos de periódicos, livros, dentre outros.

O que significa que a comunidade acadêmica deverá participar de forma ativa e comprometida em todas as etapas do Plano de Comunicação.



As etapas do Plano de Comunicação compreende nas seguintes recomendações:

- Consulta pública - Buscar opinião da comunidade acadêmica sobre qual melhor estrutura para compor o RI, como quais comunidades e subcomunidades.
- Sensibilização - Conscientização dos gestores da Universidade para que tenha apoio ao Movimento de Acesso Aberto.
- Ação Real - Visita dos Bibliotecários às Unidades Acadêmicas e Colegiados para apresentação do RI; Realizar Programas de Treinamentos para o depósito de obras e Povoamento no Repositório.
- Sedução - Trabalhar com o depósito, arquivamento e marketing de uso; Coletar todos os conteúdos disponíveis em ambientes digitais; Aumentar a parceria entre Bibliotecários e Pesquisadores; Divulgação do RI; Promover a conscientização dos pesquisadores para que continuem povoando o RI com a intenção de mantê-lo atualizado.

- Estratégia de marketing - Apresentar aos pesquisadores que suas obras estão mais visíveis em Repositórios em Rede.
- Divulgação das notícias - Divulgar notícias e eventos no portal do Repositório com a intenção de chamar a atenção dos usuários.

Para que o Repositório Institucional consiga visibilidade e adesão dentro das Instituições de Ensino Superior, a comissão do RI deverá adotar estratégias de publicização. O processo de divulgação é apresentado no seguinte fluxograma do Plano de Comunicação.

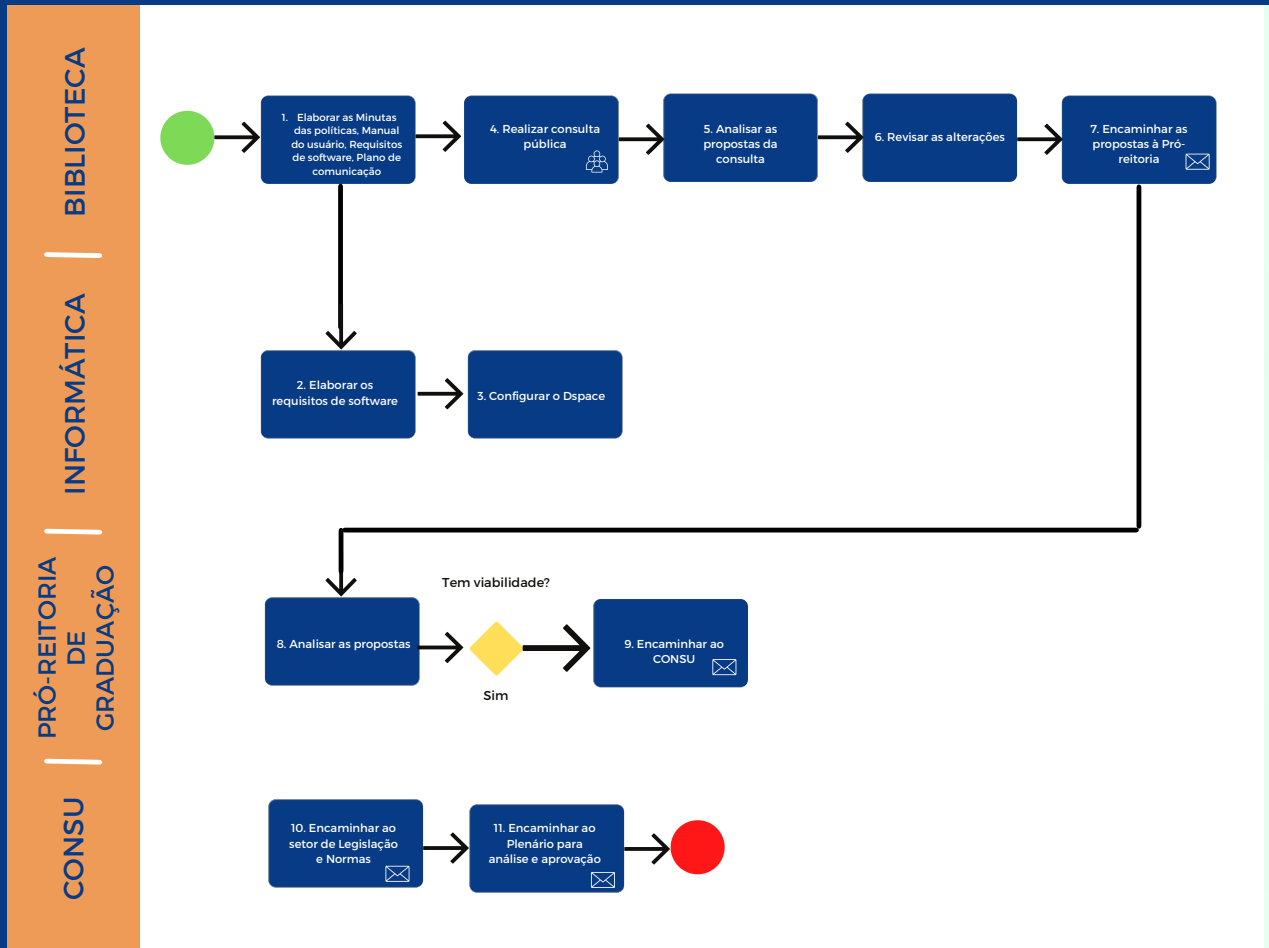
Plano de Comunicação

para o Repositório Institucional - RI



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

7.8 Fluxo de implantação:



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Guia de diretrizes para a implantação de Repositório institucional foi desenvolvido para os gestores de RI com o objetivo de facilitar a gestão e implantação. Apresentando os fluxos de todos os processos e suas respectivas etapas que envolvem o seu gerenciamento.

Um bom processo de gestão dos RI's é determinante para sua consolidação e valorização. Importante assegurar que os repositórios sejam implantados com qualidade e com metodologias.

Assim como tenham estratégias sólidas, atuais e documentadas de preservação, implementada e continuada, contendo os mecanismos de atualização dessas políticas.

É necessário garantir que o sistema do repositório possua tecnologia apropriada para garantir a Interoperabilidade entre as ferramentas de gestão, preservação e acesso.

É desejável que se garanta o uso de boas práticas no desenvolvimento e operação dos RI's para que aconteça menos entraves

durante os processos de planejamento e implantação. Assim, facilitando a aceitação dos Repositórios nas Instituições de Ensino Superior.

A implantação do repositório representa um relevante passo para reconhecer a importância do movimento de apoio ao acesso livre à informação. Os repositórios representam uma ferramenta de compartilhamento da produção científica.

Espera-se que esse roteiro de Implantação de Repositório Institucional tenha um alcance bastante proveitoso e que apoie, contribua e que desperte o interesse nas Instituições de pesquisa, científica e acadêmica a implantarem ou aperfeiçoarem seus RIs e que de fato ocorra a democratização da informação e do conhecimento e que o acesso à ciência impulsione o desenvolvimento tecnológico, científico e social de nosso país.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, Vanessa Oliveira de Macêdo. **Boas práticas do repositório institucional do IFRN: relato de experiência do campus natal - zona norte.** Ciência da Informação, v. 48, n. 3, 2019. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/136422>>. Acesso em: 09 jul. 2021.

LANZELLOTE, Michele Frazão et al. Avaliação de confiabilidade do Repositório Institucional Arca. In: Conferência Internacional BIREDIAL-ISTEC 2019, São Paulo, **Anais [...]**. São Paulo, SP, 31-02 ago. 2019. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/35426/2/va_Lanzellote_Michelle_et_al_Biredial%20Arca%202019.pdf.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2021.

LEITE, Fernando; AMARO, Bianca; BATISTA, Tainá. **Boas práticas para construção de repositórios institucionais da produção científica.** Brasília: IBICT, 2012. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/handle/1/703>>. Acesso em: 08 maio. 2021.

LEITE, Fernando César Lima. Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília: IBICT, 2009. 120p. ISBN 978-85-7013-067-9.

MIGUÉIS, Ana Eva; NEVES, Bruno. **A visão dos gestores de repositórios: o caso da universidade de Coimbra.** Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/92886>>. Acesso em: 08 jul. 2021.

RIBEIRO, Cláudio José Silva. Modelo de maturidade para repositórios digitais: um caminho para sua adoção na gestão de dados de pesquisa. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.15, n.2, p. 224-243, nov. 2019.

Disponível em:
<<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/4816>>. Acesso em:
12 jul. 2021.

SAMPAIO, Letícia Souza da Costa. Open Access Initiative em repositórios institucionais brasileiros: movimento do Acesso Livre como resposta à mercantilização da informação científica. **Águila**, n. 24. Ano 12. Jan/Jun, 2021. Disponível em <<https://ojs.uva.br/index.php/revista-aquila/article/view/151>>. Acesso em: 09 jul. 2021.

SHIBAYAMA, Marília Dione Salvador. **Manual para os usuários do repositório institucional**. Macapá, 2021. 37 p,

SHIBAYAMA, Marília Dione Salvador. **Requisitos de software**. Macapá: 2021. 31 p.

SHIBAYAMA, Marília Dione Salvador. **Plano de comunicação para repositório institucional**. Macapá: 2021. 21 p.

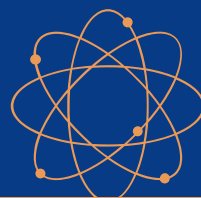
SILVA, Rosane Mendes da Silva. **Avaliação de qualidade de repositórios institucionais: o caso do repositório da ENSP**. Dissertação (Mestrado em Modalidade Profissional em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/24737/1/410.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2021.

SILVA, Valéria Regina da. **Gestão da informação em repositórios institucionais: um estudo de caso da biblioteca digital do Ministério Público Federal**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2020. Disponível em <<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/129095>>. Acesso em: 13 jul. 2021.

SOUZA, Robson Beatriz de. **Manual de plano estratégico para implantação de repositório**. São Cristovão, 2020. 18f. Disponível em <<https://ri.ufs.br/handle/riufs/14256>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

Produto 4.3

Minuta das políticas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR - IFES
BIBLIOTECA CENTRAL

MINUTA DA POLÍTICA DE REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Regularizar as diretrizes de informação do Repositório Institucional da Instituição Federal de Ensino Superior - IFES, doravante, neste documento, denominado de Repositório Institucional.

Art. 2º O Repositório Institucional é o Portal de acesso às coleções de objetos digitais produzidos no âmbito da comunidade acadêmica da IFES.

Art. 3º O Repositório Institucional está organizado em Comunidades e Coleções. As Comunidades são grupos que fornecem conteúdos para o portal. As Coleções são conjuntos de itens, aos quais estão associados metadados e objetos digitais.

Art. 4º O Grupo Gestor do Repositório Institucional, encarregado do desenvolvimento, implantação e manutenção do Repositório, será formado por:

I - quatro bibliotecários;

II - um arquivista;

III - um servidor técnico de tecnologia da informação;

IV - um servidor técnico-administrativo.

CAPÍTULO II
DEFINIÇÃO E FINALIDADE

Art. 5º O Repositório Institucional é uma ferramenta institucional que possui caráter acadêmico e científico e de livre acesso sem fins comerciais. Tomando como base o Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica, emitido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), o Repositório Institucional também encontra regulamentação a partir do que se estabelecem as Leis n. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), n. 9.610/98 (dispõe sobre os direitos autorais) e a lei n. 10.973/2004 (dispõe sobre a inovação e a pesquisa científica e tecnológica).

Art. 6º O Repositório Institucional da IFES visa a preservação da memória institucional, além de promover o acesso aberto à produção científica, filosófica, cultural, artística e tecnológica, através da organização e socialização de obras e demais produções de natureza acadêmica produzida por servidores, discentes, docentes e colaboradores vinculados a IFES.

Art. 7º O Repositório Institucional tem por objetivo tornar pública a produção acadêmica resultante de processos de pesquisa e de produção do conhecimento, de arte e de cultura, publicada nas suas mais diversas formas, tais como: livros, artigos, publicações em eventos científicos, trabalhos de conclusão de curso, trabalhos de conclusão de especialização, teses, dissertações, fotografias, acervo de vídeo e outras formas de produção e disseminação.

Art. 8º O Repositório Institucional é de livre acesso, desenvolvido através de *software* livre, com integração de protocolos de interoperabilidade em *Open Archives*, observando-se padrões de metadados que compõem sistemas nacionais e internacionais.

CAPÍTULO III DOS OBJETIVOS

Art. 9º O Repositório Institucional da Repositório Institucional tem por objetivo:

- I – organizar sistematicamente a produção intelectual e científica, potencializando o acesso aberto;
- II – armazenar, preservar, divulgar e garantir acesso à produção científica e acadêmica da instituição no formato digital;
- III – proporcionar a visibilidade da produção científica, apoiando as atividades de pesquisa e criação do conhecimento científico;
- IV – apoiar o processo de ensino-aprendizagem por meio do acesso facilitado ao conhecimento;
- V – participar da comunidade científica nacional e internacional no domínio do acesso livre aos Repositórios Digitais;
- VI – colaborar para a retroalimentação da pesquisa científica.

CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 10º O Repositório Institucional terá uma comissão, responsável pela implementação, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação da presente política, bem como será responsável por todas as ações destinadas ao pleno e adequado funcionamento do Repositório. Caberá à comissão propor ao Conselho da Biblioteca Central da IFES futuras mudanças e revisões neste regimento.

Art. 11º A comissão do Repositório Institucional será definida através dos membros do Conselho da Biblioteca Central da IFES, no qual serão definidos os participantes e seus suplentes.

Art. 12º Os aspectos técnicos, do Repositório Institucional, serão desenvolvidos através da Divisão de Documentação e Programas Especiais -DDPE, com suporte do Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI, cabendo-lhes a tarefa de aprimorar a ferramenta, além de garantir o pleno funcionamento e preservação digital dos documentos.

Art. 13º A gestão do Repositório Institucional ficará sob responsabilidade do Sistema de Bibliotecas das IFES, englobando a Biblioteca Central e as demais Bibliotecas de unidades e subunidades acadêmicas e outros campi da IFES.

Art. 14º Cabe a Biblioteca Central da IFES, com o auxílio da Divisão de Documentação e Programas Especiais - DDPE, o desenvolvimento de tutoriais, treinamentos/capacitação de uso, manuais e estabelecimento de padrões de controle de qualidade no que diz respeito a inserção dos dados e a recuperação da informação no Repositório Institucional.

Art. 15º A alimentação do Repositório Institucional ocorrerá de forma descentralizada, cabendo a cada biblioteca a responsabilidade de inserir os documentos com base nas suas unidades e departamentos. Esse processo inclui também o recebimento, a análise e submissão dos arquivos e documentos no Repositório.

§ 1º No caso das bibliotecas que não tiverem corpo técnico suficiente para realizar as atividades voltadas para o Repositório, excepcionalmente poder-se-á solicitar, mediante comunicação oficial, de forma temporária, o auxílio da Biblioteca Central para inclusão dos materiais.

CAPÍTULO V DOS REQUISITOS

Art. 16º Os documentos a serem submetidos no Repositório Institucional devem estar no formato PDF, na sua forma completa. Em caso de materiais especiais, o arquivo pode estar na forma de MP4, AVI, JPG, PNG, DVD e outras formas específicas.

Art. 17º Os trabalhos submetidos devem conter o Termo de Autorização e a Declaração de Autoria, devidamente preenchidos para autorização de publicação no Repositório Institucional, que se encontra disponível para *download* no site da Biblioteca Central.

Art. 18º Os Trabalhos de Conclusão de Curso - TCC, Trabalhos de Conclusão de Curso de Especialização (TCCE's), Teses e Dissertações defendidas junto aos cursos de graduação e pós-graduação da IFES devem, obrigatoriamente, integrar o Repositório Institucional, cabendo ao autor apresentar a documentação exigida para o depósito.

§ 1º Autores que possuem vínculo com a IFES, mas que, porventura, tenham defendido sua tese ou dissertação fora da IFES, podem solicitar a inclusão no Repositório Institucional.

§ 2º No caso das publicações em livro/ capítulo de livro (sem fins comerciais e com acesso aberto) de autores da IFES, poderão ser inseridos no Repositório Institucional mediante solicitação ou consentimento dos autores, através do depósito ou povoamento automático dessas publicações.

§ 3º Livros e capítulos de livros publicados em editoras comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais ficam desobrigados a integrarem o Repositório.

Art. 19º Ficam desobrigados de depósito no Repositório Institucional da IFES os documentos que disponibilizam resultados de pesquisas passíveis de serem patenteadas ou de serem divulgados em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais.

Parágrafo único. A qualquer tempo, conforme solicitação expressa do autor, o trabalho pode ser retirado do Repositório Institucional, seja por motivo de publicação de obra comercial ou determinações consequentes de violação de direitos autorais.

Art. 20º Os artigos científicos publicados em periódicos poderão integrar o Repositório Institucional da IFES, observando-se o período de embargo definido pelo periódico ou as cláusulas contratuais que estabelecem restrições.

CAPÍTULO VI

DA ESTRUTURA DO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL

Art. 21º A estrutura informacional refere-se a como o repositório se organiza para dispor seu acervo. Composta por dois elementos distintos, comunidade/subcomunidade e coleções, é estruturada de forma hierárquica, com as comunidades sendo de mais alto nível, seguidas pelas subcomunidades e por último, as coleções. Essa estrutura visa organizar os documentos depositados de forma a facilitar a navegação.

§ 1º O Repositório Institucional contempla comunidades, subcomunidades/coleções, sendo-as: produção bibliográfica (artigos científicos, livros e capítulos de livros, trabalhos de conclusão de curso de doutorado, mestrado, especialização, graduação), produção técnica (relatórios técnicos e de pesquisa, produção intelectual, patentes, fotografias, acervo de áudio, acervo de vídeo) entre outras.

Art. 22º O Repositório Institucional da IFES deverá ser capaz de se integrar com sistemas nacionais e internacionais observando padrões e protocolos, que por meio do *Open Initiative Protocol for Metadata Harvesting* (OAI-PMH) terão mecanismos de exposição de metadados do arquivo para facilitar sua coleta por terceiros (interoperabilidade).

CAPÍTULO VII

DOS DIREITOS AUTORAIS

Art. 23º Os documentos disponibilizados no Repositório Institucional da IFES são de propriedade e responsabilidade dos autores.

Art. 24º A política de direitos autorais do Repositório Institucional da IFES observará a legislação nacionalmente vigente, em particular a Lei n. 9279/96 de Propriedade Industrial e a Lei n. 9.609/98 de Programa de computador, Resolução XX/XXXX - Consu/IFES que estabelece as diretrizes da Política Institucional de Inovação, Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia da IFES e a Resolução XX/XXXX - Consu/IFES que aprova o registro das atividades de pesquisa na IFES.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25º Os casos omissos por essa política serão resolvidos por intermédio da Comissão do Repositório Institucional da IFES.

Art. 26º A presente política poderá ser alterada mediante aprovação da comissão de implantação do Repositório Institucional em reunião extraordinária convocada especificamente para esse fim.

Art. 27º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga disposições contrárias.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR - IFES
BIBLIOTECA CENTRAL

MINUTA DA POLÍTICA DE FUNCIONAMENTO DO REPOSITÓRIO
INSTITUCIONAL

DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

Art.1º A política de informação para o funcionamento do Repositório Institucional da Instituição Federal de Ensino Superior - IFES visa estabelecer diretrizes para sua implantação, manutenção, funcionamento e gerenciamento da produção científica e ou acadêmica da Instituição em meio digital. Além de abranger aspectos referentes ao funcionamento e operacionalização do sistema. Tendo em vista os benefícios do acesso aberto da produção acadêmica, utilizados em instituições de pesquisa do Brasil e do mundo. Observando a legislação brasileira em vigor, tais quais:

I - Constituição Brasileira, em seu Art. 5º. “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: ... XIV – é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”;

II – Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011 que garante o acesso à informação;

II - Decreto 10.160, de 09 de dezembro de 2019 que institui a Política Nacional de Governo Aberto e o Comitê Interministerial de Governo Aberto;

III - Decreto 8.777, de 11 de maio de 2016 que institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal;

IV - Resolução nº XX/XXXX – CONSU/IFES que estabelece as diretrizes para o TCC em nível de Graduação. Art. XX Caberá a Biblioteca a divulgação dos trabalhos na internet através da página institucional da IFES.

V - INEP/MEC. Instrumento de Avaliação de cursos de graduação Presencial e a distância: Reconhecimento, Renovação de Reconhecimento. 2017. Critério de análise dos TCC's. Indicador 1.11.

VI - Portaria 013, de 15 de fevereiro de 2006 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES que institui a divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 2º São objetivos da Política de Informação para o Repositório Institucional:

- I – Reunir, armazenar, organizar, recuperar, preservar e disseminar a produção científica da IFES;
- II – Ampliar a visibilidade da produção científica da IFES;
- III – Potencializar o intercâmbio da IFES com outras Instituições de ensino, pesquisa e extensão;
- IV – Contribuir para o desenvolvimento do conhecimento produzido no âmbito da pesquisa;
- V – Facilitar o acesso à informação científica;
- VI – Acelerar o desenvolvimento das pesquisas da IFES;
- VII – Preservar a memória intelectual em suporte digital;
- VIII – Otimizar a gestão de investimentos em pesquisa nesta Instituição;
- IX – Propor políticas para garantir ações de registro e disseminação da produção científica da IFES.

CAPÍTULO III DA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO

Art. 3ºA Diretoria do Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI deverá promover a instalação para o funcionamento e ampliação do Repositório Institucional, a partir de software livre, realizar manutenções periódicas de segurança, serviços de *Backup, Layout*, inserção e exclusão de metadados, adequar e personalizar conforme demanda e necessidade do repositório, atualização tecnológica, de acordo com as necessidades do repositório, disponibilizar online do link na página principal da IFES e no sítio eletrônico da Biblioteca Central.

Art. 4º O Repositório Institucional terá capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo *Open Archives*.

CAPÍTULO IV

DOS RESPONSÁVEIS PELO DEPÓSITO E PERMISSÕES

Art. 5º Com o intuito de facilitar a alimentação da informação no Repositório Institucional, a Biblioteca Central promoverá o registro da produção científica da IFES.

§ 1º Cabe a Biblioteca Central, os processos de recepção ou coleta da produção científica e inserção dos documentos no Repositório Institucional.

§ 2º A Biblioteca Central terá permissão para administrar e inserir Unidades da IFES, programas de pós-graduação, departamentos e os campi. Além de suas respectivas coleções (tipos de documento), adotando um padrão de inserção.

§ 3º A Biblioteca Central também delegará as permissões dos usuários do Repositório Institucional.

§ 4º Os usuários do repositório são basicamente: administradores, indexadores, revisores de metadados e leitores.

CAPÍTULO V

DOS DOCUMENTOS PARA DEPÓSITO E AUTORIZAÇÃO

Art. 6º Serão depositados no Repositório Institucional os trabalhos de conclusão de curso – TCC de graduação e pós-graduação, aprovados em banca, a exemplo de teses, dissertações, monografias e artigos científicos, mediante autorização dos autores e ou editoras científicas que detiverem seus direitos autorais.

§ 1º Os departamentos acadêmicos e programas de mestrado e doutorado devem recomendar os TCC's de graduação e pós-graduação para disponibilização no repositório através de memorando, a ser encaminhado com a mídia eletrônica à Biblioteca depositária, juntamente com o termo de autorização, devidamente preenchido pelo autor.

§ 2º O termo de autorização está disponível no sítio eletrônico disponível em <<http://repositório.ifes.br/>>.

§ 3º Os documentos que não se enquadrem no artigo 6º e que forem publicados em veículos de comunicação científica com revisão por pares, deverão ser depositados no Repositório Institucional.

Art. 7º Quando aplicável, a comunidade científica da IFES solicitará autorização para a publicação dos artigos de sua autoria ou coautoria, preferencialmente, as publicações

periódicas científicas com restrições comerciais, em seus contratos de publicação, para depósito de seus artigos em repositórios de acesso livre.

Art. 8º Além dos documentos do art. 6 º, os itens que podem ser depositados no Repositório Institucional são:

I – Arquivos de áudio;

II – Arquivos de vídeo;

III – Artigos de periódicos científicos;

IV – Capítulos de livros;

V – E-books;

VI – Livros;

VII – Recursos educacionais abertos;

VII – Patentes;

VIII – Software;

IX – Marcas;

X – Fotografias;

XI – Relatórios técnicos e de pesquisa;

XII – Resenhas;

XIII – Trabalhos publicados em anais de eventos, com possibilidade de abertura para outros materiais produzidos na IFES por seu corpo docente, discente e técnico.

§ 1º É de inteira responsabilidade dos autores a garantia de originalidade do conteúdo de sua obra.

§ 2º Em caso de incidência de plágio ou violação de barreiras de copyrights será instaurado processo administrativo para apuração do fato, passível de responsabilização administrativa, civil e penal.

CAPÍTULO VI DOS DEPOSITANTES

Art. 9º Os depositantes devem possuir vínculo com a IFES e se encaixarem em uma das categorias:

I – Pesquisadores;

II – Docentes;

III – Técnicos-Administrativos;

IV – Discentes de Pós-doutorado, Doutorado, Mestrado, Especialização e graduação.

CAPÍTULO VII DA SUBMISSÃO

Art. 10º A submissão é o processo pelo qual são enviados documentos a uma determinada Comunidade para registro em uma determinada Coleção. Para submeter um documento, é necessário estar logado no Sistema do Repositório e ter permissão para realizá-lo.

Art.11º Para submissão deverão ser apresentados os trabalhos da comunidade universitária cujo conteúdo seja de relevância para o Repositório, observando-se a área do conhecimento a que está ligado o membro depositante.

Art. 12º É de responsabilidade do depositante garantir que o trabalho não viole os direitos de autor. Trabalhos que infrinjam os direitos autorais serão rejeitados.

CAPÍTULO VIII DO AUTOARQUIVAMENTO

Art. 13º A inserção de documentos por meio de autoarquivamento por pesquisadores, docentes, técnicos-administrativos e discentes será possível mediante cadastro no sistema, que será validado por meio de permissão concedida pela equipe gestora do Repositório Institucional.

Art. 14º Para evitar duplicações de materiais no procedimento de inserção à submissão é necessário realizar uma busca com o nome dos autores no Repositório Institucional para verificar se o item já foi depositado.

Art. 15º A Biblioteca Central também poderá efetuar o registro da produção da comunidade universitária, mediante autorização dos autores e/ou coautores, seja executando diretamente a entrada de cada documento no Repositório Institucional ou importando os dados já registrados em outros repositórios.

CAPÍTULO IX DOS METADADOS E CONTEÚDOS

Art. 16º Para fins desta política metadados são as informações que descrevem um documento, como: Título, autor, data, editora, palavras-chaves/assuntos.

Art. 17º Os metadados seguem padrões internacionais e no Brasil são definidos pelo Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia – IBICT.

Art. 18º Os conteúdos depositados no Repositório Institucional devem possuir as seguintes características:

I – Científicos ou academicamente orientados;

II – Produzidos pela instituição ou por membros da comunidade acadêmica e que tenham sido submetidos a avaliação por pares e/ou banca avaliadora;

III – O trabalho deverá estar em formato digital pronto para ser disseminado amplamente na rede mundial de computadores ou, conforme exceções, acessível a níveis determinados de descrição de metadados, em caso de embargo ou em processo de retirada de patente;

IV – O autor deverá estar habilitado a garantir a instituição o direito de preservar e distribuir o trabalho por meio do Repositório Institucional obedecendo as leis de direitos autorais vigentes.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19º Para o cumprimento desta política, a IFES estabelecerá mecanismos de estímulo, assim como ações de integração, que impossibilitem evitar duplicações de esforços.

Art. 20º Os casos omissos por essa política serão resolvidos por intermédio da Comissão do Repositório Institucional da IFES.

Art. 21º A presente política poderá ser alterada mediante aprovação da comissão de implantação do Repositório Institucional em reunião extraordinária convocada especificamente para esse fim.

Art. 22º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga disposições contrárias.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR - IFES
BIBLIOTECA CENTRAL

MINUTA DA POLÍTICA DE DIREITO AUTORAL

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A presente resolução dispõe sobre a adoção, no âmbito da Instituição Federal de Ensino Superior - IFES, das diretrizes da Política de Direitos Autorais de dados científicos no Repositório Institucional.

Art. 2º Estas diretrizes garantirão o acesso contínuo em longo prazo à informação científica, tecnológica e cultural existente em formato digital no Repositório Institucional da IFES.

Art. 3º Atribui-se à Comissão designada através da Portaria nº XXX/XXX, de XX de XXXX de XXXX, a denominação da Comissão de Implantação do Repositório Institucional da IFES, a ela competindo, continuamente, a elaboração de normas e procedimentos, visando à regulamentação e à operacionalização das diretrizes fixadas.

CAPÍTULO II
DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Art. 4º Para os efeitos desta resolução e de suas regulamentações, aplicam-se as seguintes definições e conceitos:

I – *Acesso Aberto* - Refere-se à disponibilização *online*, gratuita e livre de restrições, da literatura científica. No Brasil, essa dinâmica se dá, majoritariamente, através das revistas em Acesso Aberto, a chamada “via dourada”;

II – *Creative Commons* - É uma entidade, sem fins lucrativos, criada para permitir maior flexibilidade na utilização de obras protegidas por direitos autorais. Fornece licenças de direitos autorais gratuitas e fáceis de usar que dão ao público o direito de partilhar, usar e até mesmo criar com base no trabalho criativo de um autor;

III – *Embargo* – é a liberação parcial do trabalho (serão disponibilizados apenas o(s) resumo(s) e os dados bibliográficos: autor e título);

IV – *Metadados* - Dados estruturados que descrevem e permitem encontrar, gerenciar, compreender e/ou preservar documentos arquivísticos ao longo do tempo;

V – *Modelo de Utilidade* – Consiste em um instrumento, utensílio e objeto de uso prático, ou parte deste, que apresente nova forma ou disposição que resulte em melhoria funcional no seu uso ou em sua fabricação;

VI – *Patente de invenção* - É um título de propriedade temporário conferido como forma de estímulo à inovação e recompensa pelos custos de pesquisa realizados. Durante o prazo de vigência, o titular da patente possui direito de excluir terceiro da utilização do conhecimento objeto da patente, salvo se licenciada pelo proprietário;

VII – *Via Dourada* – Refere-se à produção e disseminação de artigos de periódicos científicos eletrônicos de acesso livre na internet, sem restrições de acesso ou uso.

CAPÍTULO III

OBJETIVOS

Art. 5º Nortear a implementação do Acesso Aberto, gestão da política e a gerência dos Direitos Autorais no repositório, garantindo a não violação dos Direitos Autorais, de ordem patrimonial ou moral, resguardando a IFES de futuras implicações legais. Pretende-se garantir dessa maneira o depósito, a disponibilização e o uso dos objetos digitais em conformidade com a legislação brasileira e internacional sobre o assunto e ainda de acordo com os objetivos da IFES.

CAPÍTULO IV

DO ACESSO, USO E REPRODUÇÃO DOS DOCUMENTOS

Art. 6º Os trabalhos depositados digitalmente no Repositório Institucional serão disponibilizados gratuitamente para fins de pesquisa e estudo, de acordo com a licença pública *Creative Commons*.

Art. 7º Os autores são titulares dos direitos autorais dos documentos disponibilizados no Repositório Institucional, vedada, nos termos da lei, a comercialização de qualquer espécie sem autorização prévia dos detentores dos direitos.

Art. 8º Os usuários que utilizarem qualquer trabalho, no todo ou em parte, em novas produções ficam obrigados a citar os nomes dos autores e os dados completos da obra.

Art. 9º É permitida a reprodução dos materiais disponíveis no Repositório Institucional apenas para fins acadêmicos, ficando expressamente proibida a reprodução de quaisquer documentos para fins comerciais.

CAPÍTULO V

APLICABILIDADE

Art. 10º A Política de Direito Autoral do Repositório Institucional aplica-se a toda obra intelectual:

I - De autoria individual, em coautoria e de autoria coletiva de profissionais da IFES, e daqueles outros, de qualquer forma vinculados à instituição no momento da produção. Para os efeitos desta política, são considerados autores da IFES os discentes, docentes, técnicos-administrativos e colaboradores, contratados direta ou indiretamente, e demais pessoas vinculadas de qualquer forma à IFES.

II - Elaborada com recursos físicos ou financeiros ou, ainda, envolvendo colaboradores da IFES ou produzida pelos autores no exercício da sua função, ainda que em parcerias com outras pessoas jurídicas ou físicas, públicas ou privadas.

III - Incluindo dissertações e teses defendidas nos programas de pós-graduação da IFES, cujo depósito é obrigatório, e artigos produzidos no âmbito da IFES e publicados em periódicos científicos, cujo depósito de metadados é também obrigatório.

IV - E, de forma não exclusiva, ao depósito de artigos científicos *postprint* (versão que já foi sujeita a revisão e/ou edição), respeitado o período de embargo definido por cada periódico. Após o período de embargo, os artigos científicos e/ou os seus respectivos metadados depositados no Repositório Institucional serão disponibilizados de modo a não haver conflito entre o depósito e a cessão de direitos autorais de cada autor para a publicação no periódico em questão.

Parágrafo único. A propriedade intelectual da tese ou dissertação pertence ao autor.

CAPÍTULO VI

DAS LICENÇAS E EMBARGOS

Art. 11º Ficam reservados aos autores todos os direitos autorais, bem como os usos comerciais sobre as obras de sua autoria, salvo as exceções previstas em lei ou em instrumentos contratuais.

Art. 12º Com relação às licenças, atribui-se licenças flexíveis e abertas a fim de maximizar a disseminação e o uso da produção técnico-científica e dos dados de pesquisa da IFES.

Art. 13º No que concerne aos embargos da produção técnico-científica, recomenda-se atender aos períodos estabelecidos. Nesse caso, os metadados deverão ser disponibilizados no Repositório Institucional até o final do embargo, quando o texto integral deverá ser liberado.

Parágrafo único. Para outras obras intelectuais, os autores poderão solicitar período de embargo a Comissão de Implantação do Repositório Institucional, devidamente justificado.

Art. 14º Os pedidos de patente de invenção e modelo de utilidade, registro de desenho industrial e registro de marca deverão ter os metadados depositados no Repositório Institucional. O acesso integral será liberado após sua publicação pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI.

CAPÍTULO VII

ATUALIZAÇÃO DA POLÍTICA

Art. 15º Realizar a revisão e atualização da política a cada 05 (cinco) anos ou conforme a necessidade de acompanhar a legislação vigente brasileira.

Art. 16º A presente política poderá ser alterada mediante aprovação da Comissão de Implantação do Repositório Institucional em reunião extraordinária convocada especificamente para esse fim.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17º A IFES não se responsabiliza por eventuais cópias realizadas de parte ou do todo das produções intelectuais.

Art. 18º Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão de Implantação do Repositório Institucional.

Art. 19º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga disposições contrárias.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR - IFES
BIBLIOTECA CENTRAL

MINUTA DA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DIGITAL

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A presente resolução dispõe sobre a adoção, no âmbito da Instituição Federal de Ensino Superior - IFES, das diretrizes da Política de Preservação Digital.

Art. 2º Atribui-se à Comissão designada através da Portaria nº XXXX/XXXX, de XX de XXXX de XXXX, a denominação da Comissão de Implantação do Repositório Institucional da IFES, a ela competindo, continuamente, a elaboração de normas e procedimentos, visando à regulamentação e à operacionalização das diretrizes fixadas.

Art. 3º Estas diretrizes garantirão o acesso contínuo em longo prazo à informação científica, tecnológica e cultural existente em formato digital no Repositório Institucional da IFES, doravante, neste documento, denominado de Repositório Institucional. Observando a legislação brasileira em vigor, tais quais:

I - Constituição Brasileira, em seu Art. 5º. “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: ... XIV – é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”;

II – Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011 que garante o acesso à informação;

III - Decreto 10.160, de 09 de dezembro de 2019 que institui a Política Nacional de Governo Aberto e o Comitê Interministerial de Governo Aberto;

IV- Decreto 8.777, de 11 de maio de 2016 que institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal;

V - Lei 13.874 de 20 de setembro de 2019 – Nova lei de digitalização, que permite o descarte ou destruição de documentos originais, após serem digitalizados;

VI - Portaria 013, de 15 de fevereiro de 2006 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES que institui a divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos;

VII - ISO 19005-2: 2011: Gerenciamento de documentos - Formato eletrônico de arquivo de documento para preservação de longo prazo;

VIII - ISO 16363:2011: auditoria e certificação de repositório;

IX – Política de Segurança da Informação – POSIC da IFES;

X - Política de Repositório Institucional da IFES;

XI – Política de Funcionamento do Repositório Institucional da IFES.

CAPÍTULO II

DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Art. 4º Para os efeitos desta resolução e de suas regulamentações, aplicam-se as seguintes definições e conceitos:

I – *Backup*: é a cópia de dados de um dispositivo de armazenamento a outro para que possam ser restaurados em caso da perda dos dados originais;

II – *International Organization for Standardization – ISO*: promove a normatização de empresas e produtos, para manter a qualidade permanente;

III – *Metadados*: Dados estruturados que descrevem e permitem encontrar, gerenciar, compreender e/ou preservar documentos arquivísticos ao longo do tempo;

IV – *Migração*: Conjunto de procedimentos e técnicas para assegurar a capacidade de os objetos digitais serem acessados face às mudanças tecnológicas. A migração consiste na transferência de um objeto digital: a) de um suporte que está se tornando obsoleto, fisicamente deteriorado ou instável para um suporte mais novo; b) de um formato obsoleto para um formato mais atual ou padronizado; c) de uma plataforma computacional em vias de descontinuidade para uma outra mais moderna;

V - *Objeto Digital*: Conjunto de uma ou mais cadeias de bits que registram o conteúdo do objeto e de seus metadados associados;

VI – *Open Archival Information System – OAIS*: sistema aberto para arquivamento da informação que disciplina e orienta na preservação e manutenção no acesso às informações por longo prazo;

VII – *Redundant Array of Independent Disks - RAID*: subsistema de armazenamento composto por vários discos individuais, com a finalidade de ganhar segurança e confiabilidade por meio da adição de redundância;

VIII – *Refrescamento*: transferência de informação de um determinado suporte físico de armazenamento para outro mais atual antes que o primeiro se deteriore ou se torne irremediavelmente obsoleto;

IX – *Replicação*: técnica para manter automaticamente a disponibilidade dos dados, a despeito das falhas do servidor.

CAPÍTULO III

OBJETIVOS

Art. 5º Gerenciar e armazenar coleções de objetos digitais, por um longo período de tempo, provendo o acesso apropriado e atuando como provedores de dados. Desta forma, devem dispor de uma estrutura organizacional que apoie e reflita a estrutura, função e atividades da IFES visando suas relações internas e externas dos materiais digitais sob sua responsabilidade.

Art. 6º Manter a autenticidade dos documentos de arquivo em formato digital, preservando-os; ser certificado; apresentar um plano de contingência que ofereça segurança para a informação; estar em conformidade com o modelo de referência *Open Archival Information System - OAIS*.

Art. 7º Garantir a preservação da produção intelectual, científica e tecnológica da instituição em suporte digital.

Art. 8º Preservar o patrimônio cultural e intelectual da IFES e assegurar que ele seja acessível e mantido de forma confiável para uso futuro.

Art. 9º Identificar as coleções digitais a serem preservadas com as novas gerações de tecnologias, por meio de uma seleção sistemática.

Art. 10º Manter o acesso aos objetos digitais e ao significado intelectual e contextual desses objetos.

Art. 11º Incluir nos relatórios de gestão da política os objetos nato-digitais e aqueles que foram convertidos para o formato digital.

Art. 12º Proteger os investimentos da Biblioteca Central (ou outro setor da instituição que seja o responsável pela sustentabilidade financeira do programa de preservação digital) por meio de uma política de preservação digital totalmente implementada.

Art. 13º Demonstrar o compromisso institucional por meio da identificação de estratégias sustentáveis.

Art. 14º Desenvolver um programa eficiente com as seguintes medidas: integração de sistemas, compartilhamento de responsabilidades e automatização dos esforços humanos repetitivos.

Art. 15º Cumprir as normas de preservação e acesso digital, as quais predominam na comunidade de acesso aberto.

Art. 16º Buscar, expandir e desenvolver métodos de preservação digital que sejam apropriados para a IFES e promover a colaboração institucional.

Art. 17º Declarar que essa política se dirige à preservação das coleções e recursos digitais, cujo agente principal de custódia é ela mesma.

Art. 18º Prestar consultoria e cooperar com outros setores, de modo que assegure que a comunidade universitária tenha acesso adequado e contínuo aos materiais digitais produzidos na IFES.

CAPÍTULO IV

SUSTENTABILIDADE SOCIAL

Art. 19º Promover práticas administrativas com a redução dos impactos ambientais, com soluções inteligentes, como economizar no consumo do papel, ocasionando o equilíbrio do meio ambiente.

Art. 20º Selecionar de forma criteriosa o material digital.

Art. 21º Facilitar a busca das informações digitais através da digitalização dos documentos, oferecendo um maior controle sobre esses registros.

Art. 22º Assegurar a sustentabilidade dos dados para o futuro, não deixando, entretanto, de conferir valor imediato a eles para os seus autores e para os seus usuários.

Art. 23º Garantir uma eficaz atribuição de recursos em todas as atividades de preservação digital.

Art. 24º Garantir o acesso e o funcionamento perene da estrutura do Repositório Institucional por longo termo sustentados por instrumentos legais.

Art. 25º Permitir as estratégias de interoperabilidade, conseguindo capturar os registros criados e ambientes técnicos e de negócios diferentes.

Art. 26º Garantir a sustentabilidade dos dados a longo prazo e desenvolver ações de manutenção, preservação e agregação de valor aos dados em toda sua vida útil.

Art. 27º Incentivar para que o material preservado seja de acesso público.

CAPÍTULO V

ATRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Art. 28º As responsabilidades deverão envolver questões técnicas, legais, administrativas e informacionais. A preservação digital é responsabilidade do criador do documento de arquivo em formato digital, da IFES e de todas as pessoas envolvidas nos processos de criação e manutenção dos objetos digitais.

Art. 29º A Comissão de implantação do Repositório Institucional deverá definir uma estrutura e equipes multidisciplinares para promover a gestão de objetos digitais a serem preservados e definir o papel de cada um dos envolvidos nos processos de preservação digital, com o objetivo de identificar e apontar responsabilidades.

Art. 30º A administração da IFES, juntamente com a Comissão de implantação do Repositório Institucional, deverá definir os objetivos a serem alcançados para a preservação digital.

Art. 31º As instâncias jurídicas da IFES resguardarão a instituição, orientando os envolvidos nos processos de preservação digital, nas questões legais e de direitos autorais.

Art. 32º O Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI da IFES deve definir os responsáveis pelas questões técnicas que envolvem as especificidades de cada objeto digital, assim como, os profissionais envolvidos na representação do Repositório Institucional.

CAPÍTULO VI

PRINCÍPIOS

Art. 33º A Biblioteca Central adotará critérios consistentes para a seleção e preservação do material digital. Uma vez que esse material tenha sido selecionado para a administração e preservação digital, a Biblioteca Central se compromete com a manutenção pelo tempo que for necessário ou desejado, com base nos seguintes

princípios: A Biblioteca Central está comprometida com a preservação a longo prazo do conteúdo selecionado.

Art. 34º A preservação digital faz parte dos processos administrativos da Biblioteca Central.

Art. 35º Os níveis de preservação e o período de tempo para manter o material digital acessível serão determinados pelos responsáveis em selecionar o material e pelos curadores digitais, com o apoio de técnicos especializados.

Art. 36º A Biblioteca Central participará do desenvolvimento de padrões, práticas e soluções comunitárias de preservação digital.

§1º Desenvolver uma infraestrutura de preservação digital escalável, confiável, sustentável e auditável.

§2º Gerenciar o *hardware*, o *software* e os componentes de mídia de armazenamento, os quais possuem a função de preservação digital, conforme as normas ambientais, as especificações de controle de qualidade e os requisitos de segurança.

§3º Aplicar o modelo de referência *Open Archival Information System* (OAIS) e outros padrões e práticas de preservação digital apropriados.

§4º Avaliar a interoperabilidade do objeto digital utilizando-se as opções de código aberto.

§5º Assegurar a integridade dos dados.

§6º Estabelecer os metadados necessários para a utilização dos recursos digitais. Por exemplo: os metadados administrativos, os descritivos, os de preservação, os de proveniência, os de direitos e os técnicos.

§7º Respeitar os direitos do autor, os direitos de propriedade intelectual e outros direitos legais relacionados com a cópia, armazenamento, modificação e utilização dos recursos digitais.

CAPÍTULO VII

ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO

Art. 37º A Biblioteca Central adotará estratégias de preservação digital conforme características e especificidades de cada tipo de objeto digital, avaliando periodicamente as tecnologias existentes no momento, para determinar qual a melhor estratégia a ser implementada.

Art. 38º Uma equipe técnica deverá apontar as mudanças que estão ocorrendo no ambiente digital e propor as estratégias de preservação digital mais adequadas para essas mudanças. A Comissão de implantação do Repositório Institucional deverá analisar e aprovar essas estratégias.

Art. 39º As principais estratégias a serem utilizadas serão:

I - Refrescamento: transferir a informação digital de um suporte físico de armazenamento para outro mais atual;

II - Migração: transferir periodicamente um objeto digital de uma tecnologia de hardware e/ou software para outra mais atual, causados por avanços tecnológicos, necessidades de atualização de versões, conversão de formatos e outros.

Art. 40º A implementação de estratégias de preservação digital deverá ser feita de forma a manter as propriedades significativas dos diversos tipos de documentos submetidos ao Repositório Institucional para que possam servir de fonte de prova e informação.

Art. 41º A capacidade de armazenamento do Repositório Institucional deverá prever minimamente o crescimento do acervo digital para três anos, com base em levantamentos e projeções de recolhimentos futuros.

Parágrafo único. Deverá ser prevista uma margem de memória para processamento de migrações e outros procedimentos que exijam capacidade de memória do equipamento, tendo em vista que a ocupação do espaço de armazenamento não exceda 70% da capacidade dos equipamentos em uso.

Art. 42º O Repositório Institucional não deve permitir a exclusão dos documentos armazenados, salvo aqueles que possam ter sido ilegalmente objeto de guarda.

Parágrafo único. Na hipótese em que for devidamente justificada a sua eliminação, somente o Bibliotecário – Administrador do Repositório Institucional poderá autorizar a exclusão definitiva.

Art. 43º As definições de segurança da informação do Repositório Institucional deverão estar alinhadas à Política de Segurança da Informação da IFES, abrangendo, no mínimo, os seguintes aspectos:

I – sistema de segurança de armazenamento (RAID, backup, replicação);

II – segurança de rede, esquemas de controle de acesso de usuários e DMZ;

III – acesso físico aos espaços dos servidores;

IV – controle do ambiente (temperatura, umidade, poeira);

V – infraestrutura física com instalação de sala cofre;

VI – auditoria e certificação de repositório nos termos da ISO 16363:2011.

Art. 44º Deverá ser previsto um plano de sucessão para a preservação e o acesso do patrimônio documental digital de guarda permanente produzido pela IFES.

CAPÍTULO VIII ATUALIZAÇÃO DA POLÍTICA

Art. 45º Realizar a revisão e atualização da política a cada 05 (cinco) anos ou conforme a necessidade de segurança, serviços e tecnologias adotadas pela IFES, considerando-se o rápido desenvolvimento tecnológico (hardware e software), além de possíveis alterações nas regras de negócio e instrumentos legais e normativos.

Art. 46º A presente política poderá ser alterada mediante aprovação da comissão de implantação do Repositório Institucional em reunião extraordinária convocada especificamente para esse fim.

CAPÍTULO XIX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

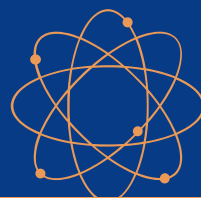
Art. 47º Para o cumprimento desta política, a IFES estabelecerá mecanismos de estímulo, assim como ações de integração, que impossibilitem evitar duplicações de esforços.

Art. 48º Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão de Implantação do Repositório Institucional.

Art. 49º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga disposições contrárias.

Produto 4.4

Manual para os usuários



MANUAL PARA OS USUÁRIOS DO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL



DISCENTE:

**MARILIA DIONE
SALVADOR SHIBAYAMA**

ORIENTADORA:

**Dra. DILNEIA ROCHANA
TAVARES DO COUTO**

MANUAL PARA OS USUÁRIOS DO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL

Manual para os usuários do Repositório Institucional apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação pelo ponto focal da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP.

DISCENTE:

MARILIA DIONE SALVADOR SHIBAYAMA

ORIENTADORA:

Dra. DILNEIA ROCHANA TAVARES DO COUTO

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Elaborado por Marília Dione Salvador Shibayama - CRB2/1063

Shibayama, Marília Dione Salvador
Manual para os usuários do Repositório Institucional.
- Macapá, 2021.
37 p.

1. Manual - Uso 2. Repositório Institucional 3. Manual -
Usuário. 4. Repositório - IBICT. I. Couto, Dilnéia Rochana
Tavares do, orientadora. II. Título.

025.8 S555m
CDD. 22 ed.



SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	103
2 PARA QUEM?	104
3 COMO ACESSAR	105
4 BUSCA RÁPIDA	106
5 BUSCA AVANÇADA	108
6 BUSCA FACETADA	111
7 BUSCA POR COMUNIDADES	113
8 RESULTADOS DA BUSCA	115
9 MEU ESPAÇO	117
9.1 Iniciar um novo depósito	119
9.2 Receber atualizações por e-mail	120
10 POLÍTICA DE INDEXAÇÃO	122
11 POLÍTICA DO REPOSITÓRIO	123
12 GUIA DE DEPÓSITO	124
13 MAPA DO SITE	126
14 IDIOMA	128
15 CONTATO	129
16 AJUDA	131
16.1 Como citar	133
REFERÊNCIAS	135

1 INTRODUÇÃO

O Manual para os usuários do Repositório Institucional RI é uma proposta para auxiliar na usabilidade dos sites dos RI que utilizam o software Dspace. A implementação de repositórios tem crescido substancialmente e seu uso é uma importante iniciativa para disseminação e preservação da produção intelectual em diversas instituições, tornando os repositórios fontes importantes de informações.

O DSpace tem sido o software mais usado, segundo dados do Registry of Open Access Repository - ROAR para implementação de repositórios de acesso aberto. O Instituto Brasileiro de Informação de Ciência e Tecnologia - IBICT recomenda o uso desse software. Para os exemplos práticos, utilizaremos como modelo o RI do IBICT que servirá de base, haja vista que as Universidades Federais também utilizam o Dspace em seus respectivos Repositórios.

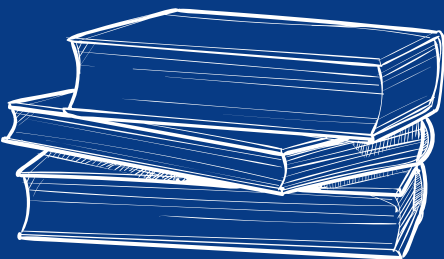
Este Manual apresenta o passo a passo da navegação do usuário em busca de respostas para sua pesquisa. Há possíveis buscas, como rápida, facetada e avançada. Além de realizar buscas pelas comunidades e coleções, encontrar os resultados das buscas e realizar depósito de obras. Portanto, há orientação em fornecer explicações, de forma simples, sobre como executar as tarefas que fazem parte do dia a dia do usuário que utiliza os Repositórios Institucionais das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES.



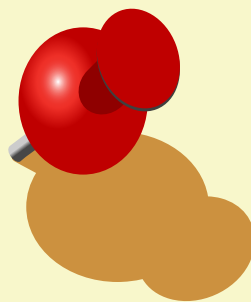
2 PARA QUEM?

Este Manual está direcionado aos seguintes destinatários:

- Docentes das IFES;
- Discentes das IFES;
- Técnicos Administrativos;
- Comunidade Externa.



3 COMO ACESSAR



Existem duas maneiras de acesso:

1 - Pelo Portal da Biblioteca Central da IFES

Endereço:

<https://www.universidade.br/biblioteca/>

2 - Pela URL do próprio Repositório

Endereço:

<http://repositorio.universidade.br/>



4 BUSCA RÁPIDA



Para pesquisar em todo Repositório Institucional, usar a caixa de pesquisa no meio da página inicial.

Por meio da barra de busca, na parte da página inicial, busque por palavra-chave, assunto, autor, título ou por universidade.



4 BUSCA RÁPIDA



Fonte: RI do IBICT (2021).

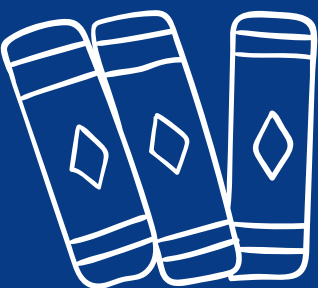


5 BUSCA AVANÇADA

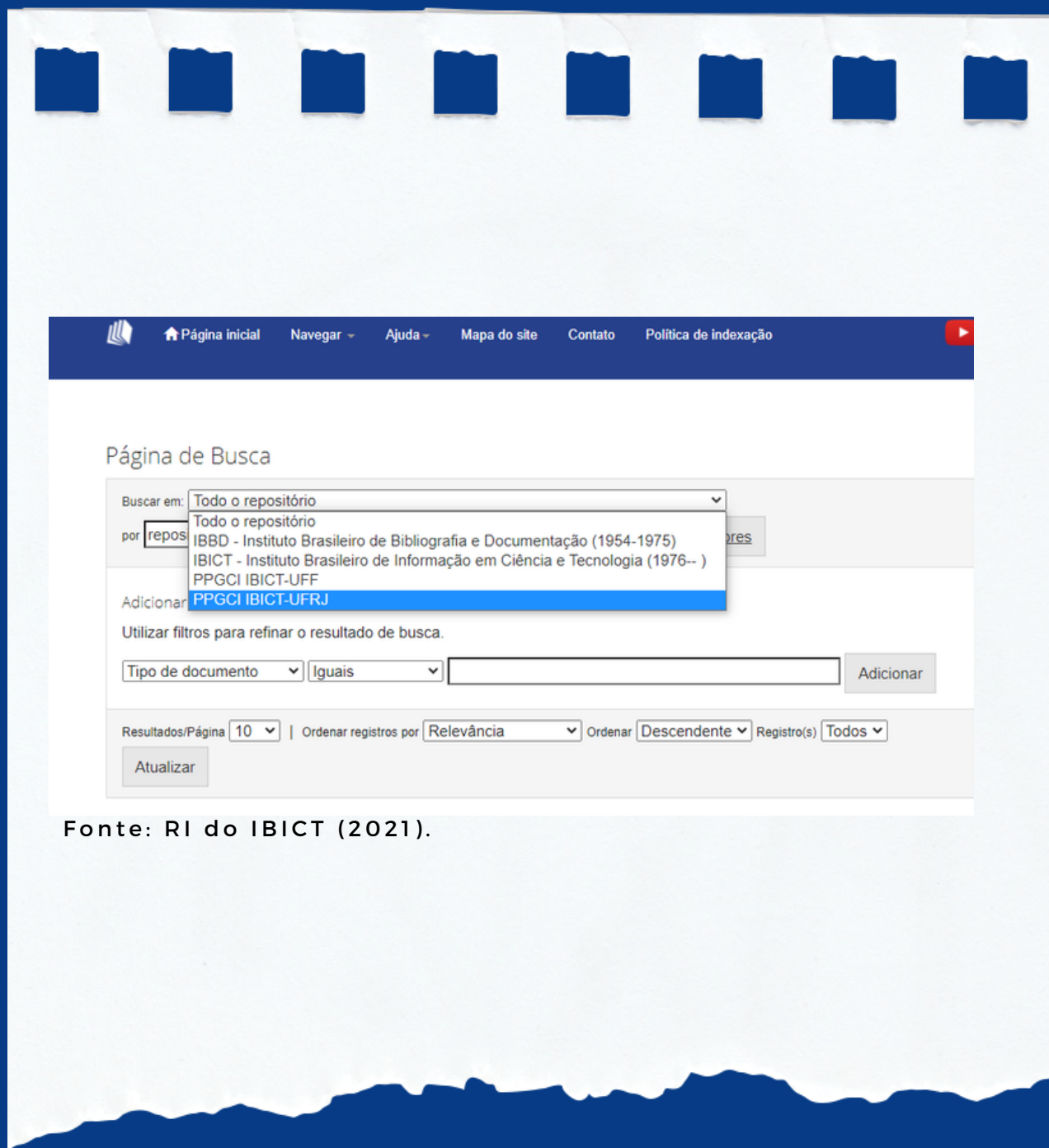
Na página de busca é possível pesquisar por vários campos, como Todo o Repositório ou pesquisar individualmente pelos Programas de Pós-graduação da UFRJ.

Para especificar melhor a busca, o usuário poderá escolher os seguintes metadados: busca por título, autor, assunto e data de publicação.

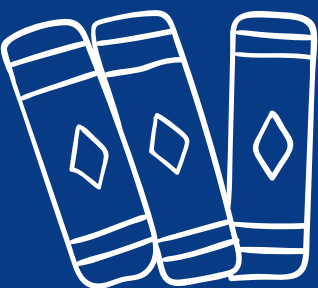
Assim como a busca booleana é possível combinar palavras-chave para limitar, filtrar ou refinar a pesquisa.



5 BUSCA AVANÇADA



Fonte: RI do IBICT (2021).



5 BUSCA AVANÇADA

É possível filtrar a busca por Orientador, Membros da banca, Identificador de autoria, Resumo ou Abstract, Assunto, CNPQ, Liberação de acesso, Sigla da Instituição, Agência de Fomento, Formato de Arquivo, Programa, entre outros.

Página de Busca

Buscar em:

por

Adicionar filtros:

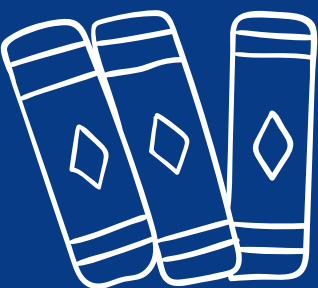
Utilizar filtros para refinar o resultado de busca.

Ordenar registros por Ordenar Registro(s)

Anterior 2 3 4 ... 58 Próximo

Autor(es) Tipo

Fonte: RI do IBICT (2021).



6 BUSCA FACETADA



No canto direito da pesquisa há a busca facetada que agrupa entidades como parte de um registro. Usar a busca facetada para aprimorar os resultados da pesquisa. O conteúdo do portal do Dspace pode ser pesquisado usando filtros baseados em características do tema.

Os filtros implementados pela pesquisa facetada no RI permitem que os usuários localizem o tema desejado com mais rapidez do que na pesquisa tradicional. É possível realizar a busca facetada por autor, assunto, áreas do conhecimento, tipos de documento, data de publicação, tipo de acesso (aberto ou embargado).

6 BUSCA FACETADA


Busca facetada	
Autoria	
Souza, Rosali Fernandez de	144
Pinheiro, Lena Vânia Ribeiro	109
González de Gómez, Maria Nélide	84
Albagli, Sarita	73
Shintaku, Milton	70
Olinto, Gilda	66
Lima, Clóvis Ricardo Montenegro de	55
próximo >	
Assunto	
Ciência da Informação	180
Information Science	111
Informação	72
Ciência da informação	53
Comunicação científica	44
Information	29
Internet	27
próximo >	

Fonte: RI do IBICT (2021).

Data de publicação	
2020 - 2021	50
2010 - 2019	487
2000 - 2009	279
1990 - 1999	43
1980 - 1989	31
1970 - 1979	25
1968 - 1969	2
Tipo de acesso	
Acesso Aberto	916
Acesso Embargado	1
An error occurred on the license ...	1

Fonte: RI do IBICT (2021).

7 BUSCA POR COMUNIDADES E COLEÇÕES



Na aba “Navegar” do Repositório é possível listar as Comunidades, Subcomunidades e as Coleções presentes.



7 BUSCA POR COMUNIDADES E COLEÇÕES

Comunidades e coleções

Você encontrará abaixo uma lista de comunidades, subcomunidades e coleções presentes neste repositório

IBBD

IBBD - Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (1954-1975) 22

Produção científica do IBBB (1954-1975)

[Artigos em Revistas publicadas no Brasil \(IBBD\)](#) [18]

Artigos dos servidores que foram publicados em revistas científicas brasileiras

[Artigos em Revistas publicadas no Exterior \(IBBD\)](#) [1]

Artigos dos servidores que foram publicados em revistas científicas no exterior

[Dissertações de Mestrado \(IBBD\)](#) [2]

Dissertações de mestrado defendidas pelos funcionários do IBBB ou por alunos do IBBB

[Livros e Capítulos de Livros Nacionais \(IBBD\)](#) [0]

Livros ou capítulos de livros publicados no Brasil de autoria ou co-autoria dos funcionários do

[Trabalhos apresentados em Congresso no Exterior \(IBBD\)](#) [1]

Trabalhos apresentados em Congressos no exterior.

ibict

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (1976--) 595

Comunidade dos Profissionais do IBICT


[Artigos em Revistas publicadas no Brasil](#) [285]

Artigos científicos publicados em Revistas no Brasil

Fonte: RI do IBICT (2021).



8 RESULTADOS DA BUSCA



É possível usar filtros para refinar os resultados da busca da pesquisa. Os filtros são para ordenar os resultados em: Quantidade de páginas, ordem dos registros (relevância, título e data de publicação), ordem decrescente ou crescente e registros por quantidade.

8 RESULTADOS DA BUSCA

Página de Busca

Buscar em: por

Adicionar filtros:
Utilizar filtros para refinar o resultado de busca.

Resultados/Página | Ordenar registros por Ordenar Registro(s)

- Relevância
- Data de Publicação**
- Título
- Autor
- Orientador
- Programa
- Autor

Resultado 1-10 de 576.

Anterior **1** 2 3 4 ... 58

Conjunto de itens:

Data do documento	Título	Autor(es)	Ti
Nov-2016	Uma Análise Quantitativa dos Repositórios Digitais Brasileiros	Lameira, Ana; Oliveira, Franciane; Ramos, Thaisa; Carvalho-Segundo, Washington	Tr ap en
2010	Integração do framework manakin com a plataforma dspace para múltiplas apresentações visuais de informações nos repositórios digitais	Santarem Segundo, José Eduardo; Camargo, Liriane Soares de Araújo de; Shintaku, Milton; Vidotti, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio	Ar

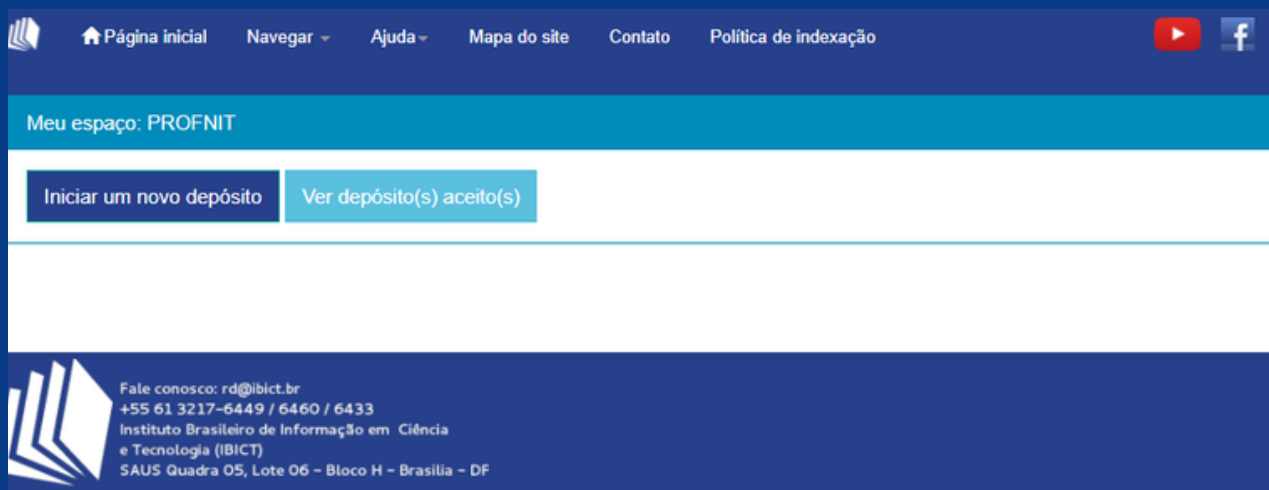
Fonte: RI do IBICT (2021).

9 MEU ESPAÇO

Em Meu Espaço é importante realizar o registro de usuário no sistema Dspace, pois isso possibilitará Assinar Coleções e receber atualizações de quando uma nova obra for inserida no sistema, como em um serviço de Alerta.



9 MEU ESPAÇO




The screenshot shows the 'Meu espaço' (My space) section of the IBICT website. At the top, there is a navigation bar with links for 'Página inicial', 'Navegar', 'Ajuda', 'Mapa do site', 'Contato', and 'Política de indexação'. Below this, the user's name 'Meu espaço: PROFNIT' is displayed. Two buttons are visible: 'Iniciar um novo depósito' (Start a new deposit) and 'Ver depósito(s) aceito(s)' (View accepted deposit(s)). At the bottom, there is contact information for the Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), including an email address, phone numbers, and the physical address in Brasília, DF.

Fale conosco: rd@ibict.br
+55 61 3217-6449 / 6460 / 6433
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)
SAUS Quadra 05, Lote 06 - Bloco H - Brasília - DF

Fonte: RI do IBICT (2021).



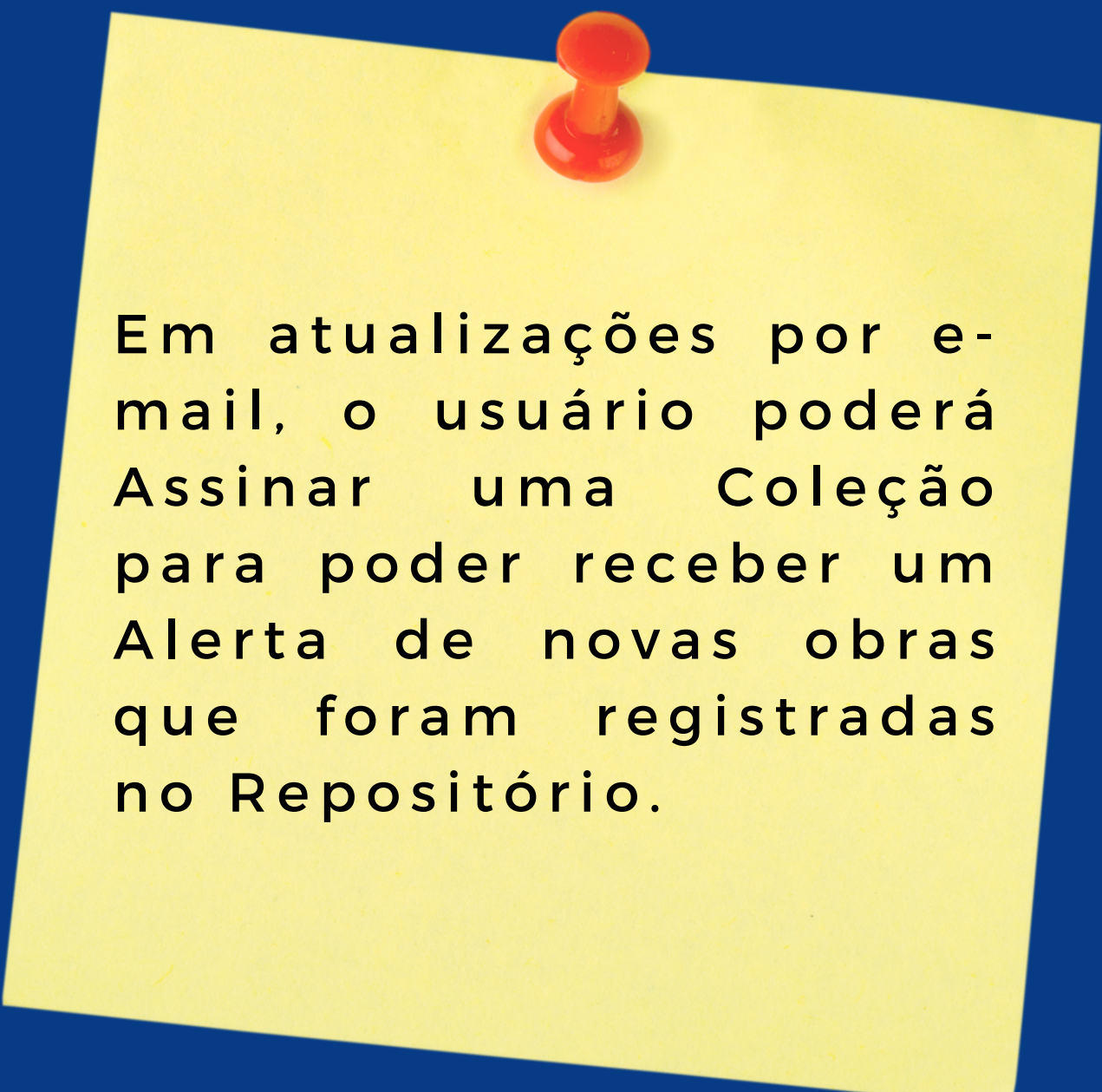
9.1 Iniciar um novo depósito



Para iniciar o Depósito, o usuário deverá selecionar a coleção onde a obra será depositada. Escolher o tipo de documento que está sendo depositado, como por exemplo: artigo de periódico. Depois, preencher o formulário com o Título, data da publicação, autoria, título do periódico, numeração da paginação, ISSN, país, idioma, palavras-chaves, áreas do conhecimento, resumo, abstract. Fazer o upload do arquivo. Verificar se todos os metadados estão corretos. Escolher a licença Creative Commons e submeter o depósito ao Repositório.



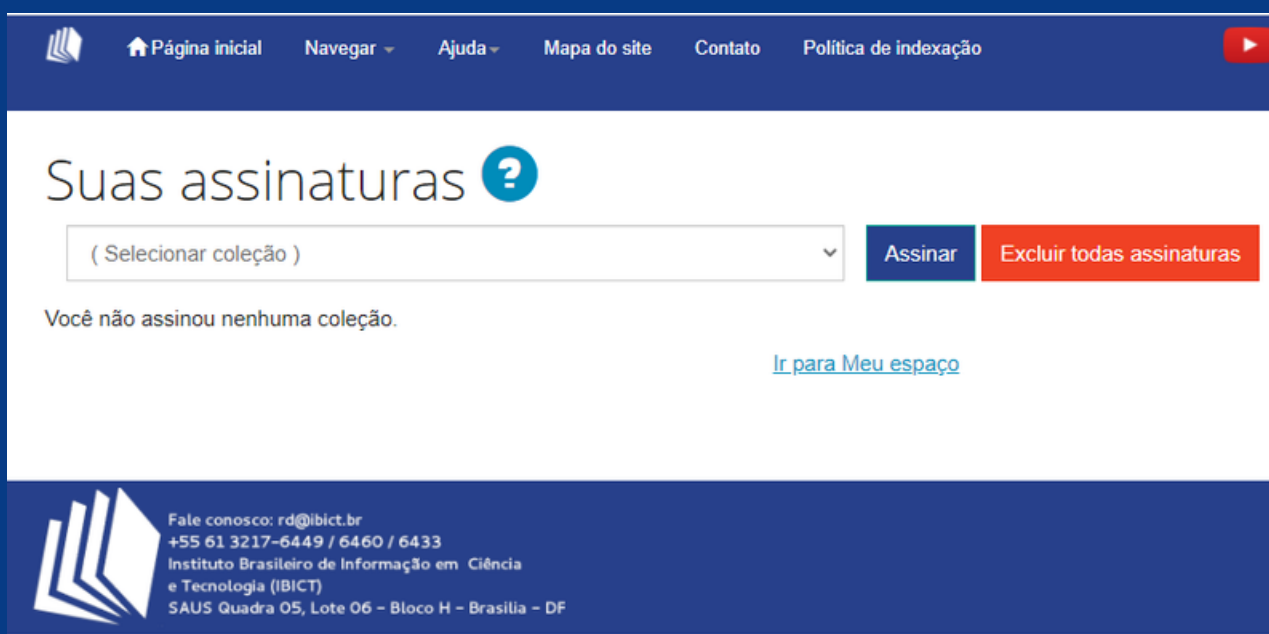
9.2 Receber atualizações por e-mail



Em atualizações por e-mail, o usuário poderá Assinar uma Coleção para poder receber um Alerta de novas obras que foram registradas no Repositório.



9.2 Receber atualizações por e-mail



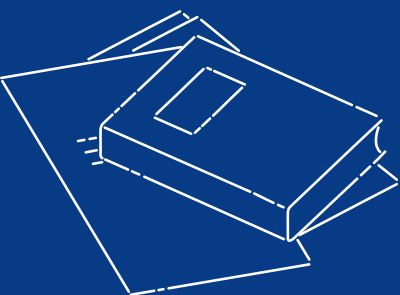
The screenshot shows the 'Suas assinaturas' (Your subscriptions) page on the IBICT website. The page has a dark blue header with navigation links: 'Página inicial', 'Navegar', 'Ajuda', 'Mapa do site', 'Contato', and 'Política de indexação'. The main content area is white and features the title 'Suas assinaturas' with a question mark icon. Below the title is a dropdown menu labeled '(Seleccionar coleção)' and two buttons: 'Assinar' (dark blue) and 'Excluir todas assinaturas' (orange). The text 'Você não assinou nenhuma coleção.' is displayed below the buttons. A link 'Ir para Meu espaço' is located at the bottom right of the main content area. The footer is dark blue and contains the IBICT logo and contact information: 'Fale conosco: rd@ibict.br', '+55 61 3217-6449 / 6460 / 6433', 'Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)', and 'SAUS Quadra 05, Lote 06 - Bloco H - Brasília - DF'.

Fonte: RI do IBICT (2021).



10 POLÍTICA DE INDEXAÇÃO

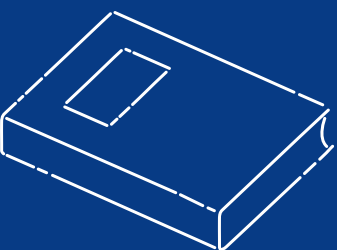
Na política de indexação, o IBICT orienta os depositantes do Repositório a analisar e representar os assuntos contidos em seus documentos, pois todo o processo de análise e representação da informação tem o objetivo de organizar para que sua recuperação seja rápida e fácil.



11 POLÍTICA DO REPOSITÓRIO



A política do Repositório tem como diretriz preservar a produção científica do IBICT, potencializar o intercâmbio com outras instituições, acelerar o documento de suas pesquisas, facilitar o acesso à informação científica e otimizar a gestão de investimento em pesquisa.



12 GUIA DE DEPÓSITO

O Guia de depósito orienta os pesquisadores a compreenderem a importância de reunir e divulgar a produção intelectual, além de orientar os usuários de realizarem o depósito de suas pesquisas no Repositório.



12 GUIA DE DEPÓSITO



Fonte: RI do IBICT (2021).



13 MAPA DO SITE

Na aba Mapa do site é apresentada a Arquitetura da Informação com a visão completa de todas as páginas importantes do website do Repositório que estão organizadas hierarquicamente.

Esse item de menu tem como objetivo orientar o visitante, ao mesmo tempo em que reflete o que mais pode ser encontrado no site, o usuário não precisará acessar página por página, pois terá o acesso imediato a todas as subpáginas em um só lugar.



13 MAPA DO SITE



Fonte: RI do IBICT (2021).



14 IDIOMA

O Repositório está disponível para navegação em mais de um idioma, sendo o português, espanhol e o inglês. É possível alterar o idioma de exibição para o seu preferido a qualquer momento.

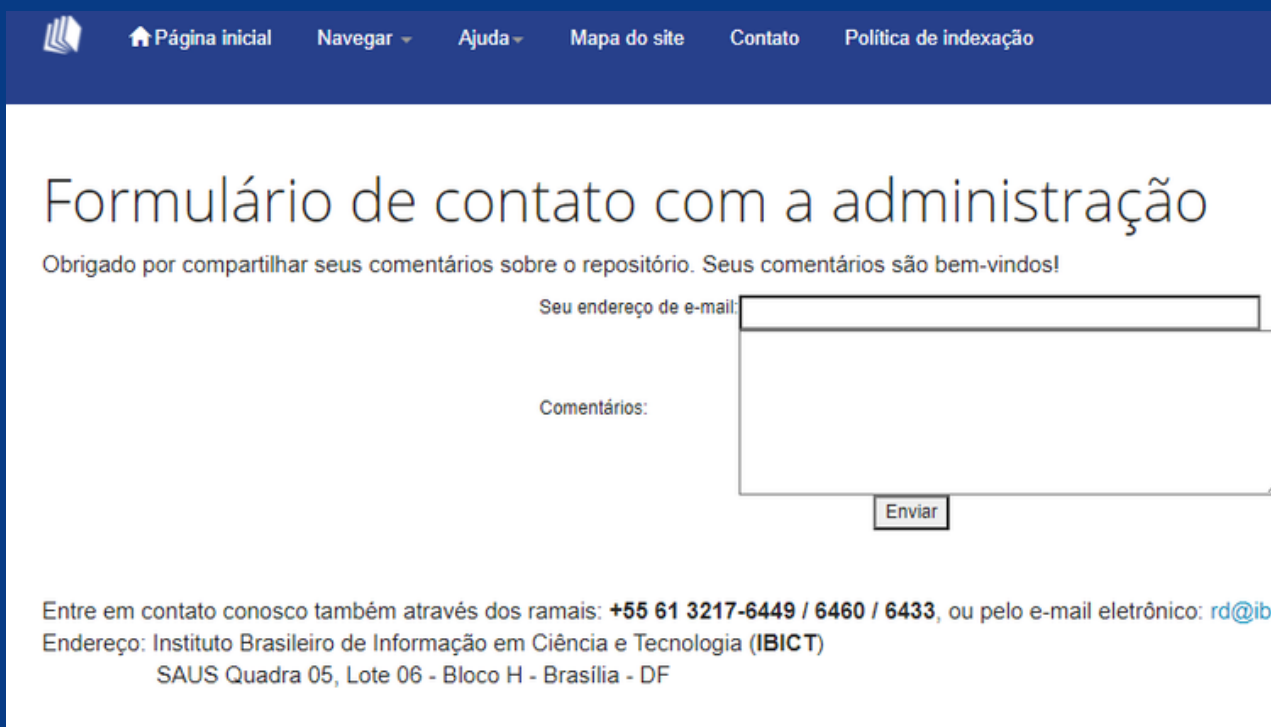


15 CONTATO

Há a possibilidade do usuário solicitar informações, dúvidas, solucionar problemas, reclamações e propor melhorias a respeito do Repositório Institucional. Na aba Contato há um Fale Conosco, que é um canal de comunicação entre usuários e a administração.



15 CONTATO



The image shows a screenshot of a contact form on a website. At the top, there is a dark blue navigation bar with a home icon and the text 'Página inicial', followed by 'Navegar', 'Ajuda', 'Mapa do site', 'Contato', and 'Política de indexação'. Below the navigation bar, the main content area has a white background. The title 'Formulário de contato com a administração' is centered in a large, dark font. Below the title, a message reads 'Obrigado por compartilhar seus comentários sobre o repositório. Seus comentários são bem-vindos!'. The form consists of two input fields: 'Seu endereço de e-mail:' and 'Comentários:'. The 'Comentários:' field is a larger text area. A 'Enviar' button is located at the bottom right of the form. Below the form, contact information is provided: 'Entre em contato conosco também através dos ramais: +55 61 3217-6449 / 6460 / 6433, ou pelo e-mail eletrônico: rd@ibi', 'Endereço: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)', and 'SAUS Quadra 05, Lote 06 - Bloco H - Brasília - DF'.

Página inicial Navegar Ajuda Mapa do site Contato Política de indexação

Formulário de contato com a administração

Obrigado por compartilhar seus comentários sobre o repositório. Seus comentários são bem-vindos!

Seu endereço de e-mail:

Comentários:

Enviar

Entre em contato conosco também através dos ramais: **+55 61 3217-6449 / 6460 / 6433**, ou pelo e-mail eletrônico: rd@ibi
Endereço: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)
SAUS Quadra 05, Lote 06 - Bloco H - Brasília - DF

Fonte: RI do IBICT (2021).



16 AJUDA

Nesse item do menu, o Repositório possui um Glossário com termos técnicos que serve para explicar o significado de alguns vocábulos que, por algum motivo, o usuário pode não conhecer.

Há também exemplos de estratégia de buscas durante a pesquisa, como a truncagem e busca booleana.



16 AJUDA



Fonte: RI do IBICT (2021).



16.1 Como citar

Neste item há explicações de como fazer as referências dos documentos (artigos, livros, dissertações, resenha, tese...) do Repositório conforme a ABNT 6023 - Informação e Documentação - Referências - Elaboração.



16.1 Como citar



Fonte: RI do IBICT (2021).



REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE MANTENEDORAS PARTICULARES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE SANTA CATARINA. Webinar Biblioteca: nota máxima no MEC, repositório institucional e tempos de pandemia, 2020. **Webinar**. Disponível em: <<https://www.ampesc.org.br/2018/webinar-biblioteca-nota-maxima-no-mec-repositorio-institucional-e-tempos-de-pandemia/>>. Acesso em: 12 maio 2021.

LEITE, Fernando; AMARO, Bianca; BATISTA, Tainá. **Boas práticas para construção de repositórios institucionais da produção científica**. Brasília: IBICT, 2012. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/handle/1/703>>. Acesso em: 08 maio. 2021.

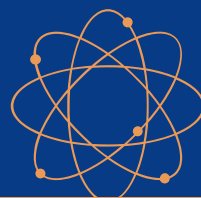
SAYÃO, Luís (org.); TOUTAIN, Lídia Brandão (org.); ROSA, Flávia Garcia (org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memórias, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/473/3/im-plantacao_repositorio_web.pdf>. Acesso em: 08 maio. 2021.

VEIGA, Viviane Santos de Oliveira; PIMENTA, Denise Nacif; MACHADO, Rejane. Repositórios institucionais: avaliação da usabilidade na Fundação Oswaldo Cruz. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2013. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/8601/2/Avalia%C3%A7%C3%A3o%20de%20usabilidade%20em%20OReposit%C3%B3rios%20Institucionais-%20o%20caso%20da%20Fiocruz.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2021.



Produto 4.5

Requisitos de *software*



REQUISITOS DE *SOFTWARE* PARA IMPLANTAÇÃO DE REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL



DISCENTE:
MARILIA DIONE
SALVADOR SHIBAYAMA

ORIENTADORA:
Dra. DILNEIA ROCHANA
TAVARES DO COUTO

REQUISITOS DE *SOFTWARE* PARA IMPLANTAÇÃO DE REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL



Requisitos de software para implantação de Repositório Institucional apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação pelo ponto focal da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP.

DISCENTE:
MARILIA DIONE
SALVADOR SHIBAYAMA

ORIENTADORA:
Dra. DILNEIA ROCHANA
TAVARES DO COUTO

DADOS INTERNACIONAIS DA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ELABORADO POR MARILIA DIONE SALVADOR SHIBAYAMA - CRB2/1063

Shibayama, Marília Dione Salvador

Requisitos de software para implantação de Repositório Institucional. -
Macapá, 2021.

26 p.

1. Software - Requisitos. 2. Arquitetura da Informação. 4. Repositório
Institucional. 5. Recuperação da informação. I. Couto, Dilneia Rochana
Tavares do. II. Título.

020 S555r

22. ed.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	141
1.1 Finalidade	142
1.2 Escopo	143
2 REQUISITOS ESPECÍFICOS	145
2.1 Critérios Técnicos Biblioteconômicos	145
2.2 Critérios Técnicos Computacionais	146
3 OUTROS REQUISITOS	151
3.1 Requisitos de Usabilidade	151
3.2 Requisitos de Funcionalidade	151
3.3 Requisitos de Confiabilidade	151
3.4 Requisitos de Eficiência	151
3.5 Requisitos de Sustentabilidade	152
3.6 Requisitos de Confiabilidade	152
3.7 Requisitos de Portabilidade	152
3.8 Requisitos de Manutenção	152
3.9 Requisitos de Licenciamento	152
4 MELHORIAS NO SISTEMA	154
4.1 <i>Design Thinking</i> em Bibliotecas	154
4.2 Repositório Institucional Interativo	157
REFERÊNCIAS	160

1 INTRODUÇÃO

Os Repositórios Institucionais - RI são ferramentas que se mostram como alternativa para a comunicação e divulgação da Ciência livre. São sistemas de informação que armazenam, preservam, divulgam e dão acesso à produção intelectual de comunidades universitárias, o que contribui para o aumento da visibilidade e o “valor” público das Instituições, servindo como indicador tangível da sua qualidade, ou seja, são plataformas estratégicas de gestão do conhecimento.

Os RI seguem a filosofia preconizada pela Iniciativa dos Arquivos Abertos (OAI - Open Archives Initiative) conforme Shintaku (2010). Esta iniciativa defende que todos os materiais de pesquisa devem ser disponibilizados publicamente na Web, sem restrições de acesso, sobretudo as pesquisas desenvolvidas com recursos oriundos de agências públicas de fomento à pesquisa, de acordo com Santos Júnior (2010).

O software com o maior número de implementações no mundo para a construção de repositórios baseados no Modelo da Iniciativa dos Arquivos Abertos é o Institutional Digital Repository Systems - Dspace. É a Plataforma recomendada pelo IBICT para a construção e gestão de Repositórios Institucionais no Brasil, segundo Santos Júnior (2010). O Dspace é o resultado de uma parceria com as Bibliotecas do Massachusetts Institute of Technology - MIT em conjunto com a Hewlett-Packard - HP.

O Dspace é um software livre que, ao ser adotado pelas organizações, transfere a elas a responsabilidade e os custos com as atividades de arquivamento e publicação da sua produção institucional. O Dspace possui natureza operacional específica de preservar objetos digitais, iniciativa de grande interesse da comunidade científica.

Este software foi desenvolvido para possibilitar a criação de repositórios digitais com funções de armazenamento, gerenciamento, preservação e visibilidade da produção intelectual, permitindo sua adoção por outras instituições em forma consorciada federada.

O Dspace é um programa passível de edição. Portanto, podendo-se personalizar suas funcionalidades, comunidades, coleção, item do menu, subcomunidades, conforme a necessidade informacional dos usuários e das Instituições. Além de ser escalável, dar ênfase na preservação digital, grande diversidade de formatos de arquivos e customização dos metadados.

1.1 Finalidade

Para se ter um Sistema de Informação de qualidade com boa estrutura e relevância deve-se observar os requisitos necessários que envolvam a Biblioteconomia e a área de desenvolvimento de software. Esses Requisitos de software para implantação de Repositório Institucional têm o intuito de reunir e apresentar propostas de requisitos na Plataforma Dspace para os administradores dos Repositórios Institucionais das Universidades Federais. Usando uma linguagem acessível para os profissionais de Tecnologia da Informação, Bibliotecários, Gestores de RI, entre outros.

Essas especificações de requisitos são para o projeto gráfico da página, acréscimo de funcionalidades, alteração de Itens do Menu, a usabilidade e a acessibilidade da produção científica do Repositório, arquitetura da informação, de modo a facilitar a interação entre a Plataforma, o usuário e o acesso à informação, levando em consideração um acervo de Biblioteca Universitária, observando e mantendo a interface gráfica ao padrão Dspace, como cores e logotipos, utilização de interface padrão para o português e adequação da estrutura de disponibilização de metadados.

1.2 Escopo

As tecnologias estão em constante evolução. A manutenção do software, isto é, modificações em artefatos existentes consomem grande parte do tempo e esforço para consertar erros de implementação e adaptação do software em função das alterações em requisitos funcionais, regras de negócios e de reengenharia da aplicação. O uso da Arquitetura da Informação contribui na organização da conhecimento por meio de elementos e processos que auxiliem os usuários em um ambiente com informação estruturada.

Os requisitos para a escolha do sistema ideal são:

- Critérios gerenciais e financeiros
- Critérios técnicos biblioteconômicos
- Critérios técnicos computacionais - requisitos funcionais e não-funcionais
- Critérios baseados nos serviços e processos da Biblioteca.

Esses Requisitos de software têm o intuito de trazer maior funcionalidade ao Sistema e melhorar a Arquitetura da Informação e Recuperação da Informação, pois os resultados das buscas dependem de uma indexação correta para que o tratamento dos assuntos venha colaborar para o fornecimento de informações relevantes e precisas para os usuários, gerando uma política de indexação, controle de remissivas, o uso de qualificadores, o tratamento de assuntos genéricos, o uso de notas explicativas e a seleção de novos assuntos.

O que gerará melhor qualidade dos metadados. Os metadados de cada Comunidade e Coleções devem ser respeitados em sua especificidade, formato e contexto.

Já o controle da linguagem que se dá através da indexação, no uso de vocabulários controlados, de ontologias, de tesauros, das taxonomias, entre outros padrões, futuramente serão o suporte essencial para a ocorrência da Web semântica. E como requisitos básicos, o Sistema deverá conter Funcionalidade, Confiabilidade, Usabilidade, Eficiência, Possibilidade de manutenção, Portabilidade. Além de ser necessário a escalabilidade e a Sustentabilidade do Dspace.

2 REQUISITOS ESPECÍFICOS

2.1 Critérios Técnicos Biblioteconômicos

O QUE SÃO OS REQUISITOS FUNCIONAIS: Requisitos funcionais definem quais processos podem ser executados através do sistema para atender as necessidades do usuário.

- São as ações que o sistema deve permitir realizar;
- Representam as necessidades de operação apontadas pelos bibliotecários e pelos gestores;
- Quando não atendidos, impedem a realização de um serviço.

REQUISITOS FUNCIONAIS: Busca e Recuperação

- Permite localizar a informação que o usuário deseja;
- Permite localizar dados primários e analíticos;
- Permite acesso imediato à informação que está eletronicamente disponível;
- Permite localizar obras por palavras chave;
- Permite localizar obras por índices.

REQUISITOS FUNCIONAIS PARA REGISTRO BIBLIOGRÁFICO:

Representação

Representação descritiva

- Permite catalogar obras conforme CCAA2, RDA;
- Possibilita intercâmbio de metadados;
- Adota padrões como MARC, Dublin Core, FRBR, Bibframe;

LibFRBR

- Permite controle especial para periódicos.

Representação Temática

- Permite indexar obras com adoção de vocabulário controlado e tesouros (uso de remissivas);
- Permite utilizar códigos de classificação e notações de autor.

A aplicação do modelo conceitual FRBR e das orientações RDA amplia a capacidade semântica dos sistemas de busca e aproxima-os das necessidades informacionais contemporâneas dos usuários no contexto tecnológico instaurado como a Web Semântica e o movimento Linked Data, contribuindo para uma melhor representação e para uma posterior recuperação da informação.

Compreender o domínio bibliográfico e sua potencialidade de aplicação em Repositórios Institucionais apresenta-se como uma condição primordial para a identificação das tendências conceituais, metodológicas e tecnológicas do campo da Catalogação Descritiva. Além disso, essa compreensão traz contribuições para os estudos das formas de representação da informação e da modelagem de ambientes digitais mais adequadas e efetivas.

2.2 Critérios Técnicos Computacionais

REQUISITOS FUNCIONAIS: Estão relacionados às funcionalidades que o software deve ter para atender as necessidades da Instituição e dos usuários. Também se enquadram a maneira como o software responderá a determinadas ações executadas dentro do programa.

Por exemplo: Divisões de usuários que lhes oferecem diferentes permissões, acesso a históricos de dados e informações pelo usuário, possibilidade de inclusão ou exclusão de informações, opção de compartilhamento e trocas de informações entre os usuários.

REQUISITOS NÃO-FUNCIONAIS: Definem quais características internas o sistema deve possuir para garantir o atendimento das necessidades dos gestores(requisitos gerenciais) e as dos usuários (requisitos funcionais).

REQUISITOS NÃO-FUNCIONAIS: Interface do usuário

- A interface possui design gráfico moderno;
- Possui - de fábrica - interface para todos dispositivos fixos (PC) e móveis (notebooks, tablets e smartphones);
- A interface do usuário possui usabilidade.

REQUISITOS NÃO-FUNCIONAIS : Carga de utilização

- Permite operação simultânea pela quantidade média de bibliotecários, auxiliares e usuários, sem perda de performance.

REQUISITOS NÃO-FUNCIONAIS : Desempenho

- O tempo de resposta das funções é satisfatório, independentemente:
 - do dia e horário em que opera;
 - da quantidade de operadores conectados;
 - da quantidade de registros que são armazenados.

REQUISITOS NÃO-FUNCIONAIS : Correções e melhorias

- Existe política explícita para lançamento de novas versões do software para (a) corrigir falhas e (b) incluir melhorias e inovações;
- Os usuários (individual ou coletivamente) participam do processo de definição de melhorias.

REQUISITOS NÃO-FUNCIONAIS : Auditoria

- Gera “log” que permita rastrear as operações realizadas pelos bibliotecários e pelos auxiliares, para identificar o responsável por situações específicas e quando ocorreram. Exemplo: Quem catalogou a obra.

REQUISITOS NÃO-FUNCIONAIS : Armazenamento

- O sistema e os dados estão armazenado em local seguro;
- Permite efetuar backup e restauração dos dados;
- Possui escalabilidade para aumento da área em disco, prevendo aumento da necessidade a médio prazo.

REQUISITOS NÃO-FUNCIONAIS : DOCUMENTAÇÃO

- Existe documentação para gerenciamento do sistema;
- Existe documentação para configuração do sistema;
- Existe documentação para uso do sistema;
- Existe documentação do código fonte do sistema (aplicável nos casos em que o código fonte é aberto e livre).

REQUISITOS NÃO-FUNCIONAIS : SEGURANÇA

- O acesso ao sistema é controlado por login e senha;
- Permite definir diferentes níveis de acesso ao sistema (através de permissões negativas e/ou positivas, por conjuntos de funções);
- Os dados estão protegidos contra modificações e exclusões não autorizadas.

REQUISITOS NÃO-FUNCIONAIS : PORTABILIDADE

- O sistema pode ser operado através de dispositivos fixos e móveis (PC, notebook, tablet, smartphone).

REQUISITOS NÃO-FUNCIONAIS : INTEGRIDADE

- As informações inseridas, alteradas ou excluídas permanecem na situação desejada pelos operadores;
- As informações exibidas representam a situação real.

REQUISITOS NÃO-FUNCIONAIS : MANUTENÇÃO

- Permite realizar ajustes nas configurações;
- Permite implantar correções imediatas em falhas críticas;
- Permite interromper o uso do sistema de forma imediata para prevenir perda de informação.

REQUISITOS NÃO-FUNCIONAIS : INTEROPERABILIDADE

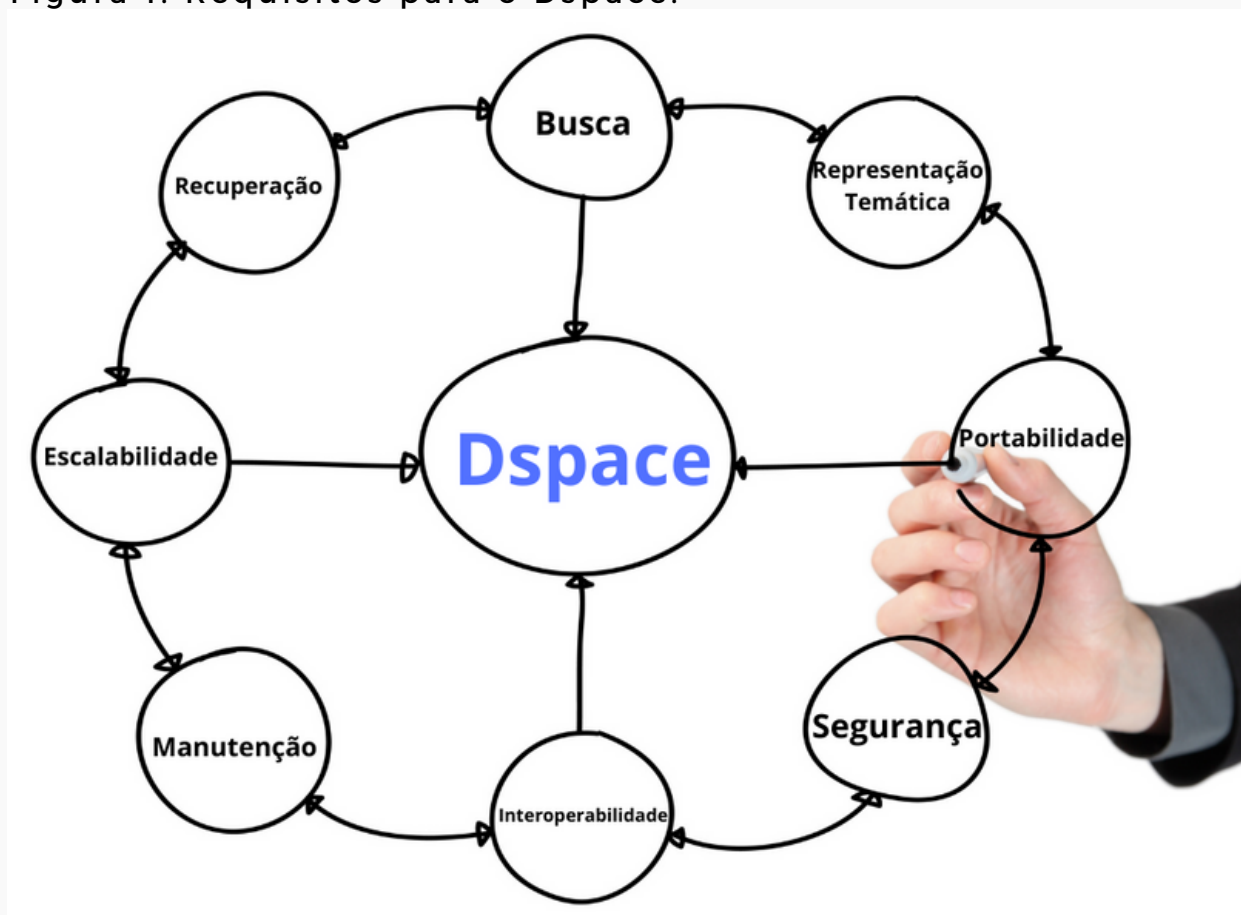
- Permite para intercâmbio de informações bibliográficas (registros) e administrativas (financeiras, pessoas);
- Permite importação e exportação de dados de/para outros sistemas (locais ou de outras instituições), em formatos padronizados e customizados;
- Permite interconexão com sistemas de comunicação (envio de e-mail, envio de SMS).

REQUISITOS NÃO-FUNCIONAIS : ESCALABILIDADE

- Permite aumento da capacidade de armazenar registros bibliográficos e administrativos sem perda de performance;
- Permite aumento da área de armazenamento de dados em disco, conforme o aumento da demanda (mais registros bibliográficos e mais cadastros de usuários).

A seguir, alguns Critérios Técnicos Biblioteconômicos e técnicos computacionais para o Dspace.

Figura 1. Requisitos para o Dspace.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

3 OUTROS REQUISITOS

A norma ISO 9126 apresenta a padronização da avaliação da qualidade do software. Um produto final com qualidade é uma necessidade, uma vez que desde o levantamento de requisitos até a fase de produção, os fatores que atendem ao que o usuário precisa devem estar em evidência, bem como o feedback para melhoria contínua dos processos da organização.

3.1 Requisitos de Usabilidade

É a capacidade do software de ser compreendido, aprendido, usado e apreciado pelo usuário, quando usado nas condições especificadas.

3.2 Requisitos de Funcionalidade

É a capacidade do software de prover funções que atendem a necessidades expressas e implícitas, quando usado nas condições especificadas.

3.3 Requisitos de Confiabilidade

É a capacidade do software de manter seu nível de desempenho, quando usado nas condições específicas.

3.4 Requisitos de Eficiência

É a capacidade do software de operar no nível do desempenho requerido, em relação à quantidade de recursos empregados, quando usado nas condições especificadas.

3.6 Requisitos de Sustentabilidade

Permite ao longo do tempo que estas plataformas possam manter a neutralidade, aprimorar constantemente os códigos e suas funcionalidades, assegurando a privacidade dos dados dos usuários e sua segurança. O software livre é uma excelente solução para as plataformas adotadas principalmente pelas Instituições públicas.

Esta ferramenta aceita o desenvolvimento do código de maneira colaborativa, as melhorias realizadas em outros locais que já utilizam o software podem ser facilmente incorporadas, permitindo diminuição de custos e aprimoramento constante das ferramentas.

3.7 Requisitos de Portabilidade

É a capacidade do software de ser transferido de um ambiente a outro.

3.8 Requisitos de Manutenção

É a capacidade do software de ser modificado. Modificações podem abranger correções, melhorias ou adaptações do software. Mudanças de ambiente ou nas especificações funcionais e de requisitos.

3.9 Requisitos de Licenciamento

As licenças e instrumentos de direito de autor e de direitos conexos da Creative Commons apresenta um equilíbrio no seio do ambiente tradicional “todos os direitos reservados” criado pelas legislações de direito de autor e de direitos conexos.

Existem 06 licenças do Creative Commons que podem ser mescladas ou escolhida a que melhor atende a necessidade informacional do usuário.

A Creative Commons fornece uma forma padronizada de atribuir autorizações de direito do autor e de direitos conexos criativos. A licença mais recomendável para uso em Repositório Institucional é a Atribuição CC BY. Essa licença está ligada ao Direito Moral do autor. O direito moral é o direito vinculado a personalidade do autor, é perpétuo, inalienável e irrenunciável, ou seja, não pode ser cedido, transferido ou renunciado. É o direito que o autor tem de reivindicar, a qualquer tempo, a autoria da obra e de ter seu nome vinculado a obra sempre que utilizada.

Esse tipo de licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. É a licença mais flexível de todas as licenças disponíveis. É recomendada para maximizar a disseminação e uso dos materiais licenciados.

Figura 2. Logotipo da Creative Commons.



Fonte: Creative Commons (2021).

Figura 3. Licença Atribuição.



Fonte: Creative Commons (2021).

4 MELHORIAS NO SISTEMA

4.1 Design Thinking em Bibliotecas

A abordagem de inovação é centrada no usuário, começa e termina com as necessidades do usuário (em oposição às necessidades da biblioteca). A biblioteca, como uma organização, dará continuidade quando colocar o usuário em primeiro lugar. A prática do Design Thinking ajudará a Biblioteca a desenvolver uma nova forma de trabalho, de forma mais colaborativa com os usuários.

Design Thinking é uma abordagem na resolução de problemas. Suas principais características são:

- Foco no usuário;
- Busca por ideias em esferas diferentes que possam ser reunidas em um conceito comum inovador;
- Ação multidisciplinar, com a união de forças e de insights variados sobre o mesmo obstáculo.

Certamente, o Design Thinking começa quando envolve os seus utilizadores, mas a partir desse ponto, pode se espalhar por toda a organização e proporcionar vários benefícios, tanto para a biblioteca quanto para os usuários.

O Design Thinking como mapeamento de processo pode ter um impacto muito mais amplo, a Biblioteca pode usá-lo para resolver todos os tipos de desafios, incluindo: melhorias quanto a usabilidade dos programas de computador.

Utilizando o mapeamento de processo do Design Thinking, o Bibliotecário solicita a um grupo de usuários que faça uma busca em algum Repositório Institucional.

Como resposta a essa ação, possivelmente encontrará os gargalos e as dificuldades para a recuperação da informação, ou por não haver padronização dos metadados. Essa abordagem com o Design Thinking melhorará a experiência do usuário e provavelmente a Arquitetura da Informação do Dspace.

PASSO 1: DEFINA UM DESAFIO DE DESIGN. Aqui estão algumas orientações para seguir quando elaborar o desafio, combinando público-alvo e problema:

1. Concentre-se em um grupo de usuários específicos da biblioteca;
2. Certifique-se de que sua pergunta trata-se de um problema;
3. Solicite que o usuário faça uma busca;
4. Deixe-o explorar o Sistema de Informação;
5. Deixe espaço para explorar oportunidades em várias soluções;
6. Obtenha feedback dos usuários.

A metodologia da pesquisa em Design Thinking diz respeito a escutar, observar e estar aberto ao inesperado. O projeto de design refere-se a abrir possibilidades em vez de validar ou fornecer evidências.

Com direito a preparação, essa fase pode inspirar ao novo, a novas perspectivas sobre o desafio e ofertar uma grande base para as próximas etapas do projeto, contribuindo para disponibilizar informações de qualidade e promover a usabilidade e acessibilidade informacional da produção científica no ambiente da Biblioteca Universitária. E, apresenta como os usuários são incluídos em um processo de inovação em usabilidade no programa Dspace. A seguir, uma figura que contribui no mapeamento do processo.

Figura 4. Design Thinking.



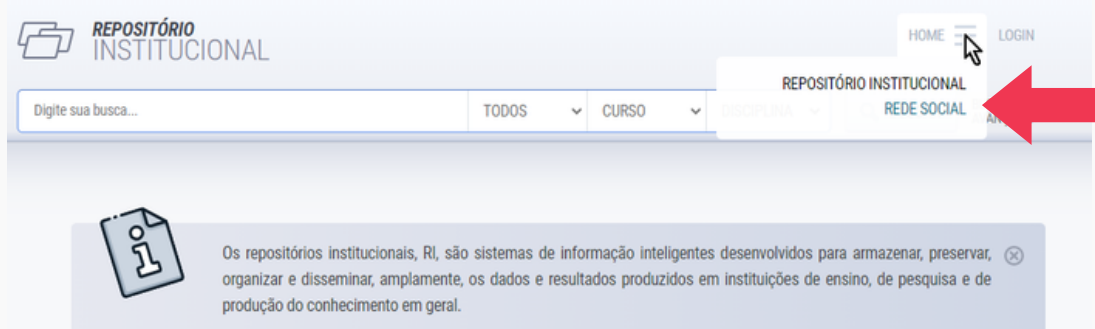
Fonte: Elaborado pela autora (2021).

4.2 Repositório Institucional Interativo

O RI interativo apresenta uma rede social de leitores com Fóruns de aprendizagem e comunicação em que é possível discutir a obra estudada. Além de criar novos Fóruns, interagir com outros usuários do RI.

O leitor pode indicar uma obra para outro leitor, o usuário compartilha a obra do RI em sua rede social pessoal, o usuário pode fazer resenha da obra consultada e disponibilizar para outros leitores. O RI mostra quem já viu a obra e quem marcou como favorita. A seguir, uma Rede Social de leitores dentro do Repositório.

Figura 5. Rede Social de RI



Fonte: RI da Faculdade Dinâmica (2021).

Como resultado da busca, links de outras bases de dados também são pesquisados. O sistema sugere outras obras baseadas no histórico de pesquisa do usuário. Além de apresentar a memória digital do usuário dentro do sistema, pois toda ação do usuário fica armazenada no Repositório.

Existe Menu Meus indicadores em que é possível ter acesso ao histórico do usuário, como post de Fóruns, Listas das obras, itens favoritos, itens vistos, participação em Fóruns dentro do RI, Resenhas feitas, itens em que o usuário gostaria de ver, entre outros. A seguir, um exemplo de Fóruns de Ensino-Aprendizagem dentro de um Repositório Institucional, em que o usuário consegue filtrar e conhecer outros leitores com as mesmas áreas de interesse.

Figura 6. Fórum de discussão de RI

The screenshot displays a forum interface with a navigation bar at the top containing links for HOME, PESQUISA, R.I., FÓRUNS, LISTAS, and TUTORIAL. A search bar and user login fields (USUÁRIO, SENHA, LOGIN) are also present. The main content area shows a list of forum threads. The first thread, 'NA COLÔNIA PENAL - PERSPECTIVAS', is closed and has 34 members, 33 posts, and 73 comments. It discusses Franz Kafka's work. The second thread, 'FÓRUM DE BIOQUÍMICA', is also closed, with 45 members, 39 posts, and 74 comments, focusing on diet and metabolism. The third thread, 'DISCUSSÕES SOBRE O DOLO EVENTUAL NO DIREITO PENAL', is closed with 40 members, 38 posts, and 0 comments, discussing legal concepts. Each thread includes a small image and a brief description of the discussion topic.

Fonte: RI da Faculdade Dinâmica (2021).

O usuário pode construir listas das obras que ele já pesquisou, o que facilita na hora reencontrar a informação desejada.

Figura 7. Listas Personalizadas.



Fonte: RI da Faculdade Dinâmica (2021).

O Repositório Institucional se transforma em um sistema de aprendizagem interativo, apresentando mais uma competência informacional desejável para quem faz a gestão do conhecimento. Os RI podem oferecer o estímulo para que os alunos possam aprender a se relacionar com a informação nos mais diferentes suportes.

Essa plataforma intuitiva se tornou a vitrine da internet em termos de democratização do conhecimento. Desde o início da pandemia pelo novo coronavírus, com o fechamento das Bibliotecas Universitárias, sem acesso à informação em suporte físico, isolamento social e o aumento da participação de discentes e docentes na educação a distância, houve a ampliação da relevância dos repositórios no contexto da divulgação científica e do movimento de acesso aberto à informação.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Lúcio André Mendonça dos; MOURA, Hermano Perrelli de. **Um modelo para avaliação de produtos de software**. Disponível em: <<https://www.cin.ufpe.br/hermano/laps/download/laps-um-modelo-para-avaliacao-de-produtos-de-software.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2021.

CAMPELO, Leonard Richard et al. **Manual de instalação, configuração e de curadoria de metadados do Dspace 6**. 2019. 147p. Disponível em: <<http://www.repositorio.uem.mz/bitstream/123456789/13/1/Manual%20do%20Software%20Dspace%202021.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2021.

CERRÃO, Natália Gallo; CASTRO, Fabiano Ferreira de. Aplicações de metadados baseadas em FRBR e RDA em repositórios institucionais digitais: uma revisão sistemática da literatura. **TransInformação**, Campinas, 32:e190080, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862020000100900&tlng=pt>. Acesso em: 10 maio 2021.

COSTA, Luciana Ferreira da; RAMALHO, Francisca Arruda. A usabilidade nos estudos de uso da informação: em cena usuários e sistemas interativos de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, n.1, p.92-117, jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/887>>. Acesso em: 14 maio 2021.

CREATIVE commons. Página inicial. Disponível em: <<https://br.creativecommons.net/>>. Acesso em: 14 maio 2021.

IDEO; GLOBAL Libraries. **Design thinking para bibliotecas**: um toolkit para design centrado no usuário. [s. n.]: IDEO; FEBAB, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.febab.org.br/items/show/1537>>. Acesso em: 15 maio 2021.

FACULDADE dinâmica. Disponível em: <<https://faculdadedinamica.i10bibliotecas.com.br/>>. Acesso em: 15 maio 2021.

JULIANI, Jordan Paulesky; CAVAGLIERI, Marcelo; MACHADO, Raquel Bernadete. Design thinking como ferramenta para geração de inovação: um estudo de caso da Biblioteca Universitária da UDESC, **R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 66-83, set. 2015/fev. 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/100887/103945>>. Acesso em: 15 maio 2021.

LACERDA, Rafael de Alencar. **Proposta de um modelo para análise de requisitos de software educativo**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, DF, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2951/1/2007_RafaeldeAlencarLacerda.pdf>. Acesso em: 08 maio 2021.

LIRA, Raquel Alexandre de; CARPES, Carlos Eduardo Pereira; DAVILA, Guillermo. Design thinking em Bibliotecas: evidências da literatura. **P2P & Inovação**, Rio de Janeiro, v. 6 n. 1, p.104-116, Set. 2019/Fev. 2020. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/p2p/article/view/4877>>. Acesso em: 12 maio 2021.

MACEDO, Diego José et al. **Guia de acessibilidade em Bibliotecas Digitais com o Dspace**. Brasília: IBICT, 2020. Disponível em: <<https://ridi.ibict.br/handle/123456789/1119>> Acesso em: 15 maio 2021.

MARQUES, Cleidiane de Araújo Guedes; VECHIATO, Fernando Luiz. Arquitetura da informação em repositórios digitais: análise do repositório institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Bibliocanto**, Natal, v.3, n.1, p. 02-28, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bibliocanto/article/view/11944>>. Acesso em: 10 maio 2021.

PROPRIEDADE intelectual, direitos autorais e repositórios digitais. [S.l.: s.n.], 2020. 1 vídeo (2h e 46min). Publicado pelo Canal Dspace Vídeos. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OPSfKByj2fl>>. Acesso em: 14 maio 2021.

NASCIMENTO, Bruna Laís Campos do; CAVALCANTI, Vanessa Oliveira de Macedo. Arquitetura da informação em repositório institucional: um estudo de caso do Memória - RI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). **Ci.Inf.**, DF, v.48, n.3 (Supl.), p. 438-442, set./dez. 2019. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4911>>. Acesso em: 10 maio 2021.

RUGGIERI, Ruggero. Análise sobre a ISO 9126 - NBR 13596. **TI especialistas**, São Paulo, 24 out. 2016. Disponível em: <<https://www.tiespecialistas.com.br/analise-sobre-iso-9126-nbr-13596/>>. Acesso em: 15 maio 2021.

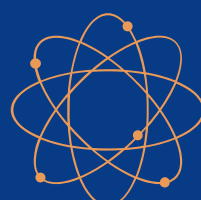
SANTOS JUNIOR, Ernani Rufino dos. **Repositórios Institucionais de acesso livre no Brasil**: estudo delfos. 2010 Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Universidade de Brasília, DF, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5343/6/2010_ErnaniRufino dosSantosJunior.pdf>. Acesso em: 08 maio 2021.

SILVA, Edilene Maria; SOUSA, Marckson Roberto Ferreira de; MONTEIRO, Samuel Alves. Arquitetura da informação em repositórios institucionais: desafios e perspectivas. **Investigación Bibliotecológica**, México, v. 32, n. 76, p.45-61, jul./set. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.org.mx/pdf/ib/v32n76/2448-8321-ib-32-76-45.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2021.

SHINTAKU, Milton; MEIRELLES, Rodrigo. **Manual do Dspace**: administração de repositórios. Salvador: EDUFBA, 2010. Disponível em: <[https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/769/1/Manual%20do%20Dspace\(2\).pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/769/1/Manual%20do%20Dspace(2).pdf)>. Acesso em: 22 maio 2021.

Produto 4.6

Plano de comunicação





RI

PLANO DE COMUNICAÇÃO PARA REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL

DISCENTE DO PROFNIT

MARILIA DIONE SALVADOR SHIBAYAMA

ORIENTADORA

DRA. DILNÉIA ROCHANA TAVARES DO COUTO



RI

PLANO DE COMUNICAÇÃO PARA REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL

Plano de comunicação apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação pelo ponto focal da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP.

MARILIA DIONE SALVADOR SHIBAYAMA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Elaborado por Marília Dione Salvador Shibayama - CRB2/1063

Shibayama, Marília Dione Salvador

Plano de comunicação para repositório institucional. - Macapá, 2021.
21 p.

1. Repositório Institucional. 2. Comunicação - Plano. 3. Repositório -
divulgação. I. Couto, Dilnéia Rochana Tavares do, orientadora. II. Título.

025.8 S555p

CDD. 22 ed.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	168
2 OBJETIVOS	169
3 PROCESSO	170
3.1 Consulta pública	171
3.2 Sensibilização	172
3.3 Ação real	173
3.4 Sedução	174
3.5 Estratégia de marketing	177
3.6 Divulgação das estatísticas	178
3.7 Divulgação das notícias	180
3.8 Assinatura de coleções	181
3.9 Rss e redes sociais	182
4 FLUXOGRAMA DO PROCESSO	183
REFERÊNCIAS	184

1 INTRODUÇÃO

O Plano de Comunicação para Repositório Institucional - RI tem como estratégia definir os critérios e diretrizes baseados nas necessidades informacionais da comunidade acadêmica, pois para que haja adesão voluntária dos discentes, docentes e técnicos administrativos, é necessário que tenha engajamento da Comissão do RI junto ao corpo acadêmico e ainda o Repositório deve estar alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI da Instituição.

Para que os pesquisadores usem este serviço informacional de acesso livre à informação científica é preciso conhecer a funcionalidade, qual o objetivo, finalidade, vantagens de se registrar, armazenar e disponibilizar os materiais digitais, que podem ser teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, monografias, relatórios técnicos, artigos de periódicos, livros, capítulos de livros, acervo fotográfico, acervo de vídeo, recursos educacionais abertos, artigos científicos, dentre outros objetos digitais.

O que significa que a disponibilidade do acervo é livre e irrestrita em meio eletrônico. O que contribuirá para a melhoria do sistema de comunicação da ciência, que por sua vez, influencia de forma positiva o avanço científico e que por conseguinte uma maior participação da comunidade acadêmica no processo das ações da implantação do Repositório Institucional.

A comunidade acadêmica deverá participar de forma ativa e comprometida em todas as etapas do Plano de Comunicação da implantação do Repositório Institucional nas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES.

2 OBJETIVOS

Nortear os processos necessários para gerar bons resultados na comunicação e divulgação do Repositório Institucional.

Facilitar o entendimento dos pesquisadores em relação aos objetivos, benefícios e finalidades do Repositório Institucional das IFES.

Ampliar a adesão dos integrantes da comunidade das IFES junto aos Repositórios Institucionais.

Adotar estratégias e assegurar a participação voluntária da comunidade acadêmica para constituir o sistema global e aberto de comunicação. Em observância aos princípios da publicidade, transparência e eficiência na administração pública, de modo a difundir o Repositório Institucional, o que facilitará o acesso às pesquisas que são financiadas com recursos públicos.

Compreender a importância da divulgação científica e o aumento da visibilidade das produções científicas institucionais.

3 PROCESSO

O processo de construção do Plano de Comunicação para Repositório Institucional compreende em várias etapas a ser seguidas, como:

Realizar consulta pública à comunidade acadêmica para que se busque a opinião sobre questões que a afetam e que melhorem o seu dia a dia. O principal objetivo é aperfeiçoar a eficiência, transparência e envolvimento público.

Corresponde a sensibilização e conscientização dos gestores das IFES. Ação real reflete no convencimento da comunidade acadêmica, como:

- Visita dos Bibliotecários à diversas Unidades Acadêmicas da IFES;
- Participações em reuniões de Colegiados;
- Programas de Treinamento para depósito ou autoarquivamento no Repositório.

Na sedução todos os colaboradores (Bibliotecários, estagiários) povoam o Repositório e apresentam aos pesquisadores as estatísticas de uso do Repositório Institucional.

Introduzir estratégias de marketing, divulgar as notícias do RI, fazer uso do Recurso Assinaturas de Coleções, utilizar as ferramentas RSS para disseminação de conteúdos dos interesses dos usuários e usar as redes sociais para fazer a divulgação do Repositório Institucional.

3.1 Consulta Pública

Consiste em promover a participação popular de forma organizada, realizar a ampliação das discussões e fazer com que as decisões tomadas a respeito da implantação do Repositório Institucional tenha a cooperação mais ativa da comunidade acadêmica.

Para que haja engajamento dos atores que compõem as IFES, a Comissão do Repositório Institucional solicitará que a comunidade preencha o questionário via Google Formulário para que critérios e diretrizes sejam definidos e baseados de acordo com as necessidades informacionais da comunidade e dos usuários potenciais do RI.

As contribuições da comunidade serão encaminhadas para análise pelos membros da Comissão do RI, ou seja, participar é a oportunidade de fazer com que as decisões tomadas sigam de fato o anseio da comunidade acadêmica.

No questionário haverá perguntas referentes sobre as políticas do repositório institucional, política de funcionamento, política de preservação digital, política de direitos autorais, dúvidas sobre o Manual de Uso do Repositório, como por exemplo, a usabilidade do Website do Repositório, quais temáticas das comunidades do repositório que precisam ser incluídas ou excluídas.

Após essa etapa, a minuta das políticas referente a implantação do RI deverá ser encaminhada ao Conselho Universitário - CONSU, órgão maior das IFES, para que seja deliberada, discutida e homologada pelos representantes dos docentes, dos técnicos administrativos, dos discentes de graduação e pós-graduação.

3.2 Sensibilização

Corresponde à adoção de abordagem top-down, que compreende o trabalho dos principais stakeholders do acesso aberto, envolvendo, basicamente, a conscientização de gestores das IFES, formuladores de políticas do governo e decisores de agências de fomento.

Como se pode notar, são abordagens que representam o trabalho de sensibilização para obtenção do apoio necessário e do comprometimento desses executivos da comunidade científica com relação às questões do acesso aberto.

Tal sensibilização é especialmente necessária tendo em vista as reações iniciais de pesquisadores ao movimento do acesso aberto, reações que, em muitos casos, resultam da falta de interesse ou do medo de interpretações errôneas em relação ao autoarquivamento e à qualidade dos periódicos científicos de acesso aberto.

Portanto, se decisores se tornam comprometidos e comprometidos com o acesso aberto, é altamente provável que pesquisadores respondam mais positivamente ao movimento e às iniciativas a ele relacionadas.

3.3 Ação Real

Corresponde à adoção da abordagem bottom-up, que tem se mostrado altamente recomendável, por mostrar resultados mais cedo, sendo, por conseguinte, fator positivo no convencimento da comunidade. A abordagem bottom-up requer a elaboração de políticas por parte dos atores diretamente responsáveis pelas iniciativas, assim como a própria implementação destas. Stevan Harnad – autodenominado “arquivangelista” do acesso aberto –, em um sem número de interpelações feitas por meio de listas de discussão e mesmo de publicações e palestras em eventos, tem reforçado a necessidade de elaboração de políticas de depósito compulsório para repositórios institucionais.

Mais que isso, a elaboração de políticas de funcionamento desses repositórios e de todas as demais políticas necessárias para seu pleno e bem sucedido funcionamento é atribuição dos atores responsáveis por criá-los e mantê-los. Ou seja: bibliotecários. As ações orientadas por essas políticas envolvem, portanto, o trabalho conjunto de bibliotecários e pesquisadores, compreendendo, pelo menos, três tipos.

O primeiro diz respeito a visitas dos bibliotecários às diversas unidades acadêmicas da IFES visando à apresentação da iniciativa. O segundo relaciona-se a participações em reuniões de colegiados, com possíveis demonstrações dos avanços obtidos. Finalmente, deve haver programas de treinamento para o depósito no repositório. A principal ação real, no entanto, consiste no povoamento propriamente dito do repositório. Isto é: no depósito ou arquivamento dos conteúdos. Essa ação, por sua vez, induz à adoção de uma abordagem complementar a ela, que tem sido chamada de sedução.

3.4 Sedução

Consiste em colocar a equipe da biblioteca e outros colaboradores necessários, tais como estagiários de Biblioteconomia e áreas afins na realização de todas as atividades relacionadas com o povoamento do repositório,

Para tanto, são necessárias ações pontuais, tais como:

- buscar, nos currículos Lattes dos pesquisadores, na SciELO, no catálogo da biblioteca das IFES e em outras bibliotecas digitais, dados que permitam identificar a produção científica de cada pesquisador;
- contatar os pesquisadores para, em conjunto com a equipe do repositório, decidir sobre os itens de sua produção a serem depositados;
- coletar todos os conteúdos já disponíveis em ambiente digital e sem restrições para distribuição, depositando-os imediatamente no repositório institucional;
- coletar conteúdos impressos ou quaisquer outros materiais digitais pertinentes que não foram identificados ou que possuem restrições para depósito, digitalizá-los ou reproduzi-los e em seguida depositá-los no repositório;
- divulgar, sistematicamente, estatísticas de acesso e download dos trabalhos depositados, como uma espécie de propaganda dos benefícios do repositório para os autores, com a expectativa de que, conhecendo os benefícios, pesquisadores se sentirão motivados a manter seus trabalhos depositados.

Fazer a divulgação das estatísticas de uso dos itens depositados é uma espécie de testemunho dos benefícios dos repositórios, benefícios esses alcançados por meio do trabalho de bibliotecários em bibliotecas de pesquisa. O trabalho com Repositórios Institucionais introduz mudanças significativas no sistema de comunicação científica.

As abordagens, estratégias e ações necessárias à criação de repositórios institucionais nas IFES requerem criatividade e adaptação a cada contexto, como pode acontecer em relação a toda ação relacionada ao sistema de comunicação científica. No entanto, experiências bem sucedidas têm mostrado que dois pontos são fundamentais: grande empenho e conhecimento profundo das questões envolvidas com o tema acesso aberto, por parte dos stakeholders (partes interessadas) das iniciativas.

Políticas de acesso aberto, políticas de funcionamento de repositórios, política de depósito compulsório, modelo open archives, direitos autorais, modelos de negócios e sustentabilidade, preservação digital, hábitos de comunicação e padrões de comportamento informacional da comunidade, são algumas das questões importantes que não se pode negligenciar.

Desse modo, o aumento da parceria entre bibliotecários de pesquisa e pesquisadores constitui o aspecto mais relevante relacionado à melhoria do status de bibliotecas e bibliotecários no sistema de educação superior e de pesquisa. De fato, ao utilizarem as abordagens top-down (sensibilização), bottom-up (ação real) e arquivamento mediado com marketing de uso (sedução), estão, de fato, realizando uma parceria nas atividades de disseminação da pesquisa.

É importante lembrar que a disseminação da pesquisa constitui o ponto alto do processo de comunicação científica que, tradicionalmente, tinha como principais atores os pesquisadores e os editores, apenas. Bibliotecas e bibliotecários, portanto, adquirem status semelhante, tornando-se, portanto, parceiros próximos dos dois. Ao gerir as atividades com repositórios, bibliotecários auxiliam enormemente pesquisadores nas negociações sobre autorização para depósito, junto aos editores.

O marketing realizado com a divulgação das estatísticas de uso dos itens depositados é uma espécie de testemunho dos benefícios dos repositórios, benefícios esses alcançados por meio do trabalho de bibliotecários em bibliotecas de pesquisa. O trabalho com Repositórios Institucionais introduz mudanças significativas no sistema de comunicação científica, tais como:

- expandem exponencialmente o acesso à pesquisa;
- reafirmam o controle sobre o saber pela academia;
- reduzem o monopólio dos periódicos científicos (especialmente no que concerne à acessibilidade apenas por assinatura);
- servem como indicadores tangíveis da qualidade de uma IFES;
- demonstram a relevância científica, social e econômica das atividades de pesquisa da instituição;
- aumentam a visibilidade, o status e o valor público da instituição.

A próxima etapa do trabalho da Biblioteca Central é intensificar a divulgação do RI traçando um plano de marketing. A intenção da Biblioteca Central é contactar o maior número possível de docentes, conscientizando-os da importância e necessidade de manter o RI atualizado com suas produções científicas.

3.5 Estratégia de Marketing

A boa propaganda do Repositório Institucional é um processo necessário, tanto para garantir a participação da comunidade acadêmica interna, quanto para atrair reconhecimento e investimento da instituição e do público externo.

Para a implantação de estratégias eficazes na gestão é necessário que não se realizem ações de marketing intuitivamente somente, existe uma tendência muito forte de “achar que se sabe o que o cliente quer”, o que é difícil de ser mudado e precisa ser trabalhado aos poucos, mostrando-se as desvantagens e vantagens de saber “realmente” o que o cliente deseja, baseando-se no que o próprio cliente percebe.

A dificuldade maior não está na realização das estratégias, e sim na escolha das estratégias mais adequadas, aquelas que realmente agreguem valor para o usuário do RI. As ferramentas a serem utilizadas para implantação de estratégias de marketing precisam ser muito flexíveis, pois a sua utilização depende do grau de maturidade da Instituição, do seu porte, da sua própria flexibilidade e do seu grau de conhecimento.

3.6 Divulgação das Estatísticas

A divulgação das estatísticas do repositório pode ser uma boa estratégia para atrair autores interessados em ver suas obras armazenadas no RI. Isto porque os documentos armazenados tendem a ter altas taxas de acesso e downloads, e além de mostrar para os autores que seus trabalhos podem se tornar mais visíveis por meio do repositório, também lhe dá a possibilidade de acompanhar este processo.

A visibilidade da produção científica das IFES estarão mais em evidência, pois já existem os Repositórios Institucionais em rede, no âmbito regional e futuramente em todo o Brasil. Os Repositórios regionais são:

- Rede Sudeste de Repositórios Institucionais que é gerenciado pela Fiocruz.
- Rede Norte de Repositórios Institucionais que é gerenciado pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM.
- Rede Nordeste de Repositórios Institucionais que é gerenciado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.
- Rede Sul de Repositórios Institucionais que é gerenciado pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG.

A figura abaixo, como exemplo, é a Rede Norte/RIAA, que reúne Repositórios Institucionais das IFES da região norte, como UFPA, UNIFAP, UFRA, UFOPA, IFAM, UFRR, UNIR, UFT entre outras instituições integrantes.

Figura 1. Repositório Institucional Rede Norte.



Fonte: Repositório Rede Norte (2021).

3.7 Divulgação das Notícias

Uma forma de chamar a atenção dos usuários é utilizar, no RI, o recurso de divulgação de, por exemplo, notícias e eventos relacionados com a instituição e trabalhos depositados no RI.

Para utilizar este recurso, basta acessar o Repositório com a permissão de administrador e em suas ferramentas, clicar em “Editar notícias”. Neste módulo, é possível editar o campo de notícias que aparece na parte superior do RI (cabeçalho) e na barra lateral. Concluída a edição, basta atualizar o sistema e as notícias estarão disponíveis para todos os usuários.

3.8 Assinatura de Coleções

Uma forma de atrair o público para a permissão de depósito e utilização do RI é fazer uso da funcionalidade “assinatura de coleções”. O usuário pode ativar a função “assinatura de coleção” e assim o sistema avisará ao usuário interessado sobre todos os novos registros depositados na coleção indicada.

Para que isto aconteça o usuário terá que se cadastrar no Repositório, acessar a coleção de interesse e clicar em “Assinar”. Assim, todas as informações referentes à atualização da coleção vão direto para o e-mail cadastrado do usuário, sem demandar mais recursos da gestão do RI. Este procedimento simples e automático, permite que o RI mantenha contato constante com seus usuários e promova ainda mais o seu uso.

3.9 RSS e Redes Sociais

Ferramentas externas à do Repositório e que são recomendadas para fazer o seu marketing são os recursos RSS, para a disseminação de conteúdos de interesse dos usuários. O RSS (Really Simple Syndication) é um formato de distribuição de informações em tempo real pela internet. Por esse sistema, o internauta não precisa abrir o navegador ou fazer busca de notícias, fotos ou vídeos em diferentes sites. Todo o conteúdo desejado vai até ao usuário, através do e-mail, automaticamente por um código de RSS.

Já o uso de redes sociais (ex. página no Facebook, conta no Twitter, conta do Instagram, canal no YouTube), para a interação com a comunidade interna e externa. Redes sociais são uma vitrine para o Repositório Institucional, além de divulgar as ações do RI, novos conteúdos depositados, treinamentos para a comunidade, Pesquisas mais acessadas, autores da Instituição que tiveram mais download de suas pesquisas, entre outros.

A comunicação com os usuários é mais próxima e rápida, pois em questões de minutos uma mensagem pode ser produzida, publicada, comentada, curtida e compartilhada por milhares de pessoas. Postagens sobre acontecimentos recentes e polêmicos podem se tornar virais e se transformar em uma oportunidade para divulgar o conteúdo do RI.

4 FLUXOGRAMA DO PROCESSO

Figura 2: Plano de Comunicação.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

REFERÊNCIAS

COSTA, Michelli Pereira da; LEITE, Fernando César Lima. **Repositórios institucionais na América Latina e o acesso aberto à informação científica**. Brasília: IBICT, 2017.

LEITE, Fernando; AMARO, Bianca; BATISTA, Tainá. **Boas práticas para construção de repositórios institucionais da produção científica**. Brasília: IBICT, 2012. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/handle/1/703>>. Acesso em: 08 maio. 2021.

LEITE, Fernando César Lima. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto**. Brasília: IBICT, 2009. 120p. ISBN 978-85-7013-067-9.

REIS, Sandra Gomes de Oliveira. **Serviços informacionais de acesso livre: um olhar em torno da adesão dos repositórios institucionais da Universidade Federal Tecnológica do Paraná**. Londrina, 2017. 145f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação, Universidade Estadual de Londrina, Disponível em: <<http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/3396>>. Acesso em: 10 maio 2021.

SAYÃO, Luís (org.); TOUTAIN, Lídia Brandão (org.); ROSA, Flávia Garcia (org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memórias, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf>. Acesso em: 08 maio. 2021.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Bibliotecas Universitárias devem responder com êxito ao desafio de tornar cada vez mais visível a sua atividade científica e de pesquisa para obterem maior prestígio e reconhecimento. O movimento Acesso Aberto, por meio de suas estratégias fundamentais, promove o uso de mecanismos que garantem maior visibilidade e impacto dos resultados científicos das universidades.

Os Repositórios Institucionais são atualmente as principais ferramentas estratégicas para que as Bibliotecas Universitárias se tornem relevantes nas suas produções científicas e acadêmicas.

No Brasil, apesar dos avanços na implantação dos RI nas Universidades Federais, ainda existem muitas Bibliotecas Universitárias que não usam essa ferramenta, como é o caso dos Institutos Federais - IF. Mendonça et al. (2019) realizou uma pesquisa e constatou que dos 38 IF's, apenas 32% possuem Repositório Institucional.

Outro levantamento que foi realizado no Diretório ROAR nos apresenta que das 69 Universidades Federais brasileiras, 34 Instituições possuem RI, ou seja, cerca de 49% dessas Instituições. O que mostra que ainda faltam 51% das Universidades Federais implantarem seus Repositórios Institucionais. Essa porcentagem reflete que existe demanda para o uso das diretrizes de Implantação do RI nas Universidades Federais, sem contar com as Bibliotecas Universitárias Estaduais e Privadas.

Importante ressaltar que os RI aparecem como resultado na busca no Google Acadêmico, o que evidencia e amplifica as produções científicas das Instituições. Além de elevar a nota de avaliação do Ministério da Educação - MEC nos cursos de graduação, pois possuir RI próprio acessível pela internet e disponibilizar os Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC é um critério de análise e que faz a Instituição conseguir o conceito 5 nesse quesito, conforme o Instrumento de Avaliação de cursos de graduação presencial e a distância, Brasil (2017, p. 14).

Portanto, o Repositório Institucional apresenta-se oferecendo novas oportunidades para o compartilhamento da informação, contribuindo, outrossim, para o desenvolvimento da ciência, uma que vez que proporcionam visibilidade, armazenamento e a recuperação da informação, o que faz obter a valorização do pesquisador e o conhecimento científico do país.

Visando aprimorar qualitativamente os Repositórios Institucionais faz-se necessário que as melhorias devem ser contínuas, de forma a sempre a se adaptar as novas tecnologias de informação e de comunicação.

Desde o início da pandemia pelo novo coronavírus, com o fechamento das Bibliotecas Universitárias, a sociedade ficou sem acesso à informação no suporte físico e houve o aumento da participação de discentes e docentes na educação a distância, ocorreu a ampliação da relevância dos Repositórios no contexto da divulgação científica e do movimento de acesso aberto à informação.

Por fim, espera-se que esse Roteiro de Implantação tenha um alcance bastante proveitoso e que apoie e desperte o interesse nas Instituições de pesquisa, científica e acadêmica a implantarem ou aperfeiçoarem seus RI e que de fato ocorra a democratização da informação e do conhecimento e que o acesso à ciência impulse o desenvolvimento tecnológico, científico e social de nosso país.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA USP DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO ACADÊMICA. **Entenda o que é Acesso Aberto**. Disponível em: <<https://www.aguia.usp.br/apoio-pesquisador/acesso-aberto-usp/entenda-o-que-e-acesso-aberto/>>. Acesso em: 22 maio 2021.

ASSOCIAÇÃO DE MANTENEDORAS PARTICULARES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE SANTA CATARINA. Webinar Biblioteca: nota máxima no MEC, repositório institucional e tempos de pandemia, 2020. In: **Webinar**. Disponível em: <<https://www.ampesc.org.br/2018/webinar-biblioteca-nota-maxima-no-mec-repositorio-institucional-e-tempos-de-pandemia/>>. Acesso em: 12 maio 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022**: artigo em publicação periódica técnica e/ou científica: apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro, 2018.

_____. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. 2. ed. Rio de Janeiro, 2018.

BJÖRK, Bo Christer. Open access to scientific publications - an analysis of the barriers to change. **Information Research**, v. 9, n. 2, 2004. Disponível em: <<http://InformationR.net/ir/9-2/paper170.html>>. Acesso em: 27 maio 2021.

BRASIL. Decreto-lei nº 5.773, de 09 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior. **Diário Oficial da União**, Brasília, 09 maio. 2006. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2006/decreto-5773-9-maio-2006-542125-norma-pe.html>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 fev. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm>. Acesso em: 09 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Manual de verificação in loco das condições institucionais**: credenciamento de instituições não universitárias; autorização de cursos superiores (ensino presencial e a distância). Brasília: MEC; SESu, 2002.

BRASIL, Ministério da Educação. **Instrumento de Avaliação de cursos de graduação presencial e a distância**: reconhecimento, renovação de reconhecimento. Brasília: INEP/MEC, 2017. 54 p.

CAMARGO, Liriane Soares de Araújo de.; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio. Arquitetura da informação para repositórios científicos digitais. In: SAYÃO, Luis et al. (Org.) **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2020.

COMO implantar um repositório. [S.l.: s.n.], 2021. 1 vídeo (1h e 46min). Publicado pelo Canal Rede Norte de Repositórios. Disponível em: <<https://youtu.be/BY1YYA1e-nc>>. Acesso em: 26 maio 2021.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

IDEO; GLOBAL Libraries. **Design thinking para bibliotecas**: um toolkit para design centrado no usuário. [s. n.]: IDEO; FEBAB, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.febab.org.br/items/show/1537>>. Acesso em: 15 maio 2021.

FREYRE, Éder de Almeida. **Manual de tratamento de dados**: preenchimento de metadados para entrada no Arca – Repositório Institucional da FIOCRUZ. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2019. 422p.

FRIEND, Frederick J. Google Scholar: potentially good for users of academic information. **The Journal of Electronic Publishing [JEP]**, v. 6, n. 1, 2006. Disponível em: <<https://quod.lib.umich.edu/jjep/3336451.0009.105?view=text;rgn=main>>. Acesso em: 11 maio 2021.

GOMES, Linda Carla Vidal Bulhosa; BARBOSA, Marilene Lobo Abreu. **Impacto da aplicação das tecnologias da informação e comunicação (tics) no funcionamento das Bibliotecas Universitárias**. – In: 4 Encontro das Bibliotecas Universitárias em Ciência da Informação, 2003, Salvador, Brasil. Disponível em: <http://www.cinform-antiores.ufba.br/iv_anais/artigos/TEXT011.HTM>. Acesso em: 11 fev. 2021.

INÁCIO, Maria Jane Chelly Oliveira et al. A gestão de serviços de informação em bibliotecas universitárias: estudo de caso na biblioteca setorial Rodolfo Helinsk. **Estudos em Biblioteconomia e Gestão da Informação**, Recife, v.2, n.1, 2018. Disponível em: <<http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002862288.pdf>>. Acesso em 17 maio 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Repositórios Digitais**. Disponível em: <<https://ibict.br/informacao-para-a-pesquisa/repositorios-digitais#:~:text=Os%20RDs%20podem%20ser%20institucionais,determinada%20%C3%A1rea%2C%20sem%20limites%20institucionais.>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

_____. **Sistema para construção de Repositórios Institucionais Digitais Dspace**. Disponível em: <<https://ibict.br/tecnologias-para-informacao/dspace>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

JULIANI, Jordan Paulesky; CAVAGLIERI, Marcelo; MACHADO, Raquel Bernadete. Design thinking como ferramenta para geração de inovação: um estudo de caso da Biblioteca Universitária da UDESC, **R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 66-83, set. 2015/fev. 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/100887/103945>>. Acesso em: 15 maio 2021.

LEITE, Fernando; AMARO, Bianca; BATISTA, Tainá. **Boas práticas para construção de repositórios institucionais da produção científica**. Brasília: IBICT, 2012. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/handle/1/703>>. Acesso em: 08 maio. 2021.

LEITE, Fernando César Lima. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília: IBICT, 2009. 120p. ISBN 978-85-7013-067-9.

MARTINS, Dalton Lopes, SILVA, Marcel Ferrante, SIQUEIRA, Joyce. Comparação entre sistemas para criação de acervos digitais: análise dos softwares livres DSpace, EPrints, Fedora, Greenstone e Islandora a partir de novas dimensões analíticas. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 9, n. 1, p. 52-71, mar./ago. 2018. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/134333>>. Acesso em 27 abr. 2021.

- MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11ª ed. São Paulo: Ática, 2012.
- MENDONÇA et al. Panorama dos repositórios institucionais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 48, n. 3 (Supl.), p.436 – 437, set./dez. 2019. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4910/4505>>. Acesso em 18 maio 2021.
- MENNIELLI, Michele. Indexação do Google Acadêmico para repositórios Dspace. In: Webinar for Brazil on apr 2019, 2019. Brasília. **Webinar...** Brasília: 2019. Disponível em: <[https://wiki.duraspace.org/pages/viewpage.action?pageId=104565826#GrupoBrasileirodeUsu%C3%A1riosDSpace\(BrazilianDSpaceUserGroup\)-3.a.Webinars](https://wiki.duraspace.org/pages/viewpage.action?pageId=104565826#GrupoBrasileirodeUsu%C3%A1riosDSpace(BrazilianDSpaceUserGroup)-3.a.Webinars)>. Acesso em: 11 abril 2021.
- PROPRIEDADE intelectual, direitos autorais e repositórios digitais. [S.l.: s.n.], 2020. 1 vídeo (2h e 46min). Publicado pelo Canal Dspace Vídeos. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OPSfKByj2fI>>. Acesso em: 14 maio 2021.
- QUEIROZ, Layde Dayelle dos Santos. Disseminação da produção acadêmica e científica na educação tecnológica por meio de Repositórios Institucionais: uma análise. **Educitec.**, v. 02, n. 4, ano 2016. Disponível em: <<https://doaj.org/article/5e6d7e2c97214bc4bcefa492201ff6f4>>. Acesso em 10 maio 2021.
- ROAR. **Registry of Open Access Repositories**. Disponível em: <<http://roar.eprints.org/>>. Acesso em 20 maio 2021.
- RUGGIERI, Ruggero. Análise sobre a ISSO 9126 – NBR 13596. **TI Especialistas**, São Paulo, out. 2016. Disponível em: <<https://www.tiespecialistas.com.br/analise-sobre-iso-9126-nbr-13596/#:~:text=Uma%20norma%20que%20tem%20como,avalia%C3%A7%C3%A3o%20da%20qualidade%20do%20software>>. Acesso em: 18 maio 2021.
- SANTOS JUNIOR, Ernani Rufino dos. **Repositórios Institucionais de acesso livre no Brasil**: estudo delfos. 2010 Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, DF, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5343/6/2010_ErnaniRufinodosSantosJunior.pdf>. Acesso em: 08 maio 2021.
- SAYÃO, Luís (org.); TOUTAIN, Lídia Brandão (org.); ROSA, Flávia Garcia (org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memórias, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf>. Acesso em: 08 maio. 2021.
- SHINTAKU, Milton; MEIRELLES, Rodrigo. **Manual do Dspace**: administração de repositórios. Salvador: EDUFBA, 2010. Disponível em: <[https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/769/1/Manual%20do%20Dspace\(2\).pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/769/1/Manual%20do%20Dspace(2).pdf)>. Acesso em: 22 maio 2021.
- VEIGA, V. S. O.; MACENA, L. G. O autoarquivamento nos repositórios institucionais brasileiros: um estudo exploratório. **Ponto de Acesso**, v. 9, n. 3, p. 35-47, 2015. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/69754>>. Acesso em: 27 maio 2021.

WEITZEL, Simone da Rocha; MESQUITA, Marco Aurélio Alencar de. Preservação digital em repositórios institucionais: práticas na região sudeste do Brasil. **Liinc em revista**, Rio de Janeiro, v, 11, n. 1, p. 181-196, maio 2015. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3618>>. Acesso em: 22 maio 2021.